

Comunicação e Extensão em Jornalismo

Novos a(u)tores
em construção



Gilson Pôrto Jr.
Darlene Teixeira Castro
Rodrigo Barbosa e Silva
Edson de Sousa Oliveira
(Orgs.)



A obra trata de um conjunto de reflexões, fruto de pesquisas realizadas junto a atividades de ensino, pesquisa e extensão nos vários níveis. O foco geral é a interface entre as áreas de Comunicação, Educação e Ensino, o que permite uma amplitude nos olhares e nas formas de tratar os diversos problemas. Longe de ser um trabalho fechado, os autores entendem os textos como espaços de construção e, portanto, passíveis de novos olhares e reconstruções. Dessa forma convidamos você a ler e partilhar das temáticas aqui apresentadas.



Comunicação e Extensão em Jornalismo

Série
**Comunicação,
Jornalismo e
Educação**



Diretor da série:

Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Junior
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Comitê Editorial e Científico:

Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. João Nunes da Silva
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. Luis Carlos Martins de Almeida Mota
Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

Prof. Dr. Rogério Christofoletti
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

Prof. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
Universidade de Caxias do Sul: Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de Mendonça Jorge
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Profa. Dra. Verônica Dantas Menezes
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. Fagner da Silva Soares
CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesq. em História Oral e Memória
Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

Dr. Luís Francisco Munaro
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Dr. José Manuel Peláez
Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do
Ministério Público do Tocantins, CESAF/MPTO

Comunicação e Extensão em Jornalismo

Novos a(u)tores em construção

Organizações:

Gilson Pôrto Jr.

Darlene Teixeira Castro

Rodrigo Barbosa e Silva

Edson de Sousa Oliveira



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Comunicação, Jornalismo e Educação - 32

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

PÔRTO JR, Gilson. et al (Orgs.)

Comunicação e Extensão em Jornalismo: novos a(u)tores em construção [recurso eletrônico] / Gilson Pôrto Jr. et al (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

166 p.

ISBN - 978-65-81512-32-3

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Comunicação; 2. Jornalismo; 3. Mídias; 4. História; 5. Sociedade; I. Título. II Série.

CDD: 177

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e sociedade

177

Sumário

Prefácio.....	9
Gilson Pôrto Jr. Darlene Teixeira Castro Rodrigo Barbosa e Silva Edson de Sousa Oliveira	
Capítulo 1.....	13
Olhares sobre a violência e a escola no Tocantins Cleide das Graças Veloso dos Santos Ana Carolina Costa dos Anjos	
Capítulo 2	33
Mulheres indígenas na mídia: mais do mesmo discurso e silenciamento colonial Laudovina Aparecida Pereira Darlene Teixeira Castro	
Capítulo 3	56
Cartas para Jornalistas: o relato de experiência com alunos da Escola de Tempo Integral Eurídice Ferreira de Mello no projeto Técnicas de Jornalismo Isabel Cristina Lima Gonçalves Rodrigo Barbosa e Silva	
Capítulo 4	72
Características do discurso jornalístico em veículos de comunicação impressos e digitais: a busca pela eficácia e alta comunicabilidade Celso Gick	
Capítulo 5	85
Qualidade e transparência nos processos de relacionamento com a sociedade e correção de erros: um estudo de três jornais da Região Norte Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior Sinomar Soares de Carvalho Silva	

Capítulo 6	96
Jornalistas x Língua: Conflitos, Preconceito e Desserviço	
Andréia Rocha	
Ana Carolina Costa dos Anjos	
Capítulo 7	117
História e Propaganda: Discussão sobre a construção identitária da mulher negra na publicidade brasileira	
Monnalisa Coelho Viana	
Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior	
Capítulo 8	136
A Política de Comunicação da UFT e outras questões adjacentes: trajetória e perspectivas	
Bianca Zanella Ribeiro	

Prefácio

Gilson Pôrto Jr.

Darlene Teixeira Castro

Rodrigo Barbosa e Silva

Edson de Sousa Oliveira

É com satisfação que trazemos a coletânea intitulada “Comunicação e Extensão em Jornalismo: novos a(u)tores em construção”. Trata-se de um conjunto de reflexões, fruto de pesquisas realizadas junto a atividades de ensino, pesquisa e extensão nos vários níveis. O foco geral é a interface entre as áreas de Comunicação, Educação e Ensino, o que permite uma amplitude nos olhares e nas formas de tratar os diversos problemas. Longe de ser um trabalho fechado, os autores entendem os textos como espaços de construção e, portanto, passíveis de novos olhares e reconstruções. Dessa forma convidamos você a ler e partilhar das temáticas aqui apresentadas.

No capítulo 1, intitulado “OLHARES SOBRE A VIOLÊNCIA E A ESCOLA NO TOCANTINS” as autoras Cleide das Graças Veloso dos Santos e Ana Carolina Costa dos Anjos abordam aspectos dos diferentes tipos de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes revelados pelo Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016) (ARAÚJO; SANTOS; BEZERRA, 2017), os quais são destacados e confrontados com a amostra de notícias publicadas no período de 2015 a 2017 na mídia online G1 Tocantins, sobre casos que relacionam a violência à escola, para verificar a relação da narrativa com o perfil da violência no Estado do Tocantins. A escolha pela versão midiática se deu por acreditar que os meios de comunicação podem exercer uma importante contribuição no combate a violência

No capítulo 2, intitulado “MULHERES INDÍGENAS NA MÍDIA: MAIS DO MESMO DISCURSO E SILENCIAMENTO COLONIAL” as autoras Laudovina Aparecida Pereira e Darlene Teixeira Castro analisam como a mídia, por meio de seus discursos e silêncios, trata as mulheres indígenas. Importantes temáticas serão ressaltadas a partir de pressupostos ideológicos, políticos e históricos, tendo como ponto de partida a visão apresentada pela mídia audiovisual e escrita. Dentre as temáticas, evidenciam-se: buscar quais são as concepções sobre as mulheres em geral e, especificamente, as mulheres indígenas; avaliar a tomada e retomada do discurso colonial e suas proposições, entendendo o porquê dos discursos e silêncios que reforcem os estereótipos historicamente produzidos; fundamentar a visão crítica e propositiva do ponto de vista do dualismo de gênero, originário nas antigas populações tribais.

No capítulo 3, intitulado “CARTAS PARA JORNALISTAS: O RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ALUNOS DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL EURÍDICE FERREIRA DE MELLO NO PROJETO TÉCNICAS DE JORNALISMO” os autores Isabel Cristina Lima Gonçalves e Rodrigo Barbosa e Silva trazem a experiência acadêmica vivenciada a partir do projeto de extensão Técnicas de reportagem: radiojornalismo, realizado entre os anos de 2016 e 2017 na Escola de Tempo Integral Eurídice Ferreira de Mello, em Palmas/TO. O projeto é parte obrigatória do curso de Especialização em Ensino de Comunicação em Jornalismo: temas contemporâneos da Universidade Federal do Tocantins – UFT. Com ele observou-se a importância da inserção de projetos no ambiente escolar para desenvolvimento do ensino e aprendizagem dos alunos e ainda participação da universidade pública na escola em uma parceria social e educacional por meio da extensão.

No capítulo 4, intitulado “CARACTERÍSTICAS DO DISCURSO JORNALÍSTICO EM VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO IMPRESSOS E DIGITAIS: A BUSCA PELA EFICÁCIA E ALTA COMUNICABILIDADE” o autor Celso Gick se propõe a identificar características do discurso jornalístico atualmente utilizado na redação de notícias nos veículos de

comunicação escritos impressos e online. Para posteriormente analisar normas/recomendações de jornalistas e estudiosos visando à obtenção da eficácia e alta comunicabilidade na divulgação desses "produtos", que formam a espinha dorsal dos conteúdos publicados pelos veículos de comunicação, que influenciam crucialmente na forma que os leitores veem o mundo e tomam decisões.

No capítulo 5, intitulado "QUALIDADE E TRANSPARÊNCIA NOS PROCESSOS DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E CORREÇÃO DE ERROS: UM ESTUDO DE TRÊS JORNAIS DA REGIÃO NORTE" os autores Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior e Sinomar Soares de Carvalho Silva analisam os dados sobre a participação em órgãos de autorregulação e processos de correção de erros de três jornais da Região Norte: Dez Minutos do Amazonas, Diário do Pará e Jornal do Tocantins. Esta pesquisa pode ser caracterizada como aplicada e foi desenvolvida por meio de um instrumento de avaliação concebido por meio do Programa de Pesquisa em Qualidade, Inovação e Tecnologia Aplicada em Jornalismo (Qualijor), no âmbito do Laboratório de Estudos em Jornalismo do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Os resultados demonstraram que os jornais analisados possuem baixos elementos de relação com a sociedade e estão em um nível baixo em termos de instrumentos de correção de erros. Não foram encontrados instrumentos de correção de erros nos três veículos analisados.

No capítulo 6, intitulado "JORNALISTAS X LÍNGUA: CONFLITOS, PRECONCEITO E DESSERVIÇO" as autoras Andréia Rocha e Ana Carolina Costa dos Anjo discutem a concepção de língua que vigora na sociedade como um todo e, em especial, no meio do Jornalismo. Considerando que o preconceito linguístico é tão real quanto outros preconceitos no Brasil, pretende-se explanar sobre os equívocos conceituais acerca do que é a língua, considerando que esses equívocos são um dos motivos que levam a posicionamentos preconceituosos sobre desvios da Norma Padrão, cometidos na sociedade e no meio midiático, reforçando a concepção prescritivista da língua, sem considerá-la como objeto de uma ciência,

Linguística, já consolidada desde século XIX. O capítulo traça um panorama sobre a relação que jornalistas têm com a língua, a forma com que professores da língua portuguesa usam o espaço midiático, com abordagens meramente prescritivistas, e despertar questionamento sobre a relação língua x mídia x sociedade, a partir do olhar lançado sobre matérias que tratam de desvios gramaticais e ortográficos.

No capítulo 7, intitulado “HISTÓRIA E PROPAGANDA: DISCUSSÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER NEGRA NA PUBLICIDADE BRASILEIRA” os autores Monnalisa Coelho Viana e Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior discutem como se estruturou a participação da mulher negra nessa atividade de comunicação. Através de um ensaio do olhar histórico sobre a presença das mulheres negras desde o período pós escravatura, até os dias atuais, na busca de compreender como foi o processo de construção da imagem

E finalizando, no capítulo 8, intitulado “A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DA UFT E OUTRAS QUESTÕES ADJACENTES: TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS” a autora Bianca Zanella Ribeiro analisa a Política de Comunicação da UFT, desde a sua elaboração, e discutem-se questões adjacentes a partir de uma releitura crítica da normativa instituída e das propostas apresentadas na dissertação Planejamento e avaliação da comunicação organizacional em universidades públicas: o caso da UFT, à luz de novos dados e novas perspectivas, com o intuito de reascender o debate sobre as diretrizes e a gestão da comunicação da Universidade. Conclui-se que a Política de Comunicação da UFT constituiu um importante legado de aprendizado organizacional, mas precisa ser atualizada e repactuada pela comunidade universitária. Paralelamente, deve-se implantar uma metodologia que possibilite a verificação da evolução da comunicação e dos efeitos da Política de forma comparada em longo prazo.

Boa Leitura!

Capítulo 1

Olhares sobre a violência e a escola no Tocantins

Cleide das Graças Veloso dos Santos¹

Ana Carolina Costa dos Anjos²

Nesse capítulo, abordamos aspectos dos diferentes tipos de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes revelados pelo Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016) (ARAÚJO; SANTOS; BEZERRA, 2017)³, os quais são destacados e confrontados com a amostra de notícias publicadas no período de 2015 a 2017 na mídia online G1 Tocantins, sobre casos que relacionam a violência à escola, para verificar a relação da narrativa com o perfil da violência no Estado do Tocantins. A escolha pela versão midiática se deu por acreditar que os meios de comunicação podem exercer uma importante contribuição no combate a violência.

Para tanto, é importante compreender que a violência na escola é presente tanto na esfera pública, como privada, nos mais diferentes níveis

¹ Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela UFT (2011), Master of Business Administration (MBA) em Jornalismo Empresarial e Assessoria de Imprensa pela Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro (2014), Pós-graduada na Especialização em Comunicação, Jornalismo e Ensino: Temas Contemporâneos pela Universidade Federal do Tocantins (2018) e Mestra em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (2019). E-mail: cleide.veloso13@gmail.com.

² Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela UFT (2012), Especialista em Comunicação, Jornalismo e Ensino (Opaje-UFT, 2017), Mestra em Ciências do Ambiente (2015), Doutoranda em Sociologia (Universidade Federal de São Carlos, 2018-2022). E-mail: carolcdosanjos@gmail.com.

³ O *Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016)* é um relatório elaborado pelo Observatório dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedeca Glória de Ivone); da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins)/Pró-Reitoria de Extensão por meio da Escola de Conselhos e Observatório Universitário Estadual da Criança e do Adolescente (Oeca) e o Centro de Apoio Operacional as Promotorias da Infância e Juventude (Caopiji/MPE-TO), publicado em julho de 2017.

de ensino, países e que encontra diferentes motivações e consequências, ademais, não é considerado um problema social recente⁴.

Algumas ocorrências ganham repercussão na imprensa e reacendem diálogos e discussões. Nessas ocasiões, as constatações de pesquisas tendem a entrar em pauta, na busca de compreensão e de soluções. A divulgação de casos possui um importante papel informativo, para construção de uma consciência crítica na sociedade e incentivo ao envolvimento popular, tal como para a elaboração de políticas públicas ajustadas à realidade local.

O Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016) apresenta dados reunidos a partir das denúncias registradas no Disque 100⁵, que apresentam relação com a idade escolar. Com inspiração nesse estudo foi realizada uma pesquisa, no período de 15 de outubro a 09 de dezembro de 2017, de notícias a respeito da combinação dos termos violência e escola no G1 Tocantins.

O suporte do veículo escolhido, isto é, o local são divulgadas as notícias considerou a Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 – Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira (IBOPE, 2017), em nível nacional, que nos informa que a escolha de 49% de 15.050 entrevistados, como fonte de informação é a internet, sendo a segunda opção de acesso a notícias dos brasileiros, atrás somente da televisão. No Tocantins, 79% buscam a televisão, 16% optam a internet e o restante escolhem outras mídias. Em 2014, a primeira edição dessa pesquisa traz uma tabela que aponta o veículo G1 na 3ª posição do *ranking* de fonte de informação na internet, atrás

⁴ Essa é uma das afirmações registradas no livro *Violências nas escolas*, resultado de um esforço conjunto de várias instituições, publicado em 2002, sob a coordenação de Miriam Abramovay e Maria das Graças Rua, que faz referência aos primeiros estudos. Desde os primeiros estudos realizados sobre o assunto, nos Estados Unidos, na década de 1950, diversas das dimensões desse fenômeno passaram por grandes mudanças e os problemas decorrentes assumiram maior gravidade (ABRAMOVAY; RUA., 2002, p. 29).

⁵ A Central Disque 100 é um mecanismo de proteção dos direitos humanos, um serviço da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, lançado em 2003, que funciona 24 horas por dia, com vistas a atender especialmente as populações consideradas em alta vulnerabilidade, como crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, LGBT, pessoas em situação de rua, quilombolas, ciganos, índios e pessoas em privação de liberdade. A central recebe denúncias que são analisadas e encaminhadas aos órgãos de proteção, defesa e responsabilização em direitos humanos, priorizando órgão de intervenção imediata para o rompimento do ciclo de violência e proteção da vítima (PORTAL BRASIL, 2014).

somente da mídia digital *Facebook* e do site *Globo.com*, entre os 20 sites citados na pesquisa.

Dessa forma, fazendo uso do método de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), entendendo por violência as agressões físicas e psicológicas, foram considerados como critérios de seleção das notícias, os casos com motivação no desentendimento, assalto, roubo, *bullying*, racismo, abuso sexual, tráfico entorpecente, abuso de poder; ocorridos dentro, em frente ou próximo a unidades escolares; com ou sem envolvimento de alunos, professores e funcionários. Assim, foram localizadas 40 notícias de acesso aberto aos leitores, publicadas durante os anos de 2015, 2016 e 2017, os quais são o objeto de análise dessa pesquisa.

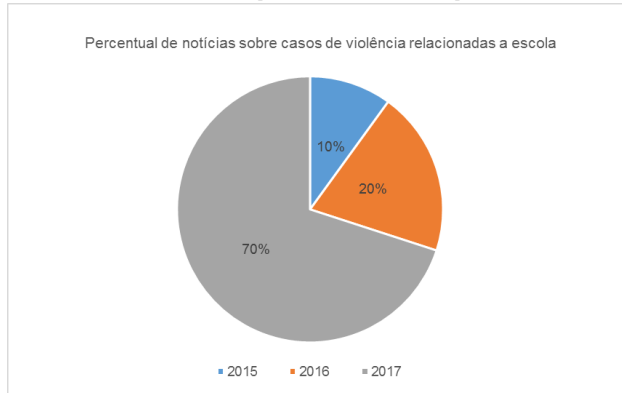
Vale ressaltar que essa pesquisa não tem a pretensão de atribuir classificação à qualidade narrativa dos profissionais ou do veículo de comunicação, todavia o objetivo é verificar as evidências apontadas no Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016) nas publicações da mídia analisada. Destarte, busca promover uma reflexão sobre o tema, com as informações que aproximam o assunto dos aspectos percebidos no território tocantinense, na expectativa de colaborar com a continuidade de pesquisas que buscam o avanço das investigações científicas sobre o tema. Nesse sentido, o próximo subtítulo abordamos a violência e a escola na cobertura jornalística na mídia online.

Violência e escola na pauta da mídia online

Considerando o envolvimento direto ou indireto dos diferentes atores da unidade de ensino, seja na condição de vítima ou agressor foram localizadas um total de 40 publicações, sendo 04 veiculações no ano de 2015, 08 matérias no ano de 2016 e 28 no ano de 2017.

A elevação do número de publicações não representa diretamente um aumento da violência, infere-se que tenha aumentado a divulgação dos casos ocorridos, como pode ser observado nos percentuais do gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Percentual de notícias publicadas sobre o tema no período de 2015 a 2017



Fonte: Pesquisa realizada no G1 Tocantins, no período de 15/10 a 09/12/2017.

No ano de 2015, as 04 notícias publicadas foram a respeito de violência física, contudo, 02 matérias não informam a motivação do caso da perfuração provocada com uso de revólver e de outro com o uso de faca relatados nas matérias. Uma publicação apresenta roubo com briga corporal e uso de faca; e o último caso a motivação fora o desentendimento que resultou no ataque de fúria com o uso de um caco de vidro. Outros aspectos dessas notícias estão dispostos nas tabelas a seguir.

Tabela 1 - Notícias publicadas no ano de 2015 e o local da agressão em relação à escola

Dentro	Fora	Próximo	Total
1	3	0	4

Fonte: Pesquisa realizada no G1 Tocantins, no período de 15/10 a 09/12/2017.

Tabela 2 - Característica dos agressores nas notícias publicadas no ano de 2015

Quantidade	Vínculo	Sexo	Faixa etária	Raça ou Etnia
01	Aluno	Masculino	Não informada	Não informada
01	Aluno	Masculino	10 a 14 anos	Não informada
02	Aluno	Masculino	15 a 17 anos	Não informada

Fonte: Pesquisa realizada no G1 Tocantins, no período de 15/10 a 09/12/2017.

Tabela 3 - Característica das vítimas nas notícias publicadas no ano de 2015

Quantidade	Vínculo	Sexo	Faixa etária	Raça ou Etnia
01	Aluno	Masculino	Não informada	Não informada
02	Aluno	Masculino	15 a 17 anos	Não informada
01	Professor	Masculino	Acima 18 anos	Não informada

Fonte: Pesquisa realizada no G1 Tocantins, no período de 15/10 a 09/12/2017.

Em 2016, das 08 matérias publicadas, 03 matérias se referem à violência psicológica e 05 têm relação com a violência física. As notícias relacionadas à violência psicológica apresentaram como motivação o abuso de poder, que resultou na prática da negligência⁶.

Já entre as notícias de violência física 02 tiveram como motivação o assalto com perfuração por revolver e as outras 03 notícias também são relacionadas a um caso que teve como motivação o abuso de poder e prática da força excessiva com uso de algemas, por parte dos policiais. As tabelas a seguir apresentam um panorama do cenário da violência que passou a ser divulgado.

Tabela 4 - Notícias publicadas no ano de 2016 e o local da agressão em relação à escola

Dentro	Fora	Próximo	Total
5	3	0	8

Fonte: Pesquisa realizada no G1 Tocantins, no período de 15/10 a 09/12/2017.

Tabela 5 - Característica dos agressores nas notícias publicadas no ano de 2016

Quantidade	Vínculo	Sexo	Faixa etária	Raça ou Etnia
03	Institucional ⁷	Não informado	Não informada	Não informada
02	Desconhecido	Masculino	Não informada	Não informada
03	Promotor/Justiça	Masculino	Acima 18 anos	Não informada

Fonte: Pesquisa realizada no G1 Tocantins, no período de 15/10 a 09/12/2017.

Tabela 6 - Característica das vítimas nas notícias publicadas no ano de 2016

Quantidade	Vínculo	Sexo	Faixa etária	Raça ou Etnia
03	Aluno	Não informado	Não informada	Não informada
02	Aluno	Masculino	Acima 18 anos	Não informada
02	Aluno	Masculino	Não informada	Não informada
01	Aluna	Feminino	Não informada	Não informada

Fonte: Pesquisa realizada no G1 Tocantins, no período de 15/10 a 09/12/2017.

No decorrer de 2017 foram localizadas 28 matérias, até o encerramento das buscas por notícias; sendo 10 sobre violência física e 18 sobre violência psicológica. Entre as publicações que relatam violência física 03 apontam motivação no abuso sexual sem uso de arma; 02 casos têm motivação no assalto,

⁶ Casos como registrado na notícia publicada em 29 nov. 2017, por G1 Tocantins, sob o título “Estudante que desmaiou em atividade do Exército diz que alunos não podiam tomar água”.

⁷ Nesta pesquisa é classificada como institucional o vínculo dos agressores que promoveram algum tipo de violação relacionada à instituições externas do sistema de ensino, como por exemplo, a atuação da Polícia Militar em atendimento a ordem do promotor de justiça, na desocupação de uma escola, conforme notícia pelo G1 Tocantins, sob o título Vídeo mostra momento em que PMs imobilizam aluno e desocupam escola, em 20 de nov. 2016.

sendo um com briga corporal, uso de revólver, faca e madeira e outro com ameaça e uso de revólver; 01 matéria tem motivação no desentendimento com briga corporal sem arma; 04 notícias com motivação não informada e perfurações, sendo uma por faca e 03 por revólver.

Nas matérias sobre violência psicológica, 14 tem motivação no abuso de poder e prática da negligência; 01 tem como motivação a ameaça com porte ilegal de um revólver; 01 tem motivação no *bullying* com agressão verbal; 02 têm motivação não informada na prática de ameaça. Outros aspectos são apresentados nas tabelas seguintes.

Tabela 7 - Notícias publicadas no ano de 2017 e o local da agressão em relação à escola

Dentro	Fora	Próximo	Total
16	7	5	28

Fonte: Pesquisa realizada no G1 Tocantins, no período de 15/10 a 09/12/2017.

Tabela 8 - Característica dos agressores nas notícias publicadas no ano de 2017

Quantidade	Vínculo	Sexo	Faixa etária	Raça ou Etnia
01	Motorista/Escolar	Masculino	Não informada	Não informada
01	Aluno	Masculino	Acima 18 anos	Não informada
01	Aluno	Masculino	15 a 17 anos	Não informada
01	Aluno	Não informado	Não informada	Não informada
01	Ex-aluno	Masculino	Não informada	Não informada
01	Professor/dança	Masculino	Acima 18 anos	Não informada
01	Professora	Feminino	Acima 18 anos	Não informada
04	Desconhecidos	Masculino	Não informada	Não informada
02	Desconhecido	Não informado	Não informada	Não informada
06	Institucional	Não informado	Não informada	Não informada
02	Direção	Feminino	Não informada	Não informada
01	Direção	Masculino	Não informada	Não informada
02	Não informado	Masculino	Não informada	Não informada
04	Não informado	Não informado	Não informada	Não informada

Fonte: Pesquisa realizada no G1 Tocantins, no período de 15/10 a 09/12/2017.

Tabela 9 - Característica das vítimas nas notícias publicadas no ano de 2017

Quantidade	Vínculo	Sexo	Faixa etária	Raça ou Etnia
02	Aluna	Feminino	0 a 4 anos	Não informada
01	Aluna	Feminino	5 a 9 anos	Não informada
03	Aluna	Feminino	10 a 14 anos	Não informada
02	Aluna	Feminino	Não informada	Não informada
04	Aluno	Masculino	Não informada	Não informada
06	Aluno	Não informado	Não informada	Não informada
01	Não Informado	Masculino	10 a 14 anos	Não informada
01	Não Informado	Masculino	15 a 17 anos	Não informada
02	Não Informado	Masculino	Acima 18 anos	Não informada

05	Não Informado	Não informado	Não informada	Não informada
01	Direção	Masculino	Acima 18 anos	Não informada

Fonte: Pesquisa realizada no G1 Tocantins, no período de 15/10 a 09/12/2017.

As notícias relataram ocorrências em diferentes municípios, com maior número de incidências em Palmas, Paraíso, Araguaína e Gurupi, tendo 08 escolas públicas estaduais, 07 escolas públicas municipais, 02 escolas privadas e em 09 não foram informadas. O volume de divulgação das ocorrências relacionadas à violência, dentro, fora e próximo às escolas do Tocantins se mostrou crescente, no período analisado, comparado aos anos anteriores.

Uma vez expostos os dados da amostra de notícias, no próximo subtítulo, apresentamos uma breve análise que visa comparar dados midiáticos com a pesquisa publicada como Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016).

Olhares sobre a violência na idade escolar no Tocantins

Ao enveredar nos estudos sobre a questão da violência, a fonte, a abrangência e o recorte temporal podem revelar importantes aspectos qualitativos e/ou quantitativos. Contudo a diversidade dos dados registrados nos órgãos receptores de informação ou de denúncia torna-se recomendável não considerar equivalência ao total de ocorrências. De acordo com o Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016), muitos casos não chegam a ser denunciados, por motivos como segredo de família, carência de atendimento especializado nas proximidades ou vergonha a exposição por parte da vítima (CEDECA; OECA; CAOPIJI/MP-TO, 2017).

A dificuldade de compreensão e análise sobre a violência escolar se dá também devido à ausência de consenso do significado do termo violência. Por vezes, em busca de popularidade, a divulgação de casos realizada pelos próprios estudantes ganha espaço na mídia, mediante o aumento da frequência de registros (PEREIRA, 2016). E, nesse cenário, os estudos empreendidos, especialmente por organismos internacionais, buscam

analisar, contextos violentos que surgem na escola, fatores internos e externos, como a situação é percebida pelos atores, o espaço social em que a unidade se encontram, as suas relações sociais e das medidas de combate à violência escolar (ABRAMOVAY; AVANCINI; OLIVEIRA, 2006 *apud* PEREIRA, 2016).

Nesse sentido, o Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016) também esclarece que os números apresentados se referem somente aos casos registrados na Central de Denúncias Disque 100; portanto a falta de registro não equivale à ausência de violência e, assim, são frequentes os casos que não chegam aos canais de denúncia, por vários motivos, como a omissão, medo, falta de credibilidade institucional, insegurança do anonimato, impunidade, segredo familiar ou inexistência do serviço nas proximidades (ARAÚJO; SANTOS; BEZERRA, 2017).

No último censo, realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Tocantins registrava uma população de 1.383.445 pessoas, com estimativa de 1.550.194 pessoas para 2017. De acordo com os dados do censo IBGE da educação no Estado, em 2015, foram registrados um total de 39.960 matrículas no ensino pré-escolar; 251.179 matrículas no ensino fundamental e 68.654 matrículas no ensino médio, totalizando 359.793 alunos matriculados (IBGE; 2010, 2015).

Segundo o Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016), 82 dos 139 municípios tocantinenses registraram denúncias no Disque 100, somando um total de 353 casos de violações aos direitos humanos de crianças e adolescentes, sendo 204 casos no ano de 2015 e 149 casos no ano de 2016 (ARAÚJO; SANTOS; BEZERRA, 2017).

No Brasil, não há censura, mas restrições para a publicação de casos que exigem sigilo de justiça. No entanto, a qualquer tempo, a narrativa deve observar a legislação, para que se evidenciem os fatos, sem sugerir pré-julgamentos, provocar danos e/ou injustiça ao suspeito, exposição excessiva dos envolvidos e familiares.

Dessa perspectiva, a imprensa busca cumprir a exigente velocidade necessária a apuração de notícias para mídia online; que geralmente acontece algum tempo depois do fato ocorrido, com evidências de que a produção narrativa precisou se apoiar no resumo ou no registro da ocorrência, com informações características de protocolos institucionais⁸.

Paralelo a esse contexto, segundo Silva (2012) as questões voltadas para os direitos humanos se determinam ao longo do tempo como resultado de diálogos e discussões. Afirma ainda que os direitos humanos são construções sociais conquistadas ao longo do tempo. Nas palavras do autor:

É preciso ter a correta noção de que os direitos humanos não caem do céu, assim como também não são respeitados pelas sociedades por um simples ato vocacional. Eles são resultado de um longo processo histórico que o Brasil, nos últimos tempos, tem percorrido cada vez com mais consistência (SILVA, 2012, p. 46).

Dito isso, há que se ter em mente também que os casos de violência relacionados à escola, localizados nas matérias de acesso aberto do veículo G1 Tocantins, publicadas nos anos de 2015 e 2016, não informam a relação dessas ocorrências com os registros do Disque 100. A soma das publicações se resume no total de apenas 12 matérias pertinentes ao tema, concentradas em somente 04 municípios⁹.

A partir disso pode-se inferir que a divulgação midiática factual foi significativamente inferior aos registros do canal de denúncias. E apesar da quantidade desse tipo de publicação ter obtido um aumento maior que cem por cento no ano de 2017, a soma das matérias localizadas na pesquisa nos três anos pesquisados não equivale a mais que 11,33% dos casos

⁸ A definição deste termo na língua portuguesa, tanto na forma singular como plural, aponta possibilidades diferentes de compreensão, portanto, para os estudos apresentados, adotamos a compreensão que relaciona a instituição pública, seja da esfera municipal, estadual ou federal.

⁹ Nas notícias da amostra foram citados os municípios de Araguaína, Miracema, Palmas e Peixe, conforme dados coletados na Pesquisa realizada no G1 Tocantins, no período de 15/10 a 09/12/2017.

analisados no Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016), comparando o mesmo período.

Quanto à localização da ocorrência, durante os anos de 2015 e 2016, metade das matérias publicadas no G1 Tocantins, que citam violência e escola, relataram casos dentro da escola e a outra metade do lado de fora. Em 2017, a quantidade de casos ocorridos dentro da escola foi três vezes maior que a soma dos dois anos anteriores; a quantidade de matérias apontando o lado de fora não teve grande alteração; surgindo matérias que passaram a apontar ocorrências próximas a escola.

Em relação ao local da violação, o Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016), registra que 56% dos casos ocorrem na residência da vítima; em seguida 14% em bares, restaurantes e lanchonetes, praças, ruas, estradas e fazendas; com o mesmo percentual, 14% dos episódios sucederam em escolas, instituições públicas e transporte escolar; logo após, com 12% vem as violações praticadas na residência do agressor e, por fim com 4% as que ocorreram em outros lugares (ARAÚJO; SANTOS; BEZERRA, 2017).

Logo, a localização das ocorrências é um dos fatores importantes, que não deve ser desprezado; antes, sugere estudos mais aprofundados, capazes de verificar a influência ou a relação do cenário com potenciais origens e consequências para proposição de ações e políticas públicas que buscam mitigar a violência que envolve a escola, os atores envolvidos nos casos e a comunidade afetada.

Do ponto de vista étnico-racial, o Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016), indica que em 2015, a maioria dos registros das crianças e adolescentes em situação de violência apontou a etnia parda como vítima, com 60 denúncias; vindo em segundo lugar as de etnia branco (sic), com 43 casos; as da etnia negro (sic) em seguida com 12 ocorrências; tendo as da etnia amarelo (sic) 02 episódios e nenhum registro declarado como da etnia indígena, outros ou não informado. E em 2016, mantendo a tendência dos registros, com a maioria da etnia parda, que aumentou para 96 denúncias; da etnia branco (sic),

passou para 50 casos; da etnia negro (sic) também se elevou para 17 ocorrências; não havendo registros da etnia amarelo (sic) e indígena; surgindo os declarados como outros ou não informado, com 78 ocorrências (ARAÚJO; SANTOS; BEZERRA, 2017).

No site de notícias G1 Tocantins, nenhuma das 40 notícias informaram a cor, raça ou etnia tanto das vítimas, bem como a das pessoas agressoras. Nem mesmo as matérias que não informavam nome, sexo ou faixa etária das partes envolvidas tiveram indicação da característica étnico racial. Então, a partir da amostra, não foi possível visualizar essa relação.

É importante ressaltar que o Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016) considera que, quanto a cor da pele, o resultado obtido com base nos registros do Disque 100 vai na contramão dos dados do Censo do IBGE (2010); ao revelar que a maioria dos registros apontam no *ranking* de denúncias 56% da etnia parda, 33% branco e 10% negro; uma vez que o Tocantins é predominantemente composto por pessoas da cor parda, negra e indígena. Então, o levantamento pondera sobre a hipótese da população ainda não se reconhecer como negra (ARAÚJO; SANTOS; BEZERRA, 2017).

Um adendo sobre a questão racial se faz relevante nesse momento do texto, isto porque, a história da população negra no Brasil é atravessada por um esvaziamento simbólico (dentre outros tantos esvaziamentos), ora, houve uma desconstrução de características raciais para reconstrução da identidade brasileira ao longo dos tempos e as dificuldades de se reconhecer como negro são temas de estudos, que vêm sendo tomados de forma mais aprofundada e de fato recebendo mais atenção na contemporaneidade dentro de uma perspectiva de identidade racial-cultural (SOUZA, 1983; AZEVEDO, 1987; FANON, 2008; ORTIZ; 2006, 2009). Porém, entre outros, tem-se Schwarcz (2014) que trabalha essa questão a partir de uma narrativa científica no Brasil, na virada do século XIX. O delineamento histórico vem revelando como as questões étnicas raciais,

especialmente relacionadas ao negro, são socialmente postas à margem, inclusive no acesso aos espaços midiáticos (SODRÉ; 1999, 2005)¹⁰.

Sob o aspecto da faixa etária, apesar do G1 Tocantins não ter mantido um padrão informativo, algumas notícias informaram a idade das vítimas e/ou dos suspeitos da agressão. Assim, em 2015, a maioria dos agressores apresentou idade na faixa etária de 15 a 17 anos, seguida da faixa etária dos 10 aos 14 anos. Entre as vítimas se destacou as da faixa etária dos 15 aos 17 anos, seguida das que estavam acima de 18 anos.

Em 2016, tanto a maioria dos agressores como das vítimas, não tiveram a idade informada; seguidas pelas as que estavam acima de 18 anos. Da mesma forma, em 2017, a maioria dos agressores não tiveram idade informada, seguidos dos que estavam acima de 18 anos e por último os da faixa etária de 15 a 17 anos. Entre as vítimas, a maioria também não teve idade informada, seguidas das que estavam na faixa etária de 10 a 14 anos, depois pelas da faixa acima de 18 anos, a seguir as da faixa de 0 a 4 anos e empatadas ao final, as de 5 a 9 anos e as de 15 a 17 anos de idade.

Portanto, podemos inferir que, no ranking da faixa etária, as vítimas das notícias do G1 Tocantins no ano de 2017, foi o resultado que mais apresentou semelhança com os dados da pesquisa do Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016). Considerando que esse mapeamento registrou que 36% das vítimas(o maior percentual de ocorrências) pertenciam a faixa etária entre 10 e 14 anos; seguida das que possuíam idade entre 5 a 9 anos, sendo 23% de casos; depois as que estavam entre 0 a 4 anos, com 19% dos fatos registrados e, por fim as vítimas entre 15 e 17 anos com 17% dos episódios denunciados (ARAÚJO; SANTOS; BEZERRA, 2017).

Além de serem consideradas as variáveis da concepção de violência na escola, o tipo da escola, os atores, a idade, entre outros fatores; como o gênero também se enquadra como uma variante dessa compreensão (PEREIRA, 2016).

¹⁰ O tema tem uma ampla literatura que vem se adensando desde os Estudos Culturais, Estudos Subalternos; Pós-coloniais e Decoloniais, entretanto não é a pauta específica desse capítulo.

E em relação ao gênero, os dados sugerem maior observação, pois segundo o Disque 100, 57% de denúncias de violação dos direitos da criança e do adolescente no Tocantins foram contra meninas, 39% contra meninos e 4% contra vítimas de gênero não informado, conforme citado no Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016) que considera que os resultados evidenciam a lógica de dominação masculina, virilidade e subordinação feminina, nos diferentes espaços sociais (ARAÚJO; SANTOS; BEZERRA, 2017).

Na amostra das notícias do G1 Tocantins, em 2015, todos os 04 agressores e todas as 04 vítimas eram do sexo masculino. No ano de 2016, 03 agressores não tiveram o sexo informado e 05 eram do sexo masculino, não tendo nenhum do sexo feminino. Entre as vítimas 03 não tiveram o sexo informado, 04 eram do sexo masculino e 01 do sexo feminino. Em 2017, entre os agressores, 12 eram do sexo masculino, 03 do sexo feminino e 13 não informados. Entre as vítimas 08 eram do sexo feminino, 09 do sexo masculino e 11 não tiveram o sexo informado.

Portanto, no período analisado, a cobertura do G1 Tocantins repercutiu com menos frequência, os casos de violência que envolve a escola, tendo o sexo feminino como vítima ou agressora. Mas todos os casos em que houve violência contra meninas, o suspeito da agressão era do sexo masculino, o que aproxima o resultado às constatações do Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016).

Outro dado significativo nas denúncias do Disque 100 está relacionado ao vínculo do agressor, conforme citado no Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016) que detalha 12 diferentes tipos de violadores e os índices de registros, que destaca a mãe, em 34% dos casos; depois vem o pai, em 23% dos episódios; as instituições, em 15% das ocorrências; e assim seguem outros (ARAÚJO; SANTOS; BEZERRA, 2017).

Os meios de comunicação evidenciam um cuidado com a exposição de vínculos, nos casos de violência que envolvem a escola e seus atores. Porém, o Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do

Tocantins (2015-2016) esclarece a importância de um fator que pode ocupar uma função determinante na origem de comportamentos e reações desencadeantes de ciclos de agressões e violências, como reflexo do convívio dos atores envolvidos. A publicação ainda considera que 71% dessas violações são praticadas por pessoas que fazem parte do vínculo familiar, alguém do círculo de convívio e confiança da vítima. Então, pontuam que a posição de destaque da mulher/mãe nas denúncias possui relação com o papel de mantenedora da família e com a permanência no ambiente doméstico; mas alerta que a precariedade das condições de sobrevivência familiar não justifica a violação de direitos (ARAÚJO; SANTOS; BEZERRA, 2017).

Na análise das matérias do G1 Tocantins, publicadas durante o ano de 2015, o vínculo dos agressores com a escola nas 04 notícias analisadas era de alunos. No ano de 2016, dos 08 agressores, 02 eram desconhecidos e os 06 restantes tinham vínculo institucional. Em 2017, os agressores das 28 matérias, 01 era motorista de veículo escolar, 03 eram alunos, 01 era ex-aluno, 02 eram professores, 06 eram desconhecidos, 06 eram institucionais¹¹, 03 eram diretores e 06 não informados.

A identificação do vínculo nesta pesquisa, usou como referência somente as informações oferecidas nas narrativas analisadas. Portanto, considerando os anos de 2015 e 2016, o vínculo institucional se destacou entre os agressores, o que se repetiu em 2017, sendo um dos três vínculos de maior destaque do Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016).

Em constante fluxo, o processo de formação da cultura de uma população se estabelece em um espaço de tensões e negociações, entre os grupos dominantes e os que se opõe a subordinação, nas quais as desigualdade sociais se apresentam e se naturalizam, quanto a diferença de classe, gênero, raça ou etnia (SILVA, 2012; GOMES, 2008 *apud* SILVA, 2012).

¹¹ Nesse estudo, consideramos institucionais os atos praticados por pessoas que agiram em nome da instituição, que relacionou sua ação ao poder do órgão que representa, como por exemplo, na prisão de menores no movimento de ocupação da unidade de ensino.

Nos últimos anos, com frequência, além da violência física, as agressões psicológicas têm feito parte dos diálogos e discussões em torno das questões da violência na escola. Sendo agressão psicológica, apontada as mais difíceis de serem identificadas antes de apresentarem maior gravidade.

A recomendação tem se repetido para a observação da mudança de comportamento da criança ou adolescente, como uma maneira de identificar potenciais vítimas de violência na escola. Nesse sentido, a indicação da tipologia da violência na narrativa é uma forma que pode contribuir para a popularização conceitual das formas de identificação das formas de violências recorrentes.

Sete diferentes tipos de violação dos direitos da criança e adolescentes foram apontados no Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016). De acordo com o mapeamento, a negligência se apresentou em 40% dos registros; a violência física em 21%; a violência psicológica em 19%; o abuso sexual em 12%; a violência institucional em 5%; a violência infantil em 2% das ocorrências; e em 1% o tráfico de seres humanos (ARAÚJO; SANTOS; BEZERRA, 2017).

Das 40 matérias analisadas as 04 relacionadas ao ano de 2015 eram de violência física, sendo 02 com motivação não informada, 01 com motivação no roubo e 01 no desentendimento. Em 2016, das 08 notícias, 03 foram de violência psicológica com motivação no abuso de poder e prática da negligência; 05 de violência física, sendo 02 com motivação no assalto e perfuração por revólver; outras 03 com motivação no abuso de poder, prática da força excessiva e uso de algemas.

Apesar do pouco volume, as notícias dos anos de 2015 e 2016 confirmam a prática da negligência como motivação da violência psicológica e diferentes tipos de violência física nas ocorrências de casos de violência na escola, refletindo a tendência da tipologia de violações apresentadas no Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016).

Entre as 28 matérias do ano de 2017, 10 são de violência física, sendo 03 com motivação no abuso sexual, 02 com motivação no assalto, 01 com motivação no desentendimento e 04 têm motivação não informada com perfurações por faca armas. As 18 matérias restantes são sobre violência psicológica, sendo 14 com motivação no abuso de poder na prática da negligência; 01 tem motivação em ameaça com porte ilegal de arma; 01 tem motivação no *bullying* com agressão verbal e 02 com motivação não informada na prática de ameaça. A prática da negligência, da violência física e psicológica seguiu a tendência dos anos anteriores, na amostra do ano de 2017.

Do ponto de vista de , Rosimar Serena Siqueira Esquinsani e Valdocir Antonio Esquinsani (2013, p. 94, grifo dos autores) “um tema dos mais fortes e que envolve diretamente o contexto atual, a dimensão da violência e os processos educativos, diz respeito ao *bullying* (tanto físico, presencial, quanto o chamado *cyberbullying* praticado através, especialmente, de redes sociais)”. Na época, os últimos cinco anos (2008-2013), eram considerados o período de maior atenção ao tema pelos autores.

Apesar de ainda muito recorrente nos debates sobre violência e escola, na amostra do G1 Tocantins, o relato de ocorrência de caso citando o termo *bullying* só se apresentou em uma notícia analisada.

O auto índice de negligência registrado, por meio das denúncias do Disque 100, conforme registra o Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016) é reflexo das famílias impactadas pelo círculo vicioso do consumo de álcool e/ou drogas, falta de políticas públicas e da cultura do respeito aos direitos humanos (ARAÚJO; SANTOS; BEZERRA, 2017).

No período analisado, não há informações nas notícias, que aponte a relação dos casos com vícios, preconceitos raciais ou de classe. Porém todas as vítimas femininas foram submetidas às violências relacionadas ao domínio da questão de gênero.

A partir da análise do cenário apresentado e das constatações evidenciadas mediante a comparação dos dados relatados, seguem as considerações finais, sobre as reflexões pretendidas.

Considerações Finais

A quantidade de publicações das ocorrências que relacionaram violência e escola demonstrou crescimento no G1 Tocantins, durante o período analisado. Os aspectos dos casos de violência na idade escolar publicados no G1 Tocantins, refletiram a relação das ocorrências com a tendência da faixa etária apontada no Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016).

Mas, somente nas notícias do ano de 2017, se tornou possível visualizar a relação das vítimas ao gênero, identificadas nos anos anteriores do referido mapeamento. Apesar do avanço na divulgação dos casos próximos a escola, há carência ou diferenças no formato das informações, por vezes, devido aos diferentes padrões de registros das fontes e que repercute na compreensão dos casos, no enquadramento da motivação ou tipo de violência. Em alguns casos, a narrativa chega a dificultar a compreensão de quais atores ocupam o papel de vítima ou agressor.

Se por um lado, a violência contra criança e adolescente apresentam baixo volume de registros de denúncias; a cobertura jornalística, por sua vez, além de poucas publicações, evita oferecer detalhes na contextualização dos fatos, bem como de qualquer repercussão posterior ou esclarecimentos sensibilizadores sobre os tipos de violência na escola.

Para além do volume de divulgação factual da ocorrência de casos, os veículos de comunicação possuem recursos narrativos e tecnológicos, que lhes dão condições de oferecer mais do que informações oficiais ou condicionadas a motivação em denúncias; podendo dessa forma também contribuir com o trabalho preventivo.

Considerando a amostra, mesmo preservando a vítima e evitando a exposição precoce de suspeitos, progressos no esclarecimento do tipo de

violência praticada, podem colaborar com a compreensão pública das questões envolvidas, na ocorrência divulgada. O posicionamento dos meios de comunicação pode contribuir com iniciativas que buscam evitar o estímulo a naturalização da violação, dos vários tipos de agressões e da adoção cultural de comportamentos, que prejudicam a erradicação da violência na idade escolar e tende a irradiar, no futuro, nas condutas da vida adulta, em sociedade.

Diante do contexto das considerações dispostas, o avanço dessa análise sugere o empreendimento de um estudo, para retomada do tema sobre a violência que passou a ser compreendida popularmente como *Bullying*, com diferentes motivações e consequências, para verificar como ocorre a abordagem da mídia sobre o assunto no Tocantins.

Referências

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. das G.(coods.). **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002, 400p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

ARAÚJO, L. P. de; SANTOS, D. R. de O.; BEZERRA; M. S (orgs.). **Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Estado do Tocantins (2015-2016)**. Tocantins, jul. 2017. Elaboração Observatório dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedeca Glória de Ivone; Universidade Estadual do Tocantins (Unitins)/Pró-Reitoria de Extensão por meio da Escola de Conselhos e Observatório Universitário Estadual da Criança e do Adolescente (OECA); Centro de Apoio Operacional as Promotorias da Infância e Juventude (CAOPIJI/MP-TO). Palmas: s/e. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/426598/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

AZEVEDO, C. M. M. DE. **Onda Negra, Medo Branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX**. prefácio de Peter Eisenberg. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. [Coleção Oficinas da História, v. 6 Bibliografia].

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.:

IBGE. **População: censo 2010**. Tocantins. Brasil. Cidades. Panorama. [Online]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>> Acesso em: 09 dez 2017.

_____. **Ensino: matrículas, docentes e rede escolar 2015**. Tocantins. Brasil. Cidades. Pesquisas. [Online]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/13/5902>> Acesso em: 09 dez 2017.

IBOPE. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 – Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira**. Secretaria de Comunicação da Presidência da República. [Online] 2017. Disponível em: <<http://www.pesquisademidia.gov.br>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

ORTIZ, R. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **A Moderna Tradição Brasileira: Cultura brasileira e indústria cultural**. 9. Reimp., 5. ed., São Paulo: Brasiliense, 2009.

PEREIRA, K. dos S. **Violência escolar**. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Violência contra professores nas escolas**. Consultoria Legislativa da Área XV. Brasília, Estudo, mai. 2016. Disponível em: www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema11/2016-7221-violencia-contra-professores-nas-escolas_katia-pereira-1. Acesso em: 20 nov. 2019.

PORTAL BRASIL. Disque 100 é mecanismo de proteção dos direitos humanos. **Portal Brasil**, 30 jul. 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/06/disque-100-e-mecanismo-de-protecao-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 02 fev. 2018.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. 12. Reimpr.. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SILVA, R. B e. **Criminalidade na televisão Baiana: o telejornal policial Se Liga Bocão e os relatos dos sujeitos privados de liberdade**. 2012. 280f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Salvador, 2012.

SIQUEIRA ESQUINSANI, R. S.; ESQUINSANI, V. A. Sobre pautas e abordagens...os caminhos da empiria. *In*: _____, _____. O jovem e a violência: perspectivas de educação dual. Universidade Noe de Julho, São Paulo. **Eccos Revista Científica**, n. 32, set./dez, p. 85-101, 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71530929006>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SODRÉ, M.. **Claros e Escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

____. **Reinventando a cultura**: a comunicação e seus produtos. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. [Coleção Tendências].

Capítulo 2

Mulheres indígenas na mídia: mais do mesmo discurso e silenciamento colonial

*Laudovina Aparecida Pereira*¹

*Darlene Teixeira Castro*²

As reflexões e análises realizadas, neste parecer científico, são a respeito de como a mídia, por meio de seus discursos e silêncios, trata as mulheres indígenas. Importantes temáticas serão ressaltadas a partir de pressupostos ideológicos, políticos e históricos, tendo como ponto de partida a visão apresentada pela mídia audiovisual e escrita. Dentre as temáticas, evidenciam-se: buscar quais são as concepções sobre as mulheres em geral e, especificamente, as mulheres indígenas; avaliar a tomada e retomada do discurso colonial e suas proposições, entendendo o porquê dos discursos e silêncios que reforçam os estereótipos historicamente produzidos; fundamentar a visão crítica e propositiva do ponto de vista do dualismo de gênero, originário nas antigas populações tribais.

Essa abordagem objetiva, primeiramente, visibilizar o discurso ou o silêncio da mídia sobre e/ou para com as mulheres indígenas, numa sociedade marcada por mudanças tanto internas aos povos indígenas quanto

¹ A autora é bacharel em Comunicação Social pelo CEULP/ULBRA e Pós-graduando na Especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo: temas contemporâneos, pela Universidade Federal do Tocantins/UFT.

² Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Ciência da Informação pela PUC-Campinas e Graduada em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Letras (ULBRA). É professora pesquisadora na Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Atualmente é líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Cultura Contemporâneas. É professora colaboradora do Mestrado em Comunicação e Sociedade da UFT. E-mail: darlene.tc@unitins.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1867-3804>

externas; marcadas pela modernidade, pela urbanização e pelo patriarcado. Em estudo semelhante sobre a mulher indígena e mídia, Borges (2016) realizou uma busca geral no Google, em novembro de 2015, sobre o verbete “Mulher” e sobre “Mulher indígena”. A pesquisa, para o primeiro verbete, apresentou 123 milhões de resultados. Já para a seguinte designação, foram encontrados 723 mil resultados. O único *site* específico para mulheres indígenas, também verificado neste trabalho, traz, segundo Borges (2016)

[...] postagens que não são atuais no que diz respeito a datas, ou seja, a postagem em destaque parabeniza a mulher indígena pelo dia internacional da mulher indígena, mas não há referência ao ano. Além disso, há o agradecimento pelos 1000 acessos que a página recebeu e traz apenas uma imagem de mulher, indígena, com close nos olhos. (BORGES, 2016, s/p).

Há postagens sobre a força da mulher indígena “[...] consideradas heroínas, o último comentário postado na página é de 2008 e não fotos de mulheres indígenas” (BORGES, 2016, s/p). A imagem que aparece no site é de uma indígena já famosa por sua militância, Sônia Guajajara.

Isto confirma e demonstra, mais uma vez, que, na verdade, a mulher indígena está “em extinção nos discursos da mídia, é extinta dos quadros que falam e significam a mulher”, conforme alude Borges (2016, s/p). Estes sites continuam marcando uma imagem e sentido de “mulher indígena colonizada, selvagem, sensualizada negativamente, reforçando preconceitos instalados socialmente (mulher bicho, para ser explorada)”.

O último senso demográfico, 2010, revelou que havia, no Brasil, 305 etnias indígenas; 274 diferentes idiomas; 896.900 indígenas. Sendo que há paridade no quantitativo de homens e mulheres indígenas.

Onde estão estas mulheres indígenas e como a mídia produz discursos sobre elas? Elas aparecem semelhantes às mulheres urbanizadas, padronizadas pelas imposições da modernidade. As indígenas, segundo Borges (2016), aparecem de forma homogênea como os homens: são únicos, são representados com configuração simplista; legitimando e autorizando sentidos dominantes. As características físicas distintas são

apagadas, assim como as diferentes culturas e os costumes das diversas sociedades indígenas. A riqueza da diversidade cultural, histórica e de gêneros é apagada e/ou silenciada.

As indígenas, em geral, aparecem em seu papel doméstico. Há um apagamento do papel político hierárquico dual que as mulheres indígenas desempenham em algumas etnias. Assim como o apagamento e invisibilidade das mulheres indígenas intelectuais, urbanas, produtoras de conhecimento e interessadas em questões femininas, ou feministas.

Neste contexto, é possível comprovar uma mídia interessada em produzir sentidos de acordo com os discursos colonizadores, dominantes e cegos à diversidade. Ver e analisar como começou esta invisibilidade, apagamento e homogeneização da figura da mulher indígena, é propósito inerente a esse artigo. Ademais, demonstrar a caminhada histórica da mulher originária, com espectro propositivo e crítico, se justifica pela necessidade de se construir uma comunicação social afirmativa das mulheres indígenas.

A principal metodologia para a redação deste texto consistiu na revisão de designações em *sites* de busca como o Google e o Google Acadêmico. No primeiro, buscou-se a partir do termo “mulheres indígenas”; e, no segundo, buscou-se pelas designações “mídia e mulheres indígenas” e “gênero, mulheres indígenas e mídia”. A significativa quantidade de textos e designações, fez com que fossem selecionados apenas aqueles que, de preferência, juntassem as três designações. O que possibilitou uma análise da interface de dados e reflexões entre o trinômio “mídia, mulheres indígenas e relações de gênero”. Para tal análise, recorreu-se à revisão de literatura de autores e autoras como Gautier (2005), Thompson (2008), Pereira (2006), Paredes (2010), Nilo (2010), Segato (2012) e Borges (2016).

Buscou-se entender qual a concepção de indígenas e, particularmente, de mulheres indígenas que a mídia, quando discursiva ou silenciosa, traz em sua produção. E, parafraseando as questões lançadas por Borges (2016), perguntou-se como essa concepção trabalha a reafirmação de sentidos já dados ou, ainda, a exclusão, o deslocamento de sentidos? Como o

discurso colonial é retomado na mídia ao tratar de mulheres indígenas? Como a influência do patriarcado histórico-cultural é apresentada ou analisada pela mídia?

Os resultados obtidos pela análise dos dados, a partir das buscas nos *sites* e da leitura de trabalhos acadêmicos pertinentes, como o da própria autora deste artigo, em seu TCC³ do Curso de Comunicação Social, poderão demonstrar a efetividade e relevância desta nova pesquisa. Esse artigo abordará: a) a observação tanto do silenciamento e do apagamento, quanto a intervenção e o discurso das mulheres indígenas; b) a resistência e a significância delas enquanto sujeitos históricos, culturais e com discursos diferenciados dos que foram construídos pela modernidade colonial, pelo patriarcado, pós-colonial, entre outros.

1 Gênero, mulheres indígenas e mídia

Apesar dos avanços históricos, técnicos e de aprimoramento da mídia, em nível nacional e internacional, a presença sutil das mulheres indígenas como sujeitos em estudos do campo antropológico, do feminismo e de gênero, percebe-se que ainda há pouca interdisciplinaridade sobre esses aspectos no Brasil. No Tocantins, em especial, esses estudos praticamente não existem. E os que existem, focam suas temáticas em “índios” ou “povo indígena”, com observações em território ou a partir da mídia escrita.

A mídia, tomada como uma unidade que representa um poder, geralmente, aborda – isto quando aborda, ou discursa sobre as mulheres indígenas, o faz de forma generalizada, homogênea. Desse modo, não demonstra afirmativamente quais os papéis que elas desempenham, hoje, nas diversas culturas de cunho originário.

As notícias não explicitam como essas cidadãs interatuam com as pressões, imposições e disposições estatais e da sociedade urbana. Como

³PEREIRA, Laudovina Aparecida. “A representação dos povos indígenas tocantinenses na cobertura do jornal do Tocantins”. Palmas – TO: CEULP/ULBRA, 2006.

lidam com as problemáticas patriarcais e sexistas internas às próprias aldeias e povos. Como contribuem e reagem aos temas candentes que atingem todas as mulheres no mundo moderno colonial e pós-colonial. Além dos temas políticos-estruturais que as afetam e aos seus povos como um todo. Como se auto-organizam; qual é a contribuição que dão para o avanço histórico e para a desconstrução de imagens e memórias negativas discursivizadas pela mídia e outras fontes, rumo a uma descolonização.

Com a intenção de instigar essas reflexões, principalmente nesta região de Goiás/Tocantins, sugere-se uma revisão conceitual sobre gênero e as mulheres indígenas, a partir da literatura⁴ de Segato (2012), buscando-se perceber que tipo de abordagem é produzida ao se referir a essa temática.

Segato (2012) se preocupa principalmente com que papéis as mulheres desempenham as relações de gênero no processo de desarticulação da colonialidade do poder; a inter-relação entre colonialidade e o patriarcado colonial moderno, ao que ela denomina “colonialidade de gênero”.

A pesquisadora(2012) inicia sua discussão reconhecendo que existe uma barbárie crescente de gênero moderno, já chamado de “genocídio de gênero”, referindo-se ao feminicídio progressivo. Quando a “humanidade testemunha hoje um momento de tenebrosas e cruéis inovações na forma de vitimar os corpos femininos e feminizados, uma crueldade se difunde e se expande sem contenção”. Ela expõe os números e formas de violação e morte de mulheres na América Latina e África, demarcando a assustadora diferença em relação aos homens. A saber:

[...] Os casos de Guatemala, El Salvador e do México, no nosso continente, bem como do Congo – dando continuidade às cenas horrendas de Ruanda –, são emblemáticos desta realidade. No Congo, os médicos utilizam a categoria “destruição vaginal” para o tipo de ataque que, em muitos casos, leva as suas vítimas à morte. Em El Salvador, entre 2000 e 2006, em plena época de “pacificação”, verificou-se um aumento de 40% nos homicídios de homens, ao

⁴Revisão feita pela própria autora citada, in: SEGATO, Rita Laura. “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial”, *e-cadernos ces* [Online], 18 | 2012, colocado online no dia 01 Dezembro 2012, consultado a 10 Abril 2017. URL : <http://eces.revues.org/1533>; DOI : 10.4000/eces.1533

passo que, no caso das mulheres, os homicídios aumentaram quase o triplo, em 111%. Na Guatemala, também de forma concomitante com o restabelecimento dos direitos democráticos, entre 1995 e 2004, se os homicídios de homens aumentaram 68%, para as mulheres o aumento foi de 144%, o que significa o dobro. No caso de Honduras, a distância entre os valores é ainda maior, dado que entre 2003 e 2007 o aumento da vitimização de homens foi de 40% e de mulheres de 166%, o que perfaz quatro vezes o total de homens vítimas (Carcedo, 2010: 40-42). A rapinagem sobre o feminino se manifesta tanto sob as formas de destruição corporal sem precedentes, como sob as formas de tráfico e comercialização de tudo o que estes corpos podem oferecer, até ao seu limite. A ocupação depredadora dos corpos femininos ou feminizados se pratica como nunca até aqui e, nesta etapa apocalíptica da humanidade, espolia até deixar somente restos (ver o volume de Fregoso e Bejarano, 2010). (SEGATO, 2012, s/p).

A autora apresenta esses dados, preocupada com o desamparo das mulheres frente ao estado de barbárie, em que nem mesmo a demarcação dos “Direitos Humanos das Mulheres”, desde a Conferência Mundial de Direitos Humanos de 1993, tem alcançado êxito.

Segato (2012) salienta, então, uma tênue distinção entre os direitos, das assim chamadas minorias, e o direito à diferença dos povos indígenas. Afirma que a bagunça conceitual presta-se mais uma vez às manobras que reforçam as estratégias do mundo colonial, para continuar a intervenção na vida dos povos indígenas.

Pondera, também, que muito mais do que a defesa do direito à diferença, deva-se defender o direito à autonomia, “como um princípio que não coincide exatamente com o direito à diferença, já que permanecer diferente e em nenhum caso vir a coincidir, pode tornar-se uma regra compulsória para todos os aspectos da vida e de forma permanente” (SEGATO, 2012, s/p).

Há uma indicação de que as epistemes a serem abordadas devam se contrapor à episteme ou chave de conhecimento focada na “colonialidade e sob a hegemonia dos discursos dos direitos universais. Uma vez que isto atravança a defesa da autonomia das culturas em termos relativistas e do direito à diferença”. SEGATO (2012, s/p) relata que “[...] frente à

dominação estatal e à construção do discurso universal dos direitos humanos das Nações Unidas, torna-se estrategicamente inviável defender uma autonomia em termos de relativismo cultural”.

Admitir-se, então, que abandonar estes argumentos e defender o que a autora (2012, s/p) chama de pluralismo histórico, em que “os sujeitos coletivos dessa pluralidade de histórias são os povos, com autonomia deliberativa para realizar seu processo histórico, ainda que em contato, como sempre foi, com a experiência, as soluções e os processos de outros povos”, é viável nessa discussão. Ela entende que um povo é o projeto de ser de uma história, e uma devolução histórica, que pode restituir a capacidade de tecer seu próprio caminho, retomando o tramado das figuras interrompidas. Assim é o esperado!

Diante dessas considerações, uma relação possível e efetiva com o Estado exigiria a busca de um “Estado restituidor da jurisdição própria e do foro comunitário”. O que proporcionaria a descolonização e a devolução da capacidade de cada povo implementar seu próprio projeto histórico. É com esse esperado processo de restituição histórica que se insere a devolutiva da possibilidade de mulheres indígenas inscreverem seus próprios caminhos, tanto no Mundo Aldeia quanto na relação com o Estado e com as sociedades-cidadãs.

Esta antevisão de Segato (2012) é demonstração de uma antropologia contenciosa que sugere um “povo como sujeito de uma história em lugar de cultura, pluralismo histórico no lugar de relativismo cultural, e inter-historicidade no lugar de interculturalidade”. Ao que ela mesma reconhece como um caminho rumo a um projeto crítico e libertador. Assim, continua o binarismo entre Mundo-Estado e mundo-Aldeia, ao que a autora justifica:

[...] Apesar de ser a colonialidade uma matriz que organiza hierarquicamente o mundo de forma estável, esta matriz tem uma forma interna: existe, por exemplo, não só uma história que instala a episteme da colonialidade do poder e da raça como classificadores, mas também uma história da raça dentro dessa episteme; existe também uma história das relações de gênero dentro do cristal do patriarcado. Ambas respondem à expansão dos tentáculos do Estado

modernizador no interior das nações, entrando com suas instituições de um lado e com o mercado do outro: desarticulando, rasgando o tecido comunitário, levando o caos e introduzindo uma profunda desordem em todas as estruturas que existiam e no próprio cosmos. Uma das distorções que acompanha este processo é, [...], o agravamento e a intensificação das hierarquias que formavam parte da ordem comunitária pré-intrusão. Uma vez que essa desordem foi introduzida, é possível pensar seriamente que esse Estado se deve subitamente retirar? (SEGATO, 2012, s/p).

À ordem comunitária pré-intrusão colonial, a autora chama de Mundo-Aldeia, que ao ser alcançado pelo processo colonizador, rumo ao Mundo-Estado, vê exacerbadas e, ainda mais, perversas as formas de violência. Nota nitidamente autoritárias as hierarquias que já existiam em seu interior, que são basicamente as de “*status*, casta e gênero”, as quais quebram a solidariedade comunitária existente, geram redes corporativas e parentais que atravessam o espaço público.

Desta forma, não há como se enfrentar a colonização, a padronização, a violência, os feminicídios, as relações desiguais e conflitantes entre o Mundo-Aldeia e o Mundo-Estado, sem se enfrentar o acirramento das problemáticas que envolvem as relações de gênero no interior das comunidades dos povos indígenas. Mesmo que, para isto, se precise também das políticas públicas e da relação com o Estado. É inevitável a pergunta: Como eram e como são hoje estas relações de gênero?

2 Patriarcado, feminismo, gênero e mulheres indígenas

Paredes (2010), ao referir-se à conjugação de forças entre o patriarcado da ordem colonial e o patriarcado interno ao Mundo-Aldeia, o chamou de “entroncamento de patriarcados”. Esta reflexão é fundamental para entender como eram e como são as relações de gênero, e para se apontar uma análise e predisposição discursiva acerca das mulheres indígenas e suas lutas. Segato (2012, s/p) faz notar que

a análise do que diferencia o gênero de um e outro mundo revela, com grande clareza, o contraste entre seus respectivos padrões de vida em geral, em todos os âmbitos e não somente no âmbito do gênero. Isso se deve a que as relações de gênero são, apesar de sua tipificação como “tema particular” no discurso sociológico e antropológico, uma cena ubíqua e onipresente de toda a vida social.

Gênero é, portanto, uma categoria central, capaz de iluminar e ajudar a entender os outros aspectos da transformação impostas pela colonialidade e pelo patriarcado colonial à vida das comunidades indígenas. Na realidade, introduzidas na ordem moderna, conformando uma colonialidade de gênero. Para se compreender gênero, é preciso compreender também o feminismo, o qual, segundo Segato (2012) identifica três posições úteis para a análise sobre a realidade das mulheres indígenas. São elas:

o feminismo eurocêntrico, que afirma que o problema da dominação de gênero, da dominação patriarcal, é universal, sem maiores diferenças, justificando, sob a bandeira da unidade, a possibilidade de transmitir às mulheres não brancas, indígenas e negras, dos continentes colonizados os avanços da modernidade no campo dos direitos. [...] Uma segunda posição, no outro extremo, é a posição de algumas autoras, como María Lugones e Oyeronke Oyewumi, que afirmam a inexistência do gênero no mundo pré-colonial (Lugones, 2007). [...] E, uma terceira posição, na qual me situo, respaldada por uma grande acumulação de evidências históricas e relatos etnográficos que confirmam, de forma incontestável, a existência de nomenclaturas de gênero nas sociedades tribais e afro-americanas. Esta terceira vertente identifica nas sociedades indígenas e afro-americanas uma organização patriarcal, ainda que diferente da do gênero ocidental e que poderia ser descrita como um *patriarcado de baixa intensidade*, e não considera nem eficaz nem oportuna a liderança do feminismo eurocêntrico. (SEGATO, 2012, s/p).

Se o feminismo eurocêntrico tem sido ruim para as mulheres indígenas e para as relações de gênero nas aldeias, também tem sido ruim o argumento de que a hierarquia e a dominação masculina são culturais.

Sempre foi assim, porque sempre existiu uma ordem patriarcal interna no Mundo-Aldeia.

Isto tem servido como força para que o Estado também não tenha nada a falar com e para as mulheres indígenas. E, quiçá, a mídia e outros poderes, sob a alegação de que o controle que os homens indígenas têm sobre suas mulheres é por tradição. Portanto, reconhece-se claramente um argumento culturalista e fundamentalista que pressupõe que cultura não tem história, não tem mudanças; que é intocável. Isto justifica o crescente machismo e sexismo intrusivo, e justifica a cristalização do patriarcado também no interior das aldeias.

Segato (2012) vai além, ao reconhecer que a eleição dos homens indígenas como interlocutores privilegiados na ordem hierárquica tribal, também serviu, e muito, aos interesses da colonização e de seu controle.

Com base no pensamento de Gautier (2005, p. 718) constata-se que “a colonização carrega consigo uma perda radical do poder político das mulheres, ali onde existia, enquanto os colonizadores negociaram com certas estruturas masculinas ou as inventaram, com o fim de conseguir aliados” e ‘promoveram a “domesticação” das mulheres e sua maior distância e sujeição para facilitar a empreitada colonial’ (GAUTIER, p.690).

Nesse contexto, Segato (2012) afirma que “as mulheres e a mesma aldeia formam parte agora de uma externalidade objetificada para o olhar masculino, contagiado, por contato e mimese, com o mal da distância e exterioridade próprias do exercício de poder no mundo da colonialidade”.

A partir dessa avaliação, uma constatação deve estar presente. No mundo pré-intrusão, as relações de gênero eram duais e não binárias. Pois, mesmo havendo hierarquia de poderes e papéis, entre homens e mulheres, havia participação política das indígenas nas decisões das aldeias, tanto no espaço doméstico quanto em outros. No mundo moderno, houve um confinamento compulsivo das mulheres no espaço doméstico, despolitizado, em que as mulheres servem meramente para o resguardo do privado. O que conduz às consequências terríveis para suas vidas, no que diz respeito, principalmente, às formas de violência que as vitimizam.

A perpetuação da mulher invisível transforma-a num puro elemento descartável da sociedade-moderna. Segato (2012, s/p) refere que “com a emergência da grade universal moderna, da qual emana o Estado, a política, os direitos e a ciência, tanto a esfera doméstica como a mulher que a habita transformam-se em meros restos”. A crítica à atuação da mulher indígena na esfera doméstica, vista atualmente como queda, e do mundo das mulheres - desde uma posição integrada e de plenitude ontológica - reduzida a resto, é despercebida pela mídia. Faz parecer que a realidade de desvalorização do sistema de gênero, que atinge indígenas, não existe.

Frisa-se novamente que o contexto de mutação histórica deve ser considerado. Pois não houve continuidade do velho ordenamento do sistema e dos rituais indígenas. Mas, houve uma sútil passagem que faz com que tanto internamente quanto externamente se pense que “foi sempre assim” porque “é cultural” e há apelos à manutenção de costumes.

Destarte, mantém-se a submissão feminina sem que elas se apropriem de ferramentas para contestar os argumentos culturalistas e masculinos. O culturalismo já é perverso, e junto com o machismo, potencializa-se e torna-se fundamentalismo da cultura política patriarcal e machista. É isto que a mídia tem que demonstrar! Para isto, precisa considerar gênero, descolonização e história como categorias imprescindíveis, contribuindo para fomentar o que Segato (2012) chama de “cidadania ética e comunitária” dentro do mundo circundante.

3 Mulheres indígenas na mídia brasileira e tocantinense

A mídia é um poder globalizante de informações por meio de impressos, material audiovisual, imagens; e, atualmente, as redes sociais virtuais, a cada dia, difundem mais dados, ideologias e posições políticas, tanto explícita quanto implicitamente.

No que tange às mulheres (termo generalizante), a mídia invariavelmente tem emitido todos esses produtos, os quais circulam em torno de um alegado “universo feminino”, que padroniza e normatiza todas as

mulheres e relações de gênero. Traduzidas com imagens que, principalmente, propagam um ideal estético a ser alcançado, onde o corpo é a centralidade da mulher.

Este corpo é branco, magro, jovem, esculpido. Não pode envelhecer, não pode engordar, não pode se desviar do padrão branco e alto, sob a pena de ser considerado exótico e desvalorizado. É exaltada a sensualidade dos corpos das brasileiras, a sua malemolência, sua liberdade etc.

Esta descrição midiática da mulher brasileira, passados 500 anos, não diverge muito da primeira veiculação ocorrida com a intrusão colonial no País. A exemplo da descrição/informação feita por Pero Vaz de Caminha à Coroa, nos idos do século dezesseis, quando suas impressões sobre as índias já exaltavam a sensualidade e “falta de vergonha”:

Ali andavam entre eles (os índios) três ou quatro moças, bem novinhas e gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas costas; e suas vergonhas tão altas e tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de nós muito olharmos, não nos avergonhávamos. [...] E uma daquelas moças era toda tingida, debaixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem-feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizer avergonha, por não terem a sua como ela (CAMINHA, 2017).

Em outras palavras, as primeiras informações sobre mulheres indígenas falavam de seus corpos como se fossem elas inteiras, e as definiam como sensuais e sem-vergonhas. Era o primeiro olhar da colônia, introduzido na ordem moderna sobre as indígenas brasileiras, erroneamente chamadas de índias, porque julgavam ter chegado à Índia.

A mídia silenciou sobre todo o resto, ao longo destes séculos, e quando falou, continuou a dizer e mostrar imagens de corpos. Raras são as matérias, imagens ou entrevistas que demonstram mulheres indígenas em seus reais papéis de cidadania étnica, de reconstrutoras da história - roubada pela ordem colonial, empoderadas e protagonistas.

Alguns exemplos recentes podem ser vistos a seguir, extraídos do *site* da blogueira feminista Bia Cardoso⁵:

Hoje, 05 de setembro, é Dia Internacional da Mulher Indígena. A data foi instituída em 1983, durante o II Encontro de Organizações e Movimentos da América, em Tihuanacu (Bolívia). A escolha desse dia foi feita porque em 05 de setembro de 1782 morreu Bartolina Sisa, mulher quéchua que foi esquartejada durante a rebelião anticolonial de Túpaj Katari, no Alto Peru. A ONU Mulheres marcou a data reafirmando o apoio às mulheres indígenas na busca por justiça e em defesa dos direitos individuais e coletivos.

Tanto no Brasil, como em outros países da América Latina, as mulheres indígenas desempenham historicamente um papel fundamental como agentes de mudança nas famílias, comunidades e na vida de seus povos. Porém, a cultura indígena sempre foi tratada com muito desprezo no Brasil, fora a imagem caricata com que os indígenas são representados e a apropriação que se faz de sua cultura. A ONU Mulheres destaca também que as indígenas são essenciais em diversas economias, trabalhando por segurança e soberania alimentar, além do bem-estar das famílias e comunidades.

Outro texto que também enfatiza a realidade das mulheres indígenas é de Mayara Melo (2011) que aborda alguns aspectos que afetam diretamente indígenas brasileiras:

As mulheres indígenas são as mais gravemente afetadas pelo modelo de desenvolvimento econômico imposto no Brasil. São elas que sofrem de forma mais contundente os impactos provocados sobre o meio ambiente. Quando os indígenas perdem acesso aos recursos ambientais que garantem sua segurança e soberania alimentar, são as mulheres as mais penalizadas, pois geralmente são elas as responsáveis por cuidar da alimentação. Essa é uma característica comum a muitas comunidades tradicionais. Também são elas as mais impactadas pelas grandes obras que perturbam o modo de vida de suas comunidades. Referência: Mulheres indígenas – violência, opressão e resistência.

⁵CARDOSO, Bia. "Dia Internacional da Mulher Indígena e o Feminismo". Disponível *In*: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/09/dia-internacional-da-mulher-indigena/>> Acessado em 12 de abril de 2017.

Nesta lógica discursiva, recolhe-se mais dados que explicitam a vida da mulher indígena no Brasil, a partir das palavras de Léia Bezerra, historiadora e indígena do povo *wapichana*, que concedeu a seguinte entrevista:

Os homens indígenas são violentos com suas mulheres?

A violência vem crescendo desde que os hábitos do mundo externo começaram a ser introduzidos nas aldeias, como o alcoolismo e uso de drogas. A falta de terra, de programas eficazes que tragam benefícios para os jovens, de políticas públicas em geral também fazem com que a violência aumente. Outro problema relatado pelas mulheres indígenas é que muitos homens, ao saírem para trabalhar na cidade, não são valorizados como eram antes internamente na sua comunidade. Voltam frustrados e o primeiro alvo é a família, a mulher, os filhos.

A Lei Maria da Penha contempla as necessidades das mulheres indígenas?

As mulheres indígenas não participaram da elaboração dessa Lei e, portanto, não há um olhar específico para a cultura, para as etnias. Há leis internas – os diferentes povos têm distintas formas de resolver seus problemas – que devem ser respeitadas. Buscar mecanismos externos, que não foram criados por eles, é complicado. Mas não podemos deixar de informar que existem. As leis internas devem ser valorizadas, mas para resolver problemas que foram introduzidos nas aldeias, como o álcool, precisamos da ajuda externa. Há povos que, quando um homem comete violência doméstica, retiram o agressor da aldeia para que passe um tempo prestando serviço para outra comunidade. Referência: Lei Maria da Penha chega aos homens indígenas.

Em 2012, o Ministério da Saúde lançou um Plano de Ação com o objetivo de reduzir a mortalidade infantil e materna na população indígena, em aldeias de todo o Brasil, visando ampliar as ações de saúde indígena, com foco na atenção básica. A morte de mães indígenas muitas vezes está relacionada a falta de acompanhamento durante a gestação e o parto, além de barreiras culturais e falta de assistência médica adequada às necessidades específicas dos indígenas. É visível que, assim como as atuais políticas de saúde direcionadas a mulher, as ações do Ministério da Saúde em relação as indígenas também estão focadas na maternidade e não numa perspectiva global de saúde feminina. Esse ano, foram divulgados dados da Pesquisa “Prematuridade e suas possíveis causas” que revelou a prevalência de partos de crianças prematuras é de 11,7% em relação a todos os partos realizados no país. Um fator que chama atenção no estudo é como a cor de pele e a etnia influenciam na prevalência da

prematuridade. As mulheres indígenas apresentam o maior percentual, de 8,1%. As mulheres de pele branca respondem pelo percentual de 7,8%, seguida pelas mulheres de pele negra (7,7%), parda (7,1%) e amarela (6,3%).

Na área da educação temos destaques recentes como o lançamento do Portal **Índio Educa**, uma plataforma *online* para que os índios desenvolvam materiais didáticos que contem sua história e atualidade. E, mês passado, Wilses de Sousa Tapajós foi a primeira indígena a concluir o curso de medicina da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

As duas primeiras organizações brasileiras exclusivas de mulheres indígenas surgiram na década de 1980, sendo consideradas as pioneiras a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Amarn) e a Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracuí, rios Uaupés e Tiquié (Amitrut). Em 2000, em Assembleia da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) foi reivindicada a criação de um espaço para as demandas das mulheres indígenas. Em 2002, no decorrer do I Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, foi criado o Departamento de Mulheres Indígenas (DMI/Coiab), com o objetivo de defender os seus direitos e interesses nos vários âmbitos de representação, nacional e internacional.

Em 2006, pela primeira vez na história das políticas públicas pós-Constituição Federal de 1988, se incluiu num Plano Plurianual (PPA) uma ação específica para as mulheres indígenas: o Programa Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, sob a responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (Funai). Finalmente, em janeiro de 2007, foi criado, no âmbito da Funai, um departamento específico de mulheres indígenas.

A agenda de reivindicações recobre, em geral, a garantia dos territórios tradicionais, o direito à saúde e educação diferenciadas, pois o entendimento mais ou menos geral é que “o movimento de mulheres é para fortalecer o movimento em geral, a política dos povos indígenas é única”, como afirma Ângela Sacchi no artigo Mulheres indígenas e participação política de 2003.

Referência: A questão do gênero em contextos indígenas.

Outra recente notícia foi a veiculada pelo site da CTB, em que a Central de Trabalhadores homenageia as indígenas com a seguinte poesia de Delasnieve Daspét, que retrata a força, grandeza e coragem dessas mulheres guerreiras:

Mulher Indígena

Tu que perfumas a vida,
Que grita pela igualdade,
Que clama solidariedade,
Que conhece o sol e a lua,
O amanhecer e o anoitecer,
Que vive na penumbra,
Invisível à sociedade.
Tu que integras a natureza,
Sofre discriminações de todo tipo,
Redescubra teus valores e interesses
Teus sonhos e esperanças,
Planos e sentimentos
Na construção de uma comunhão sólida e interna,
Assume o espaço que é teu
Na terra que é tua por direito!
Necessitas,
Não para uma satisfação pessoal,
Mas no todo que somos,
Uma comunhão que garanta
Paz de espírito e fidelidade,
A segurança do sincero e do duradouro
No futuro harmônico e seguro.
Do esforço de cada um
Sem crise de continuidade...
Lembrando que somos partes da mesma Terra,
Vem!
Vamos juntas,
Em busca da Paz!

Após essa imersão poética-crítica na realidade feminina indígena, é viável analisar a mídia local. Na mídia tocantinense, o que se encontrou foi o já mencionado no trabalho de Pereira (2006). Pesquisa que, mesmo sem o recorte de gênero, pois a autora, à época, não encontrou notícias com os descritores e manchetes “mulheres indígenas”, no veículo impresso “Jornal do Tocantins”, percebe-se o descaso com esse público. Neste veículo de comunicação foram confirmadas as visões, discursos e silenciamentos que

conformam a representação de indígenas no Brasil, especialmente de mulheres indígenas.

Pereira (2006, p. 65) constatou que

o jornal impresso que poderia ser um fato de excelência para ajudar na consciência crítica de uma sociedade; um serviço público comprometido com a verdade e com a independência e com o cidadão, muitas vezes se comporta como simples veículo para a discriminação e manipulação de informações, mantendo apenas uma relação indireta com a realidade, e explorando somente a visão superficial dos fatos.

A aludida constatação, desta autora, trouxe uma recomendação de que é preciso um trabalho de investigação mais consistente dos problemas que envolvem as questões indígenas, pois eles são muitos, variados e complexos. “O jornalismo apenas factual não consegue atingir toda a realidade cotidiana vivida pelas comunidades” (Pereira, 2006, p. 65). Ela afirma, ainda, que “a notícia tem que ser transformada ou, pelo menos, redirecionada para um plano mais pedagógico, para que as pessoas possam aprender mais sobre esse povo que já foi historicamente tão maltratado e injustiçado”.

Mais recentemente, em um estudo de Nilo (2010) sobre a mídia como fator de desenvolvimento do povo Xerente da comunidade Porteira (Tocantínia/TO), verificou-se que ela consiste em um agente de redimensionamento das tradições indígenas e da construção da memória da cultura desse específico povo, a partir de uma análise nesta aldeia.

Segundo este estudo, o espaço institucionalizado da escola formal e o contato de indígenas com a sociedade não indígena, com seus aparatos tecnológicos, trazem novas fontes de informações. Apesar de que o artigo de Nilo (2010) também não faz o recorte de gênero. Ele demarca que a mídia cumpre um papel histórico no Tocantins, não só de salvaguardar, mas, principalmente, de manter viva a memória da história e da cultura Xerente. No entanto, pergunta-se: - qual é essa cultura, a partir das pistas oferecidas por Segato (2012)

O povo Xerente, no Tocantins, talvez por estar mais próximo da capital (e do capital) e do centro político do Estado, torna-se iminente aos avanços tecnológicos e das poucas políticas públicas estatais. Isto, por certo, atinge o mundo da aldeia Xerente, suas mulheres, homens e crianças.

Nilo (2010) demarca que, no contexto da época, na aldeia Xerente, “Porteira”, foi produzido um CD de músicas Awke. Havia escola bilíngue, EJA (Educação de Jovens e Adultos) e acesso a aparelhos como celular e telefone público. Estas condições já permitiam a ampliação dos contextos interativos e educacionais, ocorrendo uma nova ancoragem da tradição Xerente. O que se reflete no estudo de Nilo, referindo-se ao pensamento de Thompson (2008) sobre a nova ancoragem da tradição:

[...] a nova ancoragem da tradição consiste, entre outras formas de ocorrência, no fato dos índios Xerente [Sic] poderem vivenciar as suas tradições em cada um dos mencionados contextos interativos, conseguindo - ao mesmo tempo - registrar a memória da sua cultura, tanto para a sociedade indígena e seus descendentes, quanto para o conjunto da sociedade envolvente. (NILO, 2010, s/p).

A autora concluiu que, entre outras coisas,

Seguindo o pensamento de Gramsci e de Hegel, de pensar a cultura por meio de uma concepção dialética, Coutinho (2005, p.95) argumenta que: “Por essa perspectiva, a categoria de tradição não significa apenas conservação, como quer o senso comum: ela carrega consigo a idéia de *ruptura* e, portanto, de negação do patrimônio histórico-cultural.” E, como proficuamente pontua o referido autor; “Conservação e ruptura determinam uma seleção e, necessariamente, uma reinterpretação dos signos do passado.” (NILO, 2010, s/p).

As notícias mais recentes e estudos sobre temas indígenas, no Tocantins, foram escassas, mais estritas a publicizar eventos, como os Jogos Internacionais Indígenas. Oportunidade em que as mulheres fizeram desfiles para escolher a mais bela indígena. Realizaram uma oficina sobre o

tema gênero e mulher indígena. Porém, esses resultados e reflexões não foram difundidos pelos veículos de comunicação local.

A mídia, igualmente, não evidenciou o papel das mulheres indígenas durante estes jogos, em uma manifestação política contra a PEC 215 - da demarcação das terras indígenas. Sequer mencionou o protagonismo de mulheres indígenas universitárias, em maior quantidade no estado do Tocantins. Limitou-se a demonstrar a exotividade, a beleza e as diferenças de vestimentas delas de acordo com suas etnias. A produção midiática veiculou matérias muito parecidas àquelas que tratam das mulheres em geral e de seu universo feminino.

Mais recentemente, a rádio CBN, em 10 de março de 2016, produziu uma notícia sobre a cultura e tradição da mulher indígena e quilombola, por ocasião do Dia Internacional das Mulheres, cujo teor, sobre a mulher indígena é o seguinte:

O Tocantins apesar de ser o mais novo estado da federação, possui uma grande diversidade cultural. Um dos motivos, é que no estado estão situadas várias comunidades indígenas e quilombolas. E em cada uma dessas sociedades as mulheres exercem um papel importante nas tradições e cultura desses povos. De acordo com a indígena e estudante de Direito, Narubia Werreria, que pertence ao povo Iny, mais conhecido como Karajá da Ilha do Bananal a figura da mulher na comunidade indígena Iny é muito importante, pois são elas que comandam a casa e família.

Narubia Werreria explicou também que, segundo a tradição, as indígenas Iny tem pinturas corporais diferentes das dos homens.

A professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e doutora em antropologia, Reijane Pinheiro da Silva, comentou sobre as mudanças ocorridas nas tradições da mulher indígena.

Conforme Narubia Werreria, as políticas públicas direcionadas para as mulheres indígenas precisam ser efetivadas.

Nota-se, portanto, que, mesmo falando da importância do papel das mulheres indígenas no âmbito doméstico e como zeladoras da cultura e da tradição, não demarcam a importância política do comando da casa e da família na cultura Karajá. Nem ampliam as informações sobre as

mudanças ocorridas na tradição indígena Iny. O que demonstra a ineficiência e pouca habilidade jornalística.

Não há notícias sobre como o mundo político-estatal e a modernidade pós-colonial continuam atingindo a vida das mulheres. Não aparece em nenhuma mídia ações preponderantes para o protagonismo das mulheres indígenas. Não se ressaltam: suas indignações sobre a violência étnica, de racismo ambiental e do interior às aldeias, as quais sofrem em seus corpos e em sua integralidade; sua organização dentro e fora das aldeias; quais são os Movimentos de Mulheres Indígenas que já existem no estado do Tocantins; quais são as ações das mulheres que têm colaborado no enfrentamento aos grandes projetos de desenvolvimento que impactam os povos indígenas e, ainda mais, as mulheres e indígenas. Não há detalhamentos sobre suas formas de trabalhos; como preservam a cultura e o meio ambiente; como levam adiante o Bem Viver originário; qual sua colaboração com a economia indígena; como enfrentam as questões de saúde, educação, falta de alimentos, insegurança, disputas etc. no interior das aldeias, no contexto intertribal e na relação com o Estado.

Inúmeras pautas, nesse sentido, poderiam (re)valorizar as nações indígenas do estado do Tocantins, especialmente, a presença das mulheres originárias que contribuem silenciosamente para o dinamismo cultural e socioeconômico da região.

Considerações finais

A tarefa proposta, pela autora deste artigo, de coletar informações e analisá-las para identificar como começou a invisibilidade, apagamento e homogeneização da figura da mulher indígena e de demonstrar sua caminhada histórica - de forma propositiva e crítica, foi cumprida. No entanto, esse primeiro esforço, precisa ter continuidade, ser complementado e ser seguido, tanto por ela mesma, quanto por seguidoras.

Constatou-se que não há como se enfrentar a colonização, a padronização, a violência, os feminicídios, as relações desiguais e

conflitantes entre o Mundo-Aldeia e o Mundo-Estado; e, agora, os suicídios femininos, sem uma comunicação ética. Portanto, sem se enfrentar o acirramento das problemáticas envolvendo as relações de gênero, no interior dos povos indígenas, o acesso às políticas públicas e a difícil e limitada relação com o Estado, não haverá possibilidade de avanço na valorização da mulher indígena e de suas ações.

Deste mesmo modo, é preciso que se veja a perversidade de um culturalismo fundamentalista, o qual junto com o machismo potencializa-se e se torna, igualmente, fundamentalismo da cultura política patriarcal e machista, acrítica e intocada.

No que se refere à forma como a mídia tocantinense trata ou silencia as mulheres indígenas - particularmente a mídia escrita, verificou-se que não há detalhamentos sobre suas formas de trabalho; sobre como preservam a cultura e o meio ambiente; como, e se, levam adiante o Bem Viver originário; qual sua colaboração com a economia indígena; como enfrentam as questões de saúde, educação, falta de alimentos, insegurança, disputas etc. no interior das aldeias, no contexto interpovos e na relação com o Estado.

Há escassas informações na mídia sobre o papel fundamental do protagonismo das mulheres indígenas na luta e defesa dos direitos e territórios; de como são críticas do desenvolvimentismo econômico liderado pelo MATOPIBA, principalmente, no tocante ao desmatamento; a visão sobre o uso de agrotóxicos e seus impactos no Cerrado; e de como a mulher indígena tem sido essencial na denúncia dos grandes projetos, que as impacta de forma diferenciada.

Faltam informações sobre como enfrentam o machismo e a violência internas à aldeia e como avançam para uma vivência de liderança pública nas *ágoras* de suas aldeias e na realidade pública fora da aldeia e perante o Mundo-Estado.

Por fim, reconhece-se que uma Comunicação Social, particularmente a jornalística, que seja afirmativa das mulheres indígenas, em seus papéis de construtoras da história, de colaboradoras na descolonização, e também

de sujeitos de direitos dentro da ordem estatal, aproximar-se-á da lei maior do País, a Constituição Federal, e dos Direitos Humanos Universais.

Referências

BORGES, Fabiana Cláudia Viana. Memória e (in)visibilidade: A mulher indígena discursivada na mídia. VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-americana de Estudos do Discurso. Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas. São Carlos: **Revista ALED-BRASIL**, 2016. Disponível in: <<http://www.revistaaledbr.ufscar.br/index.php/revistaaledbr/article/viewFile/139/133>>, acessado em 10 de abril de 2017.

CAMINHA, P.V. **A Carta de Caminha**. Biblioteca Virtual de Literatura. Disponível in: <<http://www.biblio.com.br/conteudo/perovazcaminha/carta.htm>>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

CARDOSO, Bia. **Dia Internacional da Mulher Indígena e o Feminismo**. Disponível In: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/09/dia-internacional-da-mulher-indigena/>> Acessado em 12 de abril de 2017.

GAUTIER, Arlette. “Mujeres y colonialismo”, in Marc Ferro (dir.), *El libro negro del colonialismo. Siglos XVI al XXI: Del exterminio al arrepentimiento*. Madrid: La esfera de los libros, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000133&pid=So1045970200600020000800016&lng=pt>. Acessado em 12 de abril de 2017.

NILO, Adriana Tigre. **A mídia como fator de redimensionamento das tradições indígenas e construção da memória da cultura Xerente - uma análise da aldeia Porteira**. In: Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadoras de História da Mídia. I Encontro de História da Mídia da Região Norte. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, 2010.

PAREDES, Julieta. **Hilando fino desde el feminismo comunitário**. 3ª. Ed. La Paz: CEDECA y Mujeres creando Comunidad, 3ª. Ed., 2010.

PEREIRA, Laudovina Aparecida. **A representação dos povos indígenas tocantinenses na cobertura do jornal do Tocantins**. TCC. Palmas – TO: Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA, 2006.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**, *e-cadernos ces* [Online], 18 | 2012, colocado online no dia 01 Dezembro 2012, acessado em 10 Abril 2017. URL: <<http://eces.revues.org/1533> ; DOI : [10.4000/eces.1533](https://doi.org/10.4000/eces.1533)>

THOMPSON, John B. **A mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução: Wagner de O. Brandão. Leonardo Avritzer ver. 10. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Capítulo 3

Cartas para Jornalistas: o relato de experiência com alunos da Escola de Tempo Integral Eurídice Ferreira de Mello no projeto Técnicas de Jornalismo

*Isabel Cristina Lima Gonçalves*¹

*Rodrigo Barbosa e Silva*²

1 Introdução

O ambiente escolar e a formação educacional e social dos alunos passam por significantes transformações quando a escola permite-se inovar e abre portas para a formação de parcerias. O presente artigo é um relato de experiência a partir do desenvolvimento de um projeto de extensão Oficina de Técnicas de Reportagem: rádiojornalismo, realizado entre os anos de 2016 e 2017, com alunos do ensino fundamental da Escola de Tempo Integral Eurídice Ferreira de Mello, em Palmas/TO.

O projeto é parte obrigatória para conclusão do curso de Especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo: temas contemporâneos da Universidade Federal do Tocantins – UFT e que teve como objetivo compartilhar com estudantes dos anos iniciais algumas técnicas de jornalismo, incentivando, assim, a futura formação de novos profissionais da área da comunicação, contribuindo assim com a escola no

¹ Jornalista, Assistente Social e aluna do curso de Pós-Graduação em Ensino de Comunicação/Jornalismo: temas contemporâneos da Universidade Federal do Tocantins – UFT. E-mail: jsacristina.jornalismo@gmail.com.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Professor na Universidade Estadual do Tocantins. E-mail: rodrigo.bs@unitins.br.

sentido de levar a universidade para o dia a dia do ambiente escolar, pluralizando o saber de forma integrada entre os alunos do curso de especialização, professores e alunos da escola.

A Oficina de Técnicas de Reportagem: radiojornalismo foi realizada em dois semestres, com encontros semanais, de 1 hora de duração, e contou com uma média de 15 participantes com idades entre 6 e 12 anos. Todas as oficinas foram realizadas na Escola Eurídice Ferreira de Melo.

Neste sentido o artigo pretende descrever a realização do projeto de extensão, enfatizando a avaliação dos alunos participantes e os resultados obtidos durante e após a execução da oficina.

2 A realização da oficina técnicas de jornalismo

Para construir o saber é preciso estar envolvido com o meio em que se vive e, a partir das experiências adquiridas, somar um novo paradigma de possibilidades que podem ser desenvolvidas dentro e fora do ambiente escolar. Esse desenvolvimento poderá ser impulsionado com a inserção de projetos extracurriculares no conteúdo pedagógico das escolas em uma perspectiva inovadora do saber (DEWEY, 1978).

Hernández (1998) aponta que o ensino precisa ser inovador e que para isso os projetos de trabalho formam uma importante interface entre o aluno, o meio social e suas expectativas futuras e com isso o estudante é levado a pensar de forma diferenciada, tem sua criticidade aguçada e com as experiências vivenciadas pode, então, formar uma nova mentalidade.

A oficina Técnicas de reportagem: radiojornalismo, realizada entre os anos de 2016 e 2017, na Escola de Tempo Integral Eurídice Ferreira de Melo, em Palmas, no estado do Tocantins, teve como meta levar até os estudantes do ensino fundamental, teoria e técnicas práticas de jornalismo com foco no radiojornalismo. A intenção era também apresentar o trabalho de um profissional da área de comunicação, no caso um jornalista, e despertar nos alunos o interesse por temas contemporâneos do meio que convivem, bem como maior participação em outras atividades

escolares, fortalecendo, assim, os vínculos, estimulando o interesse pelo ambiente escolar.

Para realização do projeto estabeleceu-se contato inicial com a direção da escola para apresentação da estrutura da oficina extracurricular e que prontamente foi aceita. A divisão da atividade foi proposta em encontros semanais, para um grupo de até 15 alunos, com idades entre seis e doze anos, com duração de 1 hora/aula, com produção de um programa piloto de rádio, que seria também o produto final da oficina. Além disso, a forma avaliativa para mensurar os resultados da oficina seria realizada a partir de cartas escritas pelos alunos participantes do projeto de extensão e entregues aos jornalistas que conduzem as atividades.

O desenvolvimento dessa oficina pode ser dividido em quatro fases consideradas importantes para a conclusão do trabalho.

Fases	Ações	Objetivos
1º Apresentando o projeto	Familiarização com ambiente escolar e apresentação do tema Rádio para a direção.	Reunir maior número de informações sobre o cotidiano local e estrutura de laboratórios, salas de aula e outros.
2º Readequação da oficina	Adequação da metodologia da oficina a partir da observação das primeiras intervenções.	Conseguir trabalhar o conteúdo de forma dinâmica, respeitando a idade de cada aluno e suas necessidades e particularidades.
3º Vivenciando a técnica	Escolha do tema radiojornalismo e introdução das técnicas de jornalismo.	Utilizar a estrutura da rádio escola já montada na unidade de ensino e assim introduzir técnicas profissionais aos conteúdos já desenvolvidos na escola.
4º Oficina na prática	Gravação e apresentação do programa A Hora da Notícia	Aplicar de forma prática os conteúdos ministrados durante a oficina.

Na primeira etapa do projeto definimos que a metodologia da oficina seria dividida em pequenos diálogos sobre a história do rádio, suas características e o ensino de alguns conceitos sobre técnicas de reportagem, entrevista e cobertura.

Optamos pelo rádio justamente por sua força na comunicação de massa e pelas diversas maneiras de trabalhar esse veículo com os alunos que tem como características a simplicidade, a imediatividade da informação, flexibilização e a possibilidade de criação de textos mais curtos e diretos.

Neste sentido o rádio, veículo de comunicação dinâmico, democrático e de fácil acesso, seria então uma possível ferramenta extracurricular para o desenvolvimento de projetos no ambiente escolar, uma vez que a comunicação seria então uma facilitadora do espaço de convivência, aproximaria e permitiria maior integração entre escola, alunos e sociedade, além de favorecer o protagonismo juvenil com o estímulo da imaginação e criação por parte dos estudantes.

Para Leal (1998, p. 11), o rádio tem a função de “prestador de serviços à população, distante de qualquer interferência política ou comercial. E a prestação de serviços não é simplesmente falar do trânsito ou dar a previsão do tempo. É principalmente falar, apresentar fatos e ideias que contribuam para a prática cotidiana da cidadania”.

O rádio é, então, a conexão entre as vivências cotidianas, em uma interface do saber que alinhados à estrutura curricular da escola, respeitando a particularidade dos alunos, bem como suas necessidades, um mecanismo que estimula questionamentos sobre, por exemplo, a cultura, a sociedade e suas subdivisões, e que podem ser amplamente debatidos, seja no grupo específico que trabalha o rádio na escola ou mesmo por toda a comunidade a partir da difusão do conteúdo em ondas comunitárias ou mesmo parcerias público privada.

Por trabalharmos com meninos e meninas com idade entre seis e doze anos, com imaginação à flor da pele, o rádio seria então uma oportunidade de utilizar esse momento pessoal dos alunos para alcançarmos os objetivos propostos no projeto apresentado à escola. “É preciso ter ideias de pautas originais e buscar notícias em lugares onde aparentemente elas não surgem [...]” (CHANTLER, 1998, p. 23).

Outro ponto de destaque para a oficina de Técnicas de reportagem: radiojornalismo em ser estruturada em uma perspectiva radiofônica era trazer a comunidade para dentro da escola, utilizar esse meio de comunicação como uma ferramenta viável, de baixo custo, para o debate sobre o espaço de convivência dos alunos.

Meditsch (2005, p. 57) analisa que:

O rádio, mesmo centenário, sob o impacto das novas tecnologias adquire novos recursos que reforçam suas características tão adequados a uma comunicação cada vez mais de massa. Portanto, tem também reforçado seu potencial de uso social.

Diante de todo o planejamento articulado e etapas do cronograma estabelecidos, seguimos para o primeiro encontro com os alunos e, nesse momento, sentimos na pele o quão é difícil ser um educador, como partilhar o que se sabe e falar a mesma linguagem dos alunos é desafiador. Para conseguirmos alcançar os objetivos da atividade seria necessário conhecer mais do universo infantil, seus signos e significados até então desconhecidos para nós. Estamos diante da segunda e mais complicada etapa do projeto de extensão: adequação do planejamento. Não estávamos em uma redação!

Partimos então do pressuposto que o aluno, no caso o receptor da informação, não é sujeito estático e que dúvidas poderiam surgir. Ainda assim, estávamos diante de uma sala com 15 alunos com idades diferentes e percepções também diversas. A comunicação não poderia ser igual. Então a primeira estratégia foi buscar a biblioteca da universidade para pesquisarmos sobre o assunto, também dialogamos com os professores da própria escola, assim seria possível desvendar aquele ambiente tão desafiador.

Na pesquisa, encontramos o conceito de dialogicidade defendido por Paulo Freire. Nesse pensamento, o autor defende que a emancipação do sujeito, a partir da interação dos saberes, é a primeira condição para essa construção. O caminho então estava mais claro, bastava escutar os alunos, dar voz ao nosso público e seria possível partilhar o conteúdo preparado para os encontros. Freire (1983, p. 10) afirma que “O diálogo fenomeniza e historiciza a essencial intersubjetividade humana, ele é relacional e, nele, ninguém tem iniciativa absoluta. O diálogo não é um produto histórico, é a própria historicização”.

É nessa interação de processos comunicativos que Habermas (1988) aponta que a comunicação pode ultrapassar os conceitos de mundo já vivenciados e que o consenso, bem como o entendimento do indivíduo, se

alinhados aos seus interesses pessoais, podem formar cidadãos mais emancipado e participativo.

A competência interativa do “EU” significa sua capacidade de participar em contextos interativos cada vez mais complexos. O qualitativo de “interativo” ou “comunicativo” implica um tipo especial de ação voltada para o entendimento (HABERMAS, 1988, p. 89).

Para a experiência da oficina extracurricular, o diálogo entre alunos e jornalistas foi fundamental para o desenvolvimento das atividades já que conseguimos a partir da escuta e do bate papo com os estudantes, aprender muito mais no universo infantil e adequar nossa nova abordagem. Nos demais encontros decidimos por dividir a turma em grupos que respeitassem a média de idade dos estudantes e a série que estavam cursando. Assim, foi mais fácil compreender as necessidades e dialogar de forma adequada com os participantes. Cada oficineiro era responsável por acompanhar um grupo e também decidimos que essa ação seria feita a partir da afinidade dos jornalistas com a idade das crianças ou dos adolescentes.



Foto 1. Alunos divididos em grupos realizando atividades da oficina

A terceira etapa da oficina foi dedicada ao protagonismo dos alunos e para isso realizamos três encontros onde, por meio de sorteio, foi

escolhido o nome do programa de rádio da escola, estrutura e os temas que seriam trabalhados nas notas informativas e também na entrevista. Nessa dinâmica ficou acordado que o nome do programa seria “A Hora da Notícia”³ e que a peça radiofônica teria a duração de até 30 minutos, dividido em blocos informativos com as temáticas saúde, ambiente escolar, datas comemorativas, curiosidades e uma entrevista final que encerraria a produção dos alunos.



Foto 2. Alunos escolhem o nome e estrutura do radiojornal

A busca pelas informações e composição das notas informativas, bem como o roteiro do programa A Hora da Notícia e gravação, fazem parte da terceira etapa do projeto que foi dividido em mais quatro oficinas. Para isso, repassamos técnicas de coleta de informações para a produção de notas curtas com até quatro linhas e os alunos foram a campo entrevistar outros estudantes, professores e pessoas da comunidade.

Para apoiar o trabalho investigativo das equipes, organizamos blocos de anotações personalizados com o nome do projeto, canetas e lápis. A ideia era aproximar o máximo possível os alunos do cotidiano de um

³ A Hora da Notícia. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pvMor_jMOug

jornalista. A construção final das notas contou com apoio dos oficinairos que organizaram os dados coletados.



Foto 3. Alunos recebem material para utilização nos encontros

A locução da apresentação do programa foi realizada por dois âncoras, também escolhidos por meio de sorteio. Para leitura das notas, foram selecionados representantes dos grupos, tudo decidido pelos próprios alunos. Para gravar a voz dos estudantes, foi utilizado o recurso do gravador de voz de um aparelho celular como equipamento de áudio. A empolgação dos participantes era de encher os olhos e a todo instante era possível observar como os estudantes mostravam o interesse pela profissão do jornalista e como o desenvolvimento do saber era construído de forma coletiva.

Essa percepção é apontada por Leff (2001, p. 233-234),

Esta forma de conhecimento está de acordo com um processo de apropriação subjetiva e coletiva, capaz de induzir um processo participativo de tomada de decisões, onde a população deixe de ser controlada (alienada, manipulada) pelos mecanismos cegos do mercado e por leis científicas governadas por processos automáticos, acima de sua consciência e seu entendimento. A racionalidade ambiental orienta a reconstrução de conhecimentos, saberes e

práticas, a partir da crítica da racionalidade formal e instrumental da civilização moderna.

A participação dos alunos é ponto de destaque durante a execução dos encontros, uma vez que foi dado a eles a autonomia para escolher assuntos, vislumbrando o ambiente escolar e social que convivem. Observamos e por diversas vezes comentamos ao final dos encontros que o projeto era muito mais do que esperávamos.



Foto 4. Alunas gravam notas do radiojornal A Hora da Notícia

Finalizado todo o processo de gravação das vozes dos alunos, partimos para a edição do material que contou com apoio e parceria da Rádio Pública de Palmas, 96FM. No estúdio organizamos a sequência dos blocos informativos, vinhetas de passagem e a entrevista.

Para apresentarmos o produto final, o programa A Hora da Notícia, organizamos uma confraternização para fecharmos o ciclo de formação das oficinas e o auditório da escola foi o local escolhido. Convidamos alunos de outras séries, pais, professores, administrativo da unidade de ensino, professores dos cursos de Pós-Graduação da UFT e representantes do SINDJOR – Sindicato dos Jornalistas do Tocantins.



Foto 5. Presidente do SINDJOR-TO, Alessandra Bacelar, fala sobre a profissão do jornalista

Outro momento que merece destaque foi a participação da presidente do Sindicato dos Jornalistas do Tocantins, Alessandra Bacelar, que palestrou sobre a profissão do jornalista e os desafios da escolha da futura profissão, evidenciando ainda a importância da presença das universidades no contexto escolar, promovendo momentos dinâmicos e de troca de conhecimento, ensinamentos e união entre as instâncias públicas.



Foto 6. Alunos/repórteres do programa A Hora da Notícia

Durante o evento mostramos fotos que contam o processo de construção da oficina, dialogamos com os alunos, ouvimos o programa e

fechamos o encontro com o depoimento dos estudantes que agradeceram o trabalho realizado na escola, de professores que relataram como a oficina foi importante para a unidade de ensino. Durante a realização do projeto os alunos produziram dois programas⁴ de radiojornalismo.

3 Avaliação da oficina: cartas para jornalistas

Para avaliar os efeitos da oficina aplicada aos alunos da Escola de Tempo Integral Eurídice Ferreira de Mello e obter uma noção dos resultados positivos ou negativos de todo o processo, foi proposto aos estudantes a escrita de cartas contendo as principais observações quanto a participação deles nas atividades. As cartas foram entregues ao final da atividade. Além disso, a produção desse material seria uma outra forma de incentivar os alunos a praticar a escrita, a leitura, a interação com os membros do grupo por meio da discussão sobre o projeto e a formação de uma opinião crítica sobre o assunto.

Do grupo de 15 alunos participantes do projeto, 12 entregaram as cartas que foram analisadas pelos jornalistas, totalizando 98% de participação na atividade avaliativa.



Foto 7. Aluna do projeto entrega cartas aos jornalistas

⁴ Programa A Hora da Notícia II. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=OFQS7nWsv2Q&t=25s>.

Por se tratar de estudantes com idade entre seis e doze anos, os jornalistas analisaram além do conteúdo escrito, os desenhos e utilização de outros recursos para a representação da opinião dos estudantes.

No processo de ensino, principalmente com crianças, as cores são utilizadas com frequência para estimular os alunos, desenvolver capacidades cognitivas, de raciocínio e também de fala e audição.

Martins; Picosque e Guerra (1998, p. 14) apontam que,

A comunicação entre as pessoas e as leituras de mundo não se dão apenas por meio da palavra. Muito do que sabemos sobre o pensamento e os sentimentos das mais diversas pessoas, povos, países, épocas são conhecimentos que obtivemos única e exclusivamente por meio de suas músicas, teatro, pintura, dança, cinema, etc.

Em 95% das cartas os estudantes utilizaram recursos de desenhos ou pinturas para expressar a opinião positiva sobre a oficina. Corações, flores, asas de anjos e desenhos de pessoas formando uma família, estão entre as imagens observadas. Autores como Edwards (2005) apontam que os primeiros rabiscos ou desenhos mais elaborados fazem parte do desenvolvimento infantil e contribuem para a escrita, representação de mundo, confiança e formação também da personalidade. Sendo assim o processo de desenhar está interligado com a capacidade de percepção.

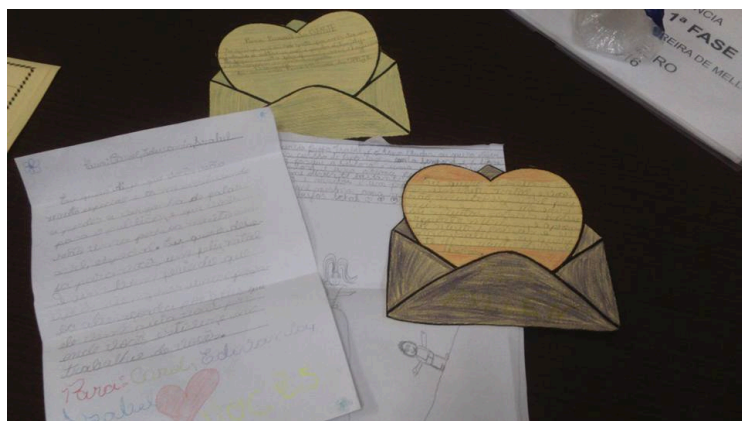


Foto 8. Cartas avaliativas dos alunos participantes

A análise dos textos levou em consideração frases de impacto sobre a realização da oficina, com elas foi possível mensurar o grau de satisfação dos envolvidos no projeto. Em 100% das cartas recebidas os alunos expressaram o contentamento com o projeto por meio de frases como “amamos vocês”, “voltem logo”, “o projeto mudou minha timidez”, “eu amo a oficina e os alunos do Opaje”, “eu aprendi muitas coisas”. Essa avaliação pode ser acompanhada nos relatos dos alunos Ryllen Cristina, Diego Fernandes, Fernando da Cruz e Samara Soares, transcritos respectivamente.

“Eu quero dizer que vocês são muito especial e estão me ensinando a perder a vergonha de falar em público e que vocês são uma pessoa muito amável, especial. Eu quero desejar para vocês um feliz natal e um bom feriado, que vocês sejam abençoadas por Deus, que ele vem guiar vocês onde vocês estiverem, e no trabalho de vocês. Para: Carol, Edvânia e Isabel. Amo vocês”.

“Eu quero desejar a vocês um feliz natal e vocês são muito especiais para mim e vocês me ensinaram muitas coisas sobre repórter mirim e aprendi muitas coisas que eu não sabia, eu quero te dizer muito abrigado”.

“Querida professora Isabel, é ótimo estudar, eu quero fazer o curso de reportagem com a senhora, e é bom isso porque a senhora é uma excelente professora. A senhora é uma ótima pessoa, alguns momentos me divertem bastante com colegas e a senhora. É um prazer enorme mais é enorme mesmo. Amo muito a senhora mesmo, beijos, tchau”.

“No curso eu aprendi a saber entrevistar alguém, fazer notinhas, trabalhar em equipe. Além disso o pessoal do Opaje são ótimos e nos ensinaram a fazer várias coisas, principalmente a trabalhar em equipe. Mas o que eu queria trabalhar mais era a timidez, pois sou um pouco tímida para entrevistar alguém. Sou grata a Edvânia, Isabel, Carol e Adenauer. Vocês me ajudaram muito”.



Foto 9. Alunos entregam cartas e agradecem pela realização da oficina

Os relatos trazem ainda detalhes que mais chamaram atenção dos alunos durante as oficinas, como escreveram os alunos Camila Arruda Rodrigues e João Vitor.

“Eu adorei e foi muito bom e foi muito legal, eu amei uma coisa as professoras são muito legais e aprendi várias coisas como 3Q+COP adorei a experiência. Eles também são muito adoráveis e eles ajudam os outros. Camila Arruda”.

“Eu achei muito interessante, muito educativa. Está turma foi como uma família, foi ótima. Te amo. As brincadeiras foram ótimas, a senhora foi como uma mãe. João Vitor”.

No mundo infantil a escrita tem um papel importante e exerce, segundo Seber (1997) uma espécie de fascinação entre a criança e o meio que interage.

A ferramenta metodológica das cartas tinha como propósito auxiliar a equipe na avaliação dos resultados da oficina, mas também ser mais uma atividade da oficina já que os alunos seriam estimulados a escrever e avaliar criticamente todo o trabalho realizado. Além disso, as cartas também foram avaliadas pelo professor que acompanhou a oficina e socializadas com os demais educadores das escolas.

4 Considerações finais

Ao finalizarmos a oficina com a apresentação do programa de rádio “A Hora da Notícia” percebemos o quanto foi gratificante vivenciar o cotidiano da escola. Estar defronte para os alunos, tomar decisões a partir dos encontros e estruturar uma oficina com diferentes metodologias foi, sem dúvidas, um momento rico de aprendizado para os jornalistas de redação, não acostumados com o mundo da educação.

A partir dos encontros foi possível ainda perceber como a oficina envolveu os alunos e como o protagonismo de cada um afluía durante a exposição sobre a profissão do jornalista e a atuação dentro do veículo de comunicação, rádio.

É preciso destacar que o grupo de alunos participantes da oficina, de acordo com o relato de alguns professores da unidade escolar, desenvolveu habilidades e superou alguns medos como, por exemplo, o de falar em público, esse também relatado nas cartas enviadas aos jornalistas.

O projeto de extensão proposto pelo curso de Pós-Graduação da Universidade Federal do Tocantins – UFT é uma importante ferramenta de aproximação da universidade com a escola e a comunidade, uma vez que os alunos foram despertados para a busca do conhecimento de forma diferente da rotina da escola, envolvendo a família e o meio social que convivem.

Para os alunos da especialização que por algumas semanas tornaram-se “professores” ou “tios”, a experiência de construir, desconstruir e novamente construir o conhecimento e de levar até os alunos o saber da rotina profissional do jornalista, foi um ganho sem mensuração. Fomos instigados a perceber o ambiente, estimular a criatividade e deixar de lado o tecnicismo da profissão para aprender uma nova forma de comunicação.

Ao final de todo o processo vimos como a educação é transformadora e como ela requer dos professores uma postura inovadora, corajosa, persistente e que busque por meio de novas propostas, como os projetos pedagógicos, o caminho para uma formação emancipatória do indivíduo.

5 Referências

- CHANTLER, Paul. **Radiojornalismo**. Summus, 1998.
- CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica**: Realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. Coleção Docência em Formação. Editora Cortez. 2016.
- DEWEY, John. **Vida e Educação**. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- EDWARDS, Betty. **Desenhando com o lado direito do cérebro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.
- HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação**: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- LEAL, M. Cristina. **Nas ondas da razão e da ciência**: a radioeducação como instrumento da modernidade no Brasil dos anos 20 aos 50. Editora Moderna. 2000.
- LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARTINS, M.; C.; PICOSQUE, G.; GUERRA, M.; T. **Didática do ensino da arte**: A língua do mundo: Poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 1998.
- MEDITSCH, Eduardo. (org.). **Teorias do rádio**: textos e contextos – Vol. I. Florianópolis: Insular, 2005.
- SEBER, Maria da Glória. **A Escrita Infantil o caminho da construção**. São Paulo: Scipione, 1997.

Capítulo 4

Características do discurso jornalístico em veículos de comunicação impressos e digitais: a busca pela eficácia e alta comunicabilidade

Celso Gick

"O estilo há de ser fácil e muito natural".

Padre Antônio Vieira

Sermão da Sexagésima, 1655.

Introdução

Uma forma de redação de notícias que se adequa ao movimento acelerado das metrópoles, ao insistente apito das fábricas, ao soar das sirenes das ambulâncias, ao brilho dos letreiros em néon, ao constante passar de automóveis, ao tilintar dos trens, à partida de navios e ao decolar de aviões. Técnica de escrever que produz textos enxutos de leitura rápida, que para os leigos parecem com uma “linguagem produzida por máquinas”, pela impessoalidade, brevidade, urgência, busca da eficácia e alta comunicabilidade.

Trata-se de uma acentuada reformulação das normas de redação jornalística, mais adaptada à realidade dos países economicamente desenvolvidos, utilizadas inicialmente a partir do final do século XIX em uma fase de plena consolidação dos meios de produção capitalistas e expansão industrial. Não por acaso, essa nova forma de redigir notícias começa a ser utilizada a princípio em jornais norte-americanos e, posteriormente, em publicações europeias – Inglaterra, França e Alemanha).

Um conjunto de métodos e procedimentos de redação jornalística, que se adapta a um período em que grandes populações com pouca escolarização se transferem para as cidades centrais e se torna necessária uma nova forma de escrever notícias, que se comunique mais diretamente com o leitor, desperte interesse e possibilite sua maior integração a uma sociedade mais heterogênea, que vive alterações profundas e, cada vez mais, complexa e multifacetada.

Uma fase em que indivíduos de extensas camadas da sociedade precisam, conforme interesse da elite dominante, participar dos meios de produção capitalista, consumir novos produtos e que, cada vez mais, sentem a necessidade de se informar objetivamente sobre assuntos diversos.

Nesse período, aumenta progressivamente nos jornais impressos o espaço destinado à publicação de notícias sobre economia, política, cidades, variedades e, principalmente, histórias policiais e de mistério. Por outro lado, os artigos de opinião, que debatiam as grandes questões sociopolíticas, perdem espaço e ficam confinados a seções diminutas nas publicações. Os leitores não querem mais ler opiniões, mas sim fatos, descritos de forma objetiva e clara, com interesse humano e temas pertinentes, que possam propiciar maior entendimento da realidade prática do dia a dia e facilitem a vida em comunidade, além dos textos voltados especialmente ao entretenimento.

Desenvolvimento

O discurso jornalístico pode ser analisado por meio de diferentes disciplinas, entretanto, de uma forma geral os pesquisadores, mais ligados à área da Linguística, levam em consideração dois grandes campos de estudo, as chamadas macro e microestruturas do texto.

A análise das macroestruturas busca identificar, por exemplo, relações mais amplas entre frases, períodos e capítulos. Por outro lado, no estudo das microestruturas são observados, como por exemplo, possíveis variedades de escolhas léxicas, sintáticas e semânticas. Ou seja, o estudo

da microestrutura da notícia mergulha em um campo de estudo, que poderíamos estabelecer como limite o período gramatical. Além dessa demarcação, já seria assunto para análise das macroestruturas.

Porém, antes de dividir o campo de estudo, para facilitar a identificação das principais características do discurso jornalístico teríamos que responder a questão: existe realmente um estilo jornalístico? Caso sim, o que o diferencia dos demais estilos de redação? Mas para melhor entender o assunto, seria necessário compreender o que é estilo jornalístico e quais suas particularidades. Com essa finalidade, como vimos anteriormente, podemos seguir dois caminhos: o estudo da macro ou da microestrutura. Nesse artigo, por escolha nossa, seguimos a trilha da microestrutura, por acharmos que nestas relações no interior do período, frase, oração e palavra pode-se localizar melhor a essência do que podemos denominar de estilo do discurso jornalístico.

Van Dijk (1990) explica que o estilo de uma forma ampla resulta das eleições que o falante realiza entre as diferentes opções da forma do discurso, com a finalidade de expressar mais ou menos o mesmo significado, ou denotar o mesmo referente. “O fato de dizer médico no lugar de doutor, por exemplo, é um elemento de estilo do léxico. Não obstante, a variação do estilo não é simplesmente livre ou arbitrária. Pelo contrário, o estilo é uma indicação principal do rol do contexto”. (VAN DIJK, 1990, p. 49)

Por esse motivo, o estilo do discurso jornalístico também precisa necessariamente se adequar ao contexto, como, por exemplo, tipo de jornal, popular ou elitista, diferentes editorias e classes de notícias. Um texto sobre um espetáculo publicado na editoria de cultura usa um determinado rol de palavras, que ficariam inapropriados em uma notícia sobre economia ou política.

Assim situações sociais específicas, como desenvolvimento de uma classe em aula ou de um juízo em um julgamento, podem exigir um conjunto específico de opções gramaticais léxicas ou sintáticas por parte dos que participam da fala. O discurso das notícias deve também formular-se em um estilo específico, formal, o estilo característico dos meios impressos. Dali que o estilo seja a

pegada do contexto no texto. Esta pegada consiste nas limitações sobre as variações possíveis dessa formulação. (VAN DIJK, p. 49, 50, tradução nossa)

Diante de proposições pouco conclusivas sobre o tema, para definir objetivamente discurso jornalístico, publicadas em inúmeros manuais sobre redação e estilo, Vivaldi (1976) retoma o questionamento: “Então existe um forma de redigir característica do jornalismo claramente diferenciável do modo próprio literário puro, do didático, do filosófico, do científico, e mesmo da fala popular ou coloquial?” (VIVALDI, 1973, p. 23, tradução nossa)

Carreter citado por Santamaría Suárez (1997) assegura positivamente e afirma que o discurso jornalístico deve aspirar a ser o que utiliza uma comunidade de falantes de nível culto. Conforme ele, “o discurso jornalístico, efetivamente, tem características diferencias que permitem afirmar que os textos jornalísticos, inclusive em seus aspetos mais rigorosamente linguísticos, são distintos dos textos literários e usuais”. (CARRETER apud SANTAMARÍA SOÁREZ, 1997, p. 21)

Albertos mencionado, também, por Santamaría Soárez (1997) descreve as particularidades do discurso jornalístico como não literal, próximo às falas coloquiais dos setores cultos de determinada comunidade de falantes, “que em suas manifestações habituais se apoiam de modo quantitativamente importante em orações de construção nominal. O estilo informativo está concebido para alcançar objetivos comunicativos com eficácia e economia de meios”. (ALBERTOS apud SANTAMARÍA SOARÉZ, 1997, p. 22, tradução nossa)

Por esse motivo, como percebemos a concisão, uma das características fundamentais na busca pela eficácia do discurso jornalístico, se consegue com expressões consensuais e objetivas, mas, ao mesmo tempo, vigorosas. “A força da realidade faz com que o parágrafo mais simples alcance virtude superlativa”. (SANTAMARÍA SUÁREZ, p. 24, 1997, tradução nossa)

Levando em conta essas características, inferimos que não é o número, mas sim a eleição cuidadosa e certa dos vocábulos, o que comunica realismo e vida ao texto informativo. A concisão se manifesta de modo especialmente penetrante quando as frases são ágeis tanto em suas relações internas, como nas externas, já estando intimamente trabalhadas ou impetuosamente opostas umas das outras. (DOVIFAT apud SANTAMARÍA SUÁREZ, 1997, p. 24, tradução nossa)

"Alemão de porcos", escreve Friedrich Nietzsche citado por Vivaldi (1980), "perdão, alemão jornalístico", completa o filósofo. Porém para Dovifat (apud Vivaldi, p. 24, 1980, tradução nossa) a frase de Nietzsche nada mais é que um exagero, uma invenção injusta. "A linguagem jornalística, é forçoso reconhecer - não é "academicamente" perfeita, sobre tudo em redação apressada, de informação, mas não é tão insultável como idioma de porcos". (DOVIFAT apud VIVALDI, 1980, p. 24, tradução nossa)

O discurso jornalismo, completa Dovifat citado por Vivaldi (1980), "é quase sempre melhor que o usado na correspondência comercial, em muitos decretos oficiais e inclusive está melhor redigido com frequência que obras douradas". (DOVIFAT apud VIVALDI, 1980, p. 24, tradução nossa)

[...] É uma força, uma vontade de ação, uma ação rápida para alcançar algo, a linguagem do jornal é a linguagem da vida, é variada, sempre diferente; umas vezes doura, outras serena, em ocasiões vivaz, exaltada, rente aqui, dolente ali, trágica ou humorística. Possui - deve possuir - todos os recursos expressivos e vitais, próprios e adequados para expressar a variadíssima gama do humano acontecer diário. É pensamento e é ação: é sensibilidade e reflexão, é ponderação e, às vezes, hipérbole. (DOVIFAT apud VIVALDI, 1980, p. 24, tradução nossa)

Pucheu, citado por Vivaldi (1980), referindo-se ao jornalismo francês, disse que o jornalismo inventou uma forma de escrever original que não é o francês falado, nem o francês familiar, nem o francês seletivo, nem a língua comum, nem a língua parisiense. Para Pucheu "[...] é o francês selvagem, uma língua representada. Ele fala de uma língua encantadora de fatos. O que poderia traduzir-se livremente por uma "língua bruxa". (PUCHEAU apud VIVALDI, 1980, p. 25, tradução nossa)

Em resumo, as características ideais de estilo empregadas no discurso jornalístico escrito atual, segundo Albertos, retomado por Santamaría Soárez (1997, p. 25, tradução nossa) são as seguintes:

- 1 - Correção (língua não literal, próxima da língua coloquial culta)
- 2 - Concisão (frases curtas, de 30 a 35 sílabas por frase, com 16, 17 palavras)
- 3 - Clareza (verbos adequados em forma ativa e modo indicativo)
- 4 - Captação do receptor (mediante uma linguagem expressiva, desde as primeiras linhas)
- 5 - Linguagem mista. A pluralidade dos códigos concorrentes faz com que as diferentes linguagens se condicionem entre si. O código receptor também surge do influxo dos códigos menores.

Registros e histórias

Na redação de notícias para jornais impressos ou *online*, percebe-se que estilo jornalístico tem duas formas básicas, que pode-se identificar em análises da macro e microestrutura: uma mais expositiva e outra mais narrativa. A primeira utilizada prioritariamente para na redação mais factual e a segunda para contar histórias (estórias) que tentam evocar, o que convencionou-se denominar de interesse humano. Porém, nada impede e, em muitos casos, que seja utilizada uma mistura das duas formas básicas. É bastante comum uma notícia expositiva, conter trechos narrativos e também ao contrário.

Para Correia (2011), em uma rápida análise, fica clara a distinção entre histórias (estórias) e registros. “A diferença entre “registros” e “estórias” no fundo corresponderia à distinção canônica entre *hard news* e *soft news*, sendo que as primeiras constituem notícias construídas com uma linguagem seca e factual centradas em eventos discretos, relatados com uma fórmula que remete para a mais estrita imparcialidade”, explicou. (BIRD e DARDENNE apud CORREIA, 2011, p. 62, mantida escrita do português de Portugal)

Esta distinção tem implicações cuidadosamente assinaladas: as notícias que seguem a forma de “registros” ou *hard news* seguem, de forma canônica e

estrita, o método da pirâmide invertida e o relato sequencial de acordo com a ordem crescente da notícia, respondendo de forma seca e concisa às seis perguntas consideradas essenciais para estruturar uma rede de facticidade. Porém, proporcionam claramente uma leitura orientada e económica que leva os leitores a debruçarem-se sobre o que consideram essencial. Já a "estória" tem de apresentar relações de causa e efeito, a interligação das explicações no sentido narrativo e dispensa o lead clássico, pois carece de um certo suspense e de uma certa excitação. (BIRD e DARDENNE apud CORREIA, 2011, p. 62, mantida escrita do português de Portugal)

Depois de analisar diferentes definições de notícia baseadas em suas particularidades mais evidentes, que fornecem indicações de como se caracteriza o estilo no âmbito do discurso jornalístico, Lage (1979) resume: "É relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, do seu aspecto mais importante", explicou.

Com essa demarcação de sentido, o autor busca reduzir a área de discussão do que quer dizer a palavra "importante", que resume conceitos abstratos, porém fundamentais, para a estruturação do texto noticioso, como verdade ou interesse humano.

Permitimo-nos encarar a notícia como algo que se constitui de dois componentes básicos.

- a) uma organização relativamente estável, ou componente lógico, e
- b) elementos escolhidos segundo critérios de valor essencialmente cambiáveis, que se organizam na notícia - o componente ideológico. (LAGE, 1979, p. 41)

Lage (1979) também destaca que uma das principais características do discurso jornalístico reside na adoção de uma forma de redação que utiliza proposições axiomáticas, como definiu "[...] dispensa argumentações e, usualmente, as provas: quando a apresenta, é ainda em forma de outros enunciados axiomáticos. Não raciocina; mostra, impõe-se como dado - e assim furta-se à análise crítica." (LAGE, 1979, p.41)

Em outras palavras, segundo o autor, as notícias são redigidas como se estivessem relatando a verdade, sem dar lugar a questionamentos, e com esse método de escrita, resulta em um estilo de redação ordenado com

proposições declarativas: “em que o emissor se coloca como um observador privilegiado - fortalecido por prestígio e credibilidade - e o receptor em um posicionamento passivo, porque não cabe questionamentos [...]”. (LAGE, 1979, p.41)

O estilo é um fenômeno humano de grande complexidade. É a resultante linguística de uma conjunção de fatores múltiplos. [...]. Se algum dia se chegar a atribuir ao estilo alguma fórmula, há de ser uma fórmula extremamente complexa. Todas as reduções lapidárias da definição do estilo só podem ser e permanecer como empobrecimento unilaterais. [...]. Nessa encruzilhada onde talvez compreendamos por que é que certo poema nos envolve e nos possuiu e nos toca de determinada maneira, tem que haver uma convergência de causas linguísticas formais, mas também de causas psicológicas, psicanalíticas, históricas, sociológicas, literárias etc. E será indubitavelmente o conjunto que poderá dar conta dessa coisa ainda um pouco misteriosa que é a função poética: por que que certas mensagens produzem em nós efeitos incomensuráveis [...].” (MOUNIN apud MARTINS, p.3, 2003)

Lage (1979) explica que ao nível da linguagem, o que o subconjunto mais influente busca conservar é um certo elenco de palavras, formas gramaticais e significações apoiadas na tradição literária da modalidade escrita do idioma, tanto quanto nos interesses da preservação da ordem social.

Se há um subconjunto social influente na economia, com liderança política e presença nos aparelhos ideológicos de Estado; se tal subconjunto se empenha em preservar o que chama de vernáculo, o produtor de informações caminha para conformar-se a isto.

Ele o faz na medida do que lhe permite outro compromisso, contraditório, com a eficiência do processo de comunicação. Como produtor de informações depende do público até mesmo para atender às funções que lhe destina o sistema econômico-ideológico, buscará ser tão coloquial quanto possível.

Do que vimos, passamos a considerar a existência de dois conjuntos distintos de lexemas e formas gramaticais: o do *registro forma da linguagem*, construído pelas palavras e usos gramaticais consagrados, que aponta para a modalidade escrita, [...] âmbito nacional, a postura solene e o passado recente da língua; e o *registro coloquial de linguagem*, próximo do enunciado oral,

comunicação expressiva, regional ou dialetal, e, muitas vezes do futuro imediato do idioma.

[...]

A conciliação é atingida toda vez que a comunicação utiliza como linguagem básica aquela composta dos lexemas e formas gramaticais possíveis tanto no registro coloquial, quanto no registro formal da língua, já que esses conjuntos são secantes. (LAJE, 1979, p. 49 e 50)

Por consequência da necessidade de maior eficácia comunicativa, os produtores de textos noticiosos fazem uma seleção, na maioria das vezes intuitiva, por palavras e expressões empregadas por falantes de camadas sociais de nível culto, mas que ao mesmo tempo são entendidas por integrantes dos demais extratos sociais. Para Hohemberg (1964) fica evidente que o jornalista cujo trabalho é claro, organizado com simplicidade e fácil de compreender tem maiores possibilidades de encontrar público no mundo atual do que um gênio que escreve de uma forma rebuscada. “O escritor obscuro, que se ocupe de ciências, semântica, de notícias ou cartas amorosas, necessita apresentar seu tema com clareza [...]. Para ser claro, sensível e direto se necessita realizar um esforço maior”. (HOHEMBERG, 1962, p. 96, tradução nossa).

Na busca pela eficácia comunicativa, na segunda metade dos anos 1950, diretores da agência norte-americana Associated Press, percebendo a necessidade de aperfeiçoar a redação e melhorar a comunicabilidade dos despachos da empresa, contrataram o pesquisador austríaco, doutorado em Língua Inglesa, na Universidade de Columbia, Rudolf Flesch, para elaborar o *The AP Writing Handbook* (Manual de Redação da AP), onde faz as seguintes recomendações aos redatores. Sugestões essas, que permanecem atuais e que são reproduzidas há décadas, nessas ou em outras palavras, em manuais de redação e estilo ao redor do mundo.

Não se empregam palavras que geralmente não se usam na conversação ordinária, sempre que tal coisa resulte possível. Recordar-se que a AP não persegue o aumento do vocabulário das pessoas. Se você tem que empregar uma palavra que sabe não seja conhecida para o leitor ordinário, explique seu significado. Siga o exemplo do repórter que explicou que tularemia é a febre dos coelhos.

Sobre tudo, no deixe de explicar o significado de termos geográficos, para benefício de leitores que vivem a uma distancia considerável dos lugares descritos. (HOHEMBERG, 1962 p. 98)

Para expressar em números e estipular um coeficiente de legibilidade, Flesch, em coautoria com John P. Kincaid, elaborou, no final dos anos 1950, a Fórmula Flesch-Kincaid para avaliar a eficácia e a comunicabilidade de textos. A fórmula matemática FKRA = $(0,39 \times ASL) + (11,8 \times ASW)$ = 15, 59.

FKRA = Fórmula de Legibilidade

ASL = Comprimento médio da frase (ou seja, o número de palavras dividido pelo número de sentenças)

ASW = Número médio de palavras por sílaba (número de sílabas dividido pelo número de palavras)

Após os cálculos, uma pontuação de 5 aponta um nível cognitivo de leitor de escola fundamental, uma pontuação de 9,3 significa que um aluno de ensino médio seria capaz de ler e interpretar um determinado texto. Caso depois do cálculo, o texto atingir uma pontuação de 12, Flesch aconselha o redator a seguir a dicas citadas anteriormente para diminuir a complexidade da forma de redação.

A recomendação do autor é escrever textos que atinjam uma pontuação abaixo de 8 e, preferencialmente, em torno de 5/6, para conseguir melhor comunicabilidade. Além disso, recomenda ao redator buscar atingir o ponto central do assunto rapidamente, ou seja, não ser prolixo. Usar sempre a voz ativa, nunca passiva, empregar frases curtas e demonstrar autoridade sobre o tema tratado no texto. Buscar sempre utilizar o número menor de palavras possível e empregar palavras simples.

A fórmula Flesch-Kincaid, mesmo parecendo complexa, poderíamos resumi-la de uma forma extremamente simples: usar, sempre que possível frases e palavras curtas, além da procura incessante pela organização lógica e objetividade. Sugestões essas que fazem parte praticamente de todos manuais de redação jornalística.

Nos primeiros dias de uso da fórmula, os redatores da AP eram vistos contando, credulamente, sílabas, palavras e frases para atender as recomendações de Flesch e melhorar a eficácia comunicativa dos textos. Após poucos meses, eles começaram a perceber que já utilizam naturalmente as recomendações da fórmula e que contar sílabas, palavras e frases para calcular o nível de legibilidade não garantia que um texto fosse considerado uma peça exemplar de bom jornalismo. Além disso, a utilização da fórmula atrapalhava a rapidez na produção da notícia e, aos poucos, sua utilização foi deixada de lado na rotina de trabalho na agência.

Entretanto, se levarmos em consideração as diretrizes canônicas de redação da notícia sem questionamentos, poderíamos concluir erroneamente que para obter alta comunicabilidade bastaria escrever utilizando palavras e frase curtas, simples e de uso comum. Uma conclusão apressada que levaria a acreditar que, por exemplo, um texto escrito de forma telegráfica, seria a mais eficaz forma de discurso jornalístico, o que sabemos não é verdadeiro. Isso porque para um texto obter maior eficácia na busca pela comunicabilidade entram outros fatores subjetivos, com interesse humano, obtido entre outros meios, pelo emprego da Função Poética, descrita por Jakobson (1956).

A função poética relacionada aos aspectos formais da língua - não pode ser descartada em nenhum texto, uma vez que o entendimento se vincula ao ritmo sugerido na ordenação das palavras e dos acentos. A principal contribuição da fonologia ao discurso da notícia refere-se à distribuição da leitura em segmentos ou grupos de forma pelos quais as sentenças se anunciam. (LAGE, 1979, p. 43. 44).

Para Jakobson (1956), a Poética trata fundamentalmente do problema: O que é que faz uma mensagem verbal ser uma obra de arte? Sendo o objeto principal da Poética a *differentia specifica* entre a arte verbal e as outras e espécies de condutas verbais, cabe-lhe um lugar de preeminência nos estudos literários. “A Poética trata dos problemas da estrutura verbal, assim como a análise da pintura se ocupa da estrutura pictorial. Como a

Linguística é a ciência global da estrutura verbal, a Poética pode ser encarada como parte integrante da Linguística”. (JACKOBSON, 2011, p. 119)

Conclusão

Como resultados conseguimos identificar que os textos noticiosos jornalísticos possuem uma forma discursiva própria, um estilo de redação característico, adotando técnicas de escrever peculiares, que percebe-se, nas escolhas léxicas, sintáticas e semânticas, além de utilizar figuras de linguagem voltadas à persuasão e à atratividade.

Métodos influenciados por normas canônicas, ou seja, diretrizes estabelecidas e convencionadas, que visam dar ao texto uma linguagem adequada aos leitores que compõem uma humanidade pós-revolução industrial, que segue parâmetros impregnados no espírito e ações das classes burguesas, como funcionalidade, rapidez, eficácia, fácil difusão e compreensibilidade.

Concluimos que o discurso jornalístico tem características próprias complexas formuladas ao longo de séculos e traz em seu bojo mecanismos próprios da linguagem e argumentação dos falantes comuns nas suas interações de fala cotidianas. Porém, ao mesmo tempo, também tem forte influência de uma linguagem sugestionada pelas elites dominantes.

Por esse motivo está presente na forma de redação de notícias uma eterna contradição entre buscar ao mesmo tempo um discurso próximo à narrativa popular e, em sentido oposto, com características de textos produzidos pelas elites, com todos seus preconceitos, perspectivas e interesses a serem defendidos.

Referências

ALBERTOS, José Luis Martínez, **Redacion Periodistica, Los estilos e los gêneros em la prensa escrita**, Barcelona, Editora A.T.E., 1974.

CORREIA, João Carlos. **O Admirável Mundo das Notícias**, Covilhã, UBI, Livros LabCom, 2011.

HOHENBERG, John. **El Periodista Profesional**, México: Editorial Letras S.A., 1964.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1979.

MARTINS, Nilce Sant'anna. **Introdução à Estilística**, São Paulo, T.A. Queiroz Editor, Ltda, 2003.

ROMAN, Jakobson. **Linguística e Comunicação**, São Paulo: Editora Cultrix, 2011

SANTAMARÍA SUÁREZ. Luisa, **Géneros para la Persuasión en Periodismo**. Madri: Editora Fragua. 1997.

VIVALDI, Gonzalo Martin. **Generos Periodísticos**, Madri, Editora Paraninfo, 1973.

Capítulo 5

Qualidade e transparência nos processos de relacionamento com a sociedade e correção de erros: um estudo de três jornais da Região Norte

Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior¹

Sinomar Soares de Carvalho Silva²

1 – Introdução

A qualidade do Jornalismo praticado em suas diversas plataformas tem recebido atenção de muitos pesquisadores (CHRISTOFOLETTI, 2010; PRUDKIN E ROCHA, 2014; GUERRA, MARTINS E ROTHBERG, 2016). Em alguns destes estudos as premissas adotadas buscam medir a qualidade das produções justificando a importância do Jornalismo para a democracia, para as minorias e outras premissas com boas doses de teoria.

Com o advento das redes sociais e a atenção dispensada às chamadas *fake news*³, a busca pela qualidade e sua medição são mais facilmente abstraídas uma vez que estão no cotidiano não apenas das redações. Delmazo

¹ Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP-ULBRA) e licenciado em Pedagogia pela UnB. Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e dos cursos de Comunicação Social/Jornalismo e Pedagogia da UFT. Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). Email: gilsonportouft@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8025807807825011>

² Formado em Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins e Mestrando em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins. E-mail: sinomaruft@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/7663037157986323>.

³ Delmazo e Valente (2018) apontam que as fake news não são novidade no ambiente de informação. Citando Darton (2017) os autores apontam que na Itália do século XVI já existiam práticas semelhantes ao que vemos hoje.

e Valente (2018) apontam, num recente estudo, uma compilação de pesquisas e investigações que mostraram o protagonismo das redes sociais no processo eleitoral americano ocorrido em 2016. Este fenômeno ocorreu em grande medida porque não é possível mais categorizar produtores e receptores, a mensagem é de todos e para todos (BRITO, 2013).

Estes eventos forçaram o Jornalismo a aumentar seu profissionalismo em busca de qualidade para garantir sua confiabilidade e manutenção da base de leitores. A informação sem erros e baseada em apurações precisas são um valor para o Jornalismo. Mas, como qualquer atividade laboral, não é possível exercer a atividade jornalística sem cometer erros que podem ser causados por negligência, imperícia ou pressa na apuração para dar conta da instantaneidade dos meios (CHRISTOFOLETTI e VIEIRA, 2014).

Contudo, o que afeta a credibilidade de determinado meio informativo não são os erros cometidos, mas a falta de transparência em sua correção. A transparência na correção de erros, auxilia na construção de uma relação de confiança e credibilidade do veículo com seu público. Alguns tipos de erros podem ser corrigidos sem a emissão de erratas que tornam-se contra-producentes. Mas outros tipo devem ser corrigidos como falhas em manchetes, títulos e declarações pois têm a capacidade de transformar contextos e levar a interpretações equivocadas (CHRISTOFOLETTI e VIEIRA, 2014, p. 16)

Diante deste contexto algumas experiências de medição vem sendo apresentadas (CERQUEIRA, 2010; GUERRA, 2010; CHRISTOFOLETTI, 2010). Dada a complexidade da medição de qualidade no Jornalismo algumas pesquisas tem se apoiado constantemente em softwares que são capazes de processar um número maior de informações, como na pesquisa de Prudkin e Rocha (2014). Outras plataformas monitoram as alterações em páginas ao longo do tempo como o site *Change Detection*⁴, que permite verificar o tempo que uma determinada manchete levou para ser alterada.

⁴ O site mostra quais atualizações ocorreram nos sites previamente cadastrados. Com envio de mensagens via e-mail o site mostra quais alterações ocorreram em determinados textos da web.

Este estudo contou com o apoio da plataforma Q-Avalia com o objetivo de medir a qualidade⁵ de 24 jornais⁶ das cinco regiões do Brasil com base em 10 indicadores. Neste estudo apresentamos os resultados da medição de qualidade de três jornais da Região Norte, realizados via Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT), no âmbito da rede. São eles: Dez Minutos – AM, Diário do Pará – PA, Jornal do Tocantins - TO.

Os resultados apresentados neste artigo fazem parte do Programa de Pesquisa em Qualidade, Inovação e Tecnologia Aplicada em Jornalismo (Qualijor), no âmbito do Laboratório de Estudos em Jornalismo do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Os indicadores que compõem os resultados representam em tese “expectativas ou necessidades que a sociedade e as audiências têm (ou deveriam ter) em relação aos produtos jornalísticos. Quanto maior o grau de contemplação dos requisitos e indicadores, maior a qualidade apurada pela avaliação” (GUERRA, 2018, p. 12-13).

O enfoque deste artigo serão dois indicadores: participação em órgão de autorregulação e Correção de erros, garantia do contraditório e atualização do conteúdo. Ambos têm capacidade de aumentar a qualidade das produções ao exigirem condutas éticas, boas práticas e processos e políticas transparentes de correção de erros. Os jornais foram escolhidos porque representam importante estrato da produção dos estados do Tocantins, Pará e Amazonas. No próximo tópico explicaremos de maneira detalhada o funcionamento da plataforma Q-Avalia e os métodos da pesquisa.

2 – Metodologia

⁵ A presente avaliação considera a definição de qualidade segundo a norma internacional ISO ABNT 9000:2015: qualidade é “o grau no qual um conjunto de características (3.5.1) inerentes satisfaz a requisitos (3.1.2)”, onde requisito é justamente “necessidade ou expectativa que é expressa, geralmente, de forma implícita ou obrigatória” (GUERRA, 2018, p. 12)

⁶ Os jornais analisados foram: Folha de S. Paulo, O Globo, O Estado de S. Paulo, Extra, Zero Hora, Folha de Londrina, Diário Gaúcho, Jornal do Comércio, Diário do Nordeste, Jornal de Brasília, Correio/BA, Gazeta do Povo, Correio Braziliense, Super Notícia, A Tribuna, A Tarde, Agora Tocantins, Daqui-GO, Dez Minutos, Diário do Pará, Estado de Minas, Jornal da Cidade, Jornal do Tocantins e Cinform.

Para alcançar os objetivo de avaliar a qualidade editorial dos jornais pesquisados foi utilizado o sistema Q-Avalia que pode ser considerado um sistema colaborativo uma vez que podem ser realizadas avaliações simultâneas e comparáveis entre si produzidas por pesquisadores, organizações avaliadas (auto avaliação) e público usuário (GUERRA. 2018).

A utilização do sistema ainda pode ser realizada por vários grupos desde que seja respeitada sua estrutura de formulários, baseada em quatro níveis: categorias, requisitos, indicadores e subindicadores. Esta característica pode transformar o sistema numa plataforma pública de avaliações (GUERRA. 2018).

Assim, sob a interface do sistema foi desenvolvido um formulário de avaliação estruturado nestes quatro níveis que citamos. As categorias fazem um recorte dentro das dimensões a serem avaliadas. Já os requisitos são representados pelo que se espera que este produto tenha. Os indicadores demonstram se estes requisitos estão sendo cumpridos e os subindicadores detalham os indicadores e a partir de suas notas são geradas notas para os subindicadores, para os requisitos e para as categorias que irão formar a nota final da organização.

As pontuações atribuídas aos formulários possuem escala própria, de 0 a 100, que podem ser convertidas em conceitos com o intuito de reunir grupos de produções avaliadas com notas similares. Este movimento evita que variações pequenas de notas pudessem distanciar organizações que na verdade podem estar muito próximas. Para cada faixa de nota principal (A, B, C, D), deve haver no instrumento de avaliação, informado pelo grupo avaliador, uma definição dos itens a serem atendidos para se atingi-la. Na proporção que ultrapassem ou fiquem aquém, são atribuídos os acréscimos (+) ou decréscimos (-) julgados pertinentes para especificar o grau de desempenho da produção avaliada. O Quadro 1 demonstra os padrões dos conceitos e as notas que podem ser atribuídas.

Quadro 1 - Padrão de conceitos e notas para avaliação de qualidade editorial

Resultado	Padrão de Desempenho
-----------	----------------------

Nota		Pontos	
X		100 (95-100)	EXCELENTE - Desempenho superior em relação ao existente no instrumento de avaliação, por conter elementos inovadores sequer previstos nos melhores padrões de desempenho estabelecidos pela pesquisa.
A	A+	95 (90-94)	MUITO BOM - Desempenho superior ao padrão de referência da faixa, que 1) sugere emergente posição de liderança rumo à Excelência ou 2) posição superior aos demais avaliados nesta faixa de pontuação.
	A	85 (80-89)	MUITO BOM - Desempenho satisfatório consolidado em relação ao padrão de referência da faixa de pontuação.
	A-	75 (70-79)	MUTO BOM - Desempenho inferior ao padrão de referência da faixa por estar 1) em fase de consolidação em relação ao padrão de referência ou 2) em patamar abaixo dos demais avaliados nesta faixa de pontuação.
B	B+	65 (60-69)	BOM - Desempenho superior ao padrão de referência, que 1) sugere uma perspectiva de elevação do desempenho para nota superior ou 2) posição superior aos demais itens avaliados no padrão de referência da faixa de pontuação.
	B	55 (50-59)	BOM - Desempenho satisfatório consolidado em relação ao conceito de referência da faixa de pontuação.
	B-	45 (40-49)	BOM - Desempenho inferior ao padrão de referência da faixa por estar 1) em fase de consolidação em relação ao padrão de referência ou 2) em patamar abaixo dos demais avaliados nesta faixa de pontuação.
C	C+	35 (30-39)	REGULAR - Desempenho superior ao padrão de referência, que 1) sugere uma perspectiva de elevação do desempenho para nota superior ou 2) posição superior aos demais itens avaliados no padrão de referência da faixa de pontuação.
	C	25 (20-29)	REGULAR - Desempenho consolidado em relação ao padrão da faixa de pontuação.
	C-	15 (11-19)	REGULAR - Desempenho inferior ao padrão de referência da faixa por estar 1) em fase de consolidação em relação ao padrão de referência ou 2) em posição abaixo dos demais avaliados nesta faixa conceitual.
D	D+	10 (06-10)	RUIM - Desempenho baixo (enquadrável no conceito D), mas 1) a organização se permite avaliar, ou presta informações quando solicitada ou 2) há indícios de práticas associados ao item avaliado.
	D	05 (02-05)	RUIM - Desempenho ruim porque o item não tem elementos satisfatórios para alcançar avaliação superior.
	D-	01	RUIM - Desempenho ruim por 1) não haver meios que permitam realizar a avaliação ou 2) a organização não se permite avaliar (quando é solicitada a prestar informações).

Fonte: Guerra (2018)

Os resultados apresentados neste artigo mostra as notas atribuídas a apenas dois indicadores: Participação em órgão de autorregulação e

Correção de erros, garantia do contraditório e atualização do conteúdo. Este dois indicadores estão presentes no requisito *Relacionamento com a audiência e a sociedade*. Abaixo listamos a ordem das categorias, Requisitos e Indicadores.

- i. **Categoria 2 – Audiência e Sociedade**
- ii. Requisito 2.2 - Relacionamento com a audiência e a sociedade
- iii. Indicador 2.2.2 - Participação em órgão de autorregulação
- iv. Indicador 2.2.3 - Correção de erros, garantia do contraditório e atualização do conteúdo

Para cada um destes indicadores (2.2.2 e 2.2.3) foram avaliados os seguintes subindicadores: *Existência*, que verifica se o item existe de acordo com a descrição do indicador. *Conteúdo*, se o indicador apresenta características definidas pela avaliação e *Acesso*, que verifica se o acesso ao público é facilitado.

Os resultados dos relatórios que apresentamos neste artigo tem duas escalas. Absoluta (Abs) que vai de 1 a 100 estabelecido a partir do grau de exigência do formulário da pesquisa e Proporcional (Prop) que também vai de 1 a 100 a partir do que é definido como o Melhor Possível. Os veículos avaliados com a nota X indicam tanto o melhor desempenho como um possível grau de inovação contido no indicador avaliado. No caso da avaliação Absoluta, indica uma inovação cujos contornos são dados pelo grupo de pesquisa. No caso da avaliação Proporcional, a nota X vai apontar os indicadores que podem representar uma inovação naquele mercado, mantida por uma determinada organização, desde que ela seja a única a obter o tal conceito (GUERRA, 2018, p. 79). A seguir apresentamos os resultados dos três jornais da Região Norte.

3 – Resultados preliminares

Como são resultados preliminares optou-se neste primeiro momento por apresentar os resultados por veículo para demonstrarmos as notas melhores e piores para cada indicador uma vez que uma comparação pura e simples não representaria o Jornalismo praticado pelo Estado ou região onde encontra-se o veículo.

Quadro 2 – Avaliação do jornal Dez Minutos AM

Dez Minutos AM	Melhor nota possível	Melhor Conceito Possível	Pontos	Nota
Categoria 2 - Audiência e Sociedade	100	X	15	C
Requisito 2.2 Relacionamento com a audiência e a sociedade	100	X	34	C
Indicador 2.2.2 - Participação em órgão de autorregulação	100	X	34	C
Subindicador Existência	100	X	85	A
Subindicador Conteúdo	100	X	1	D-
Subindicador Acesso	100	X	1	D-
Indicador 2.2.3 - Correção de erros, garantia do contraditório e atualização do conteúdo	100	X	1	D-
Subindicador Existência	100	X	1	D-
Subindicador Conteúdo	100	X	1	D-
Subindicador Acesso	100	X	1	D-

Fonte: elaborado pelos autores (2018)

O jornal Dez Minutos AM ⁷é editado na cidade de Manaus no estado do Amazonas e é categorizado como popular. As notas do veículo, decorrente dos pontos atribuídos são primordialmente na faixa C e D, o que demonstra que não foram encontrados elementos que apontem para um estreito relacionamento com a audiência.

No *Indicador 2.2.2 - Participação em órgão de autorregulação* chegamos a nota C que foi derivada da análise dos três subindicadores. Percebe-se que no subindicador *Existência* verificou-se que o jornal é filiado à ANJ, mas não informa claramente em sua página, por isso nos indicadores

⁷ Fonte: <http://dezminutos.online/>

Conteúdo e *Acesso* foram pontuados com nota D-, a menor nota possível. Portanto, não basta que o subindicador exista, é preciso que esteja claramente visível para o público.

Cotidianamente este processo de filiação é de influência menor para o público que não acessa uma página de notícias em busca desta informação. O quedito negativo da avaliação deste veículo se deu no *Indicador 2.2.3 - Correção de erros, garantia do contraditório e atualização do conteúdo*.

Conforme o Quadro 1, veículos com nota D- possuem um Desempenho ruim por: 1) não haver meios que permitam realizar a avaliação ou 2) a organização não se permite avaliar (quando é solicitada a prestar informações). Assim, não foram encontrados elementos de correção de erros no veículo o que não nos permitiu perceber como é realizado o processo de correção. Na página do veículo foram buscados errata, expediente, ficha técnica, estatuto editorial, quem somos, projeto editorial, institucional ou similares; seja através de links diretamente disponíveis na página da produção avaliada ou em links a partir dela indicados. Assim, o processo, de acordo com a análise da página não existe, portanto não há o conteúdo e acesso.

Quando analisados o Diário do Pará não verificamos uma realidade diferente. Conforme o Quadro 3 as notas são similares ao jornal Dez Minutos AM. Não foram encontrados elementos de contato com a sociedade e correção de erros.

Quadro 3 - Avaliação do jornal Diário do Pará

Diário do Pará	Melhor nota possível	Melhor Conceito Possível	Pontos	Nota
Categoria 2 - Audiência e Sociedade	100	X	18	C-
Requisito 2.2 Relacionamento com a audiência e a sociedade	100	X	33	C+
Indicador 2.2.2 - Participação em órgão de autorregulação	100	X	34	C+
Subindicador Existência	100	X	85	A
Subindicador Conteúdo	100	X	1	D-

Subindicador Acesso	100	X	1	D-
Indicador 2.2.3 - Correção de erros, garantia do contraditório e atualização do conteúdo	100	X	1	D-
Subindicador Existência	100	X	1	D-
Subindicador Conteúdo	100	X	1	D-
Subindicador Acesso	100	X	1	D-

Fonte: elaborado pelos autores (2018)

O jornal Diário do Pará ⁸ é editado em Belém e pertence ao grupo RBA que possui outros veículos como as rádios 99FM e Diário FM. Este veículo teve uma nota menor que o Dez Minutos AM na categoria Audiência e Sociedade. Esta nota derivou-se do baixo relacionamento com setores da sociedade por meio de figuras como *ombudsman*, ouvidorias ou provedor do leitor.

De maneira similar ao Dez Minutos AM este veículo informa que é filiado à ANJ, mas a informação não está descrita de forma transparente. Este veículo também não obteve uma nota boa no *Indicador 2.2.3 - Correção de erros, garantia do contraditório e atualização do conteúdo*. O desempenho D- aponta para um desempenho ruim onde não foram encontrados elementos que transpareçam o processo de correção de erros.

Um cenário semelhante encontramos no Jornal do Tocantins. O Quadro 4 demonstra notas bastante semelhantes.

Quadro 3 - Avaliação do Jornal do Tocantins

Jornal do Tocantins	Melhor nota possível	Melhor Conceito Possível	Pontos	Nota
Categoria 2 - Audiência e Sociedade	100	X	16	C
Requisito 2.2 Relacionamento com a audiência e a sociedade	100	X	34	C
Indicador 2.2.2 - Participação em órgão de autorregulação	100	X	34	C+
Subindicador Existência	100	X	85	A
Subindicador Conteúdo	100	X	1	D-
Subindicador Acesso	100	X	1	D-

⁸ Fonte: <https://www.diarioonline.com.br/>

Indicador 2.2.3 - Correção de erros, garantia do contraditório e atualização do conteúdo	100	X	1	D-
Subindicador Existência	100	X	1	D-
Subindicador Conteúdo	100	X	1	D-
Subindicador Acesso	100	X	1	D-

Fonte: elaborado pelos autores (2018)

O quadro novamente demonstra um baixo relacionamento com a sociedade e inexistentes instrumentos de correção de erros. Os três jornais analisados obtiveram as mesmas notas para o indicador 2.2.3, D- o que demonstra um desempenho ruim no processo de correção de erros e não dispõem de um serviço para monitorar ativamente erros, providenciar a correção e informar a correção realizada.

3 – Considerações parciais

Os resultados demonstraram que os três jornais analisados da Região Norte possuem baixa pontuação tanto no indicador de participação em órgão de autorregulação como em correção de erros.

A falta de transparência no processo de correção de erros é problemática para os jornais porque tanto os erros de natureza ética como técnica podem ser corrigidos sem a devida transparência para o público. Assim, uma manchete equivocada, uma declaração mal interpretada que chega ao leitor por perpetuar um erro jornalístico que pode ter sido fruto de imprecisões na apuração. E estas imprecisões precisam estar claramente demonstradas para o leitor, é esta transparência que aumenta a fidelidade do leitor ao veículo.

Os resultados apresentados nesta pesquisa são parciais e passíveis de inúmeros desdobramentos. Assim, pesquisas futuras podem utilizar a capacidade da plataforma Q-Avalia para levar o debate aos veículos e possibilitar que estes utilizem a plataforma para avaliar seus procedimentos e de forma colaborativa produzir um jornalismo mais transparente e próximo da sociedade e de seus anseios.

Referências

- BRITO, Judith. **Mudaram os paradigmas, não o jornalismo**. 2013. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/2013/12/16/mudam-os-paradigmas-nao-o-jornalismo/>>. Acesso em: 01 jul. 2018.
- CERQUEIRA, Luiz Augusto Egypto. **Indicadores da qualidade no jornalismo: qualidade jornalística: ensaio para uma matriz de indicadores**. Série Debates CI n° 6. 2010.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Indicadores da qualidade no jornalismo: políticas, padrões e preocupações de jornais e revistas brasileiros**. Série Debates CI n° 3. 2010.
- DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas C. L.. Fake news on online social media: propagation and reactions to misinformation in search of clicks. **Media & Jornalismo**, [s.l.], v. 18, n. 32, p.155-169, 2018. Coimbra University Press. http://dx.doi.org/10.14195/2183-5462_32_11.
- _____. **Indicadores da qualidade no jornalismo: Sistema de gestão da qualidade aplicado ao jornalismo: uma abordagem inicial**: Série Debates CI n° 5. 2010.
- GUERRA, Josenildo Luiz; ROTHBERG, Danilo; MARTINS, Gerson Luiz (Org.). **Crítica do Jornalismo no Brasil**. Covilhã: Labcom.ifp, 2016. 292 p.
- GUERRA, Josenildo Luiz. **Ranking Q-Avalia da Qualidade Jornalística - Brasil-Portugal 2018: uma avaliação experimental**. Universidade Federal de Sergipe, 2018, não publicado.
- PRUDKIN, Gonzalo; ROCHA, Antonio Meira da. **Como medir “qualidade” no jornalismo digital? Uma proposta metodológica e seus desafios**. In: SIPECOM - SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2014, Santa Maria. Anais... . Santa Maria: Sipecom, 2014. p. 1 - 15.
- VIEIRA, Livia de Souza; CHRISTOFOLETTI, Rogério. Por uma política de correção de erros no jornalismo on-line brasileiro. In: GUERRA, Josenildo Luiz; ROTHBERG, Danilo; MARTINS, Gerson Luiz (Org.). **Crítica do Jornalismo no Brasil:: Produção, qualidade e direito à informação**. Covilhã: Labcom.ifp, 2016. Cap. 1. p. 15-33. (Jornalismo). Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/201612291659-201618_criticajornalismo_jguerra.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2017.

Capítulo 6

Jornalistas x Língua: Conflitos, Preconceito e Desserviço

*Andréia Rocha*¹

*Ana Carolina Costa dos Anjos*²

Introdução

A concepção acerca da língua pode provocar diversas avaliações equivocadas quanto a expressões linguísticas emitidas na sociedade, nos mais variados momentos de comunicação vivenciados por diferentes agentes.

A Linguística³, que é a Ciência da Linguagem, tem contribuído para o entendimento de que a Língua é bem mais que um conjunto de regras do compêndio gramatical. Reduzir o saber linguístico de um indivíduo às regras gramaticais às quais obedece é desconsiderar o amplo repertório de opções comunicativas, não menos eficazes, que podem ser usadas e suficientemente capazes de estabelecer a comunicação e, por consequência, a interação social. Ou seja, comunicar e interagir socialmente é o objetivo principal de qualquer sistema linguístico, e não somente cumprir com todas as regras gramaticais.

¹ Bacharel em Comunicação Social /Jornalismo pela Faculdade Integrada do Ceará (FIC), licenciada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Aluna de Especialização em Comunicação e Temas Contemporâneos do Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (Opaje) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Email: jornalistaandreiarocha@gmail.com

² Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela UFT (2012), Especialista em Comunicação, Jornalismo e Ensino (Opaje-UFT, 2017), Mestra em Ciências do Ambiente (2015), Doutoranda em Sociologia (Universidade Federal de São Carlos, 2018-2022). E-mail: carolcdosanjos@gmail.com

³ Linguística é uma ciência que trata da linguagem, cujo surgimento data do início do século XIX. Está subdividida em diversas áreas, cujas linhas de investigação dialogam com outras ciências como a Sociologia e a Psicologia.

Tal entendimento tem levado muitos profissionais da comunicação a emitir avaliações distorcidas sobre a Língua, ou a veicular matérias que retratem desvios gramaticais cometidos nas redes sociais, especialmente de famosos, sem avaliação de profissionais da Linguística, tornando a não obediência às regras gramaticais um produto ainda mais espetacularizado, uma vez que não é discutido por um profissional da área, resultando numa abordagem meramente narrativa e superficial. Dessa forma, fenômenos da língua, muitos deles já analisados pela Linguística moderna, isto é, desde o século XIX, acabam não sendo retratados com o devido vigor científico.

Esse panorama colabora para que alguns mitos linguísticos perpetuem na sociedade, fazendo com que indivíduos que cometem desvios gramaticais ou ortográficos sejam tachados de “incompetentes”, “analfabetos”, ou, até mesmo, como “aniquiladores do Português”. Para Marcos Bagno⁴, a concepção equivocada do que seja a língua decorre de vários mitos perpetuados pelo ensino tradicionalista, pela gramática normativa/prescritivista e pela própria mídia.

Assim, as regras básicas de funcionamento da língua não estão necessariamente atreladas às normas gramaticais, ou ao sistema ortográfico. Aqui é válido ressaltar que as primeiras gramáticas do Ocidente foram produzidas no século II a.C, como tentativa de retratar a língua utilizada pelos escritores. No entanto, antes mesmo do surgimento da gramática, os indivíduos já se comunicavam, seja na língua falada ou escrita, inclusive com publicação de grandes obras literárias, como *A Ilíada* e *a Odisseia*, de Homero, no século VI a.C.

Dessa forma, uma comunicação eficiente e a capacidade de utilizar uma língua não podem ser avaliadas apenas com base no cumprimento das regras gramaticais. Se assim fosse, não teria existido produção literária antes do surgimento das primeiras gramáticas, ou para produzir textos

⁴ Marcos Bagno é Doutor em Filologia e pesquisador no campo da Sociolinguística. Suas obras tratam de mitos acerca da língua e dos juízos de valor emitidos no âmbito social sobre os desvios gramaticais, questionando as concepções sobre o que seja “certo” ou “errado”.

eficientes na língua materna ou em língua estrangeira, o indivíduo precisaria apenas da aplicação simples das normas gramaticais.

No entanto, sabe-se que o uso da língua (gem) ultrapassa as regras gramaticais. Podendo ser, inclusive, o cumprimento de tais regras um obstáculo para que o entendimento ocorra, se considerarmos que emissor e receptor tenham um nível escolar diferente. Caso o emissor faça uso de uma mesóclise, como “explicar-lhe-ei o caso”, o receptor, se analfabeto, terá, provavelmente, dificuldade para decodificar a mensagem.

Portanto, cumprir com todos os preceitos gramaticais não pode se tornar parâmetro de cultura, inteligência ou competência linguística. Indivíduos de diversas classes sociais, com nível de escolaridade superior ou não, podem sim cometer deslizes. São desvios quanto à gramática normativa, ou seja, quanto à forma ideal da língua, a que foi escolhida para ser considerada como modelo, diante de todas as outras possibilidades de construção linguística.

Ter competência na língua é conseguir emitir uma mensagem e esta ser decodificada pelo (s) receptor (es), numa dada situação comunicativa. Os deslizes cometidos não podem ser utilizados para denegrir ou condenar. Saber português é comunicar-se utilizando a língua portuguesa e essa língua portuguesa não é a apenas a descrita nos compêndios gramaticais.

Portanto, a língua (gem) está além da simples obediência às regras. Falar / escrever corretamente não significa exclusivamente cumprir com todos os preceitos gramaticais. E, mais grave do que isso, os indivíduos que desobedecem a essas regras não r preconceito, tornando-se alvo de rejeição e crítica, pois, o que eles fazem é uma opção, dentre tantas, de uma forma linguística. Resta avaliar se essa forma foi eficiente em seu propósito comunicacional.

1. A Língua (gem) como objeto de sua ciência: a Linguística

Desde década de 50, estudos da língua voltados para o caráter variacionista têm se intensificado no Brasil e fora do país. Com isso, a Linguística,

que se consolidou como ciência a partir da obra de Ferdinand Saussure , intitulada *Curso de Linguística Geral* (1916) , foi ampliando as investigações para o caráter de variação – a língua varia em vários aspectos, sejam eles: tempo, lugar, idade, profissão etc - , e a sua consequente mutabilidade constante, ou seja, não existe uma língua que seja uma só, única, invariável.

Esses estudos apontam a existência de um dos mitos que permeiam os posicionamentos acerca da língua. É lícito que o uso da língua, no seu aspecto mais formal, em situações comunicativas que requeiram maior polidez, siga os preceitos da língua baseada na chamada “norma padrão⁵”. No entanto, ter em mente que algumas construções linguísticas podem ocorrer mais livres da rigidez e da legislação desta norma facilitaria a abordagem sobre a própria língua, evitando que o indivíduo fosse visto sob a ótica de incompetente.

É fundamental entender que os desvios da Norma Padrão seguem uma lógica, seja no aspecto fonético, ou do próprio funcionamento da língua. Como assevera Bagno (2015) “*É preciso explicação lógica, científica, ter sempre em mente que tudo aquilo que é considerado erro ou desvio pela gramática normativa tem uma lógica perfeitamente demonstrável.*”

Além disso, muitas palavras ainda são pronunciadas em sua forma mais antiga, como acontece com pessoas que moram na zona rural e não são escolarizadas. Assim, o que acontece é apenas resquício de uma construção linguística anterior à atual, um sotaque que ainda mantém traços de colonizadores, ou que foneticistas explicariam, baseando-se no próprio aparelho fonador humano, que tende a aproximar fonemas com base na região onde os fonemas são produzidos/articulados, como os palatais, ou seja, aqueles que são produzidos utilizando-se o palato, popularmente conhecido como “céu da boca”.

Na sua obra *Preconceito Linguístico* (2015), Bagno afirma: “Todo falante nativo de uma língua sabe essa língua. Saber uma língua, na concepção da linguística moderna, significa conhecer intuitivamente e

⁵ Norma padrão: termo utilizado para designar a língua que foi escolhida como a “língua modelo”. Também chamada de norma culta.

empregar com facilidade e naturalidade as regras básicas de funcionamento dela”. (2015, p.58).

No entanto, além dessas variações de nível fonético, existem outras relacionadas a níveis que dialogam com outros aspectos, como o social, o econômico, a idade, o gênero, a profissão. Todas essas manifestações encontradas na sociedade, no caso deste artigo, na sociedade brasileira, reforçam o caráter de mutabilidade da língua, do quanto ela é um organismo vivo, que pode envelhecer e ser remodelado em seu processo histórico.

Desse modo, a heterogeneidade da língua precisa ser discutida e retratada nas salas de aula e fora delas, aproveitando os meios de comunicação e o alcance que eles têm na esfera social. E, é como peça fundamental nos meios de comunicação, que o jornalista deve ampliar e pluralizar os debates acerca dos erros de norma padrão na mídia.

Após abordar o conceito científico da língua, propõe-se breve análise de duas matérias veiculadas sobre erros gramaticais cometidos: em um veículo de comunicação, e outro em rede social. O intuito é apresentar a forma com que o tema é tratado por jornalistas, além de trazer exemplos de avaliações preconceituosas que gramáticos fazem em suas colunas ou livros. É importante destacar que a pesquisa, embora concisa, pretende trazer à tona a discussão sobre a relação jornalista x língua, e a forma com que a língua é tratada na mídia, seguindo sempre uma escala de “certo” e “errado”. Além disso, pretende-se questionar a abordagem superficial e a falta da voz de especialistas nessas matérias, deixando de lado o caráter científico da língua (*gem*), o qual tem se afirmado constantemente por meio de pesquisas de linguistas, desde os anos de 1950.

Afinal, os jornalistas são especialistas da língua?

2. Jornalistas x professores de língua portuguesa: duelos e cumplicidades

As pesquisas da Linguística e, especialmente, em suas subáreas como Sociolinguística, Pragmática e Análise do Discurso, apontam que a língua

não pode ser considerada apenas como um instrumento do ser humano, alheio às visões de mundo e ideologias do indivíduo. Dessa forma, a ideia instrumentalista da língua, como se ela fosse um utensílio para os indivíduos ou uma simples ferramenta de interação social, está cada vez mais sendo rebatida pelos estudiosos. É como avalia CALVET (2002), ao dizer que:

Uma das reservas que pode manifestar contra as definições da língua que a reduzem a um “instrumento de comunicação” é que elas podem levar a crer em uma relação neutra entre o falante e sua língua. Um instrumento é realmente um utensílio de que se lança mão quando se tem necessidade e que se dispensa em seguida. Com efeito, existe todo um conjunto de atitudes, de sentimentos dos falantes para com suas línguas, para com as variedades de línguas e para com quem as utilizam, que torna superficial a análise como simples instrumento. (CALVET, 2002, pág. 57)

Assim, a avaliação acerca do funcionamento da língua não pode se deter apenas ao que está na superfície da língua, ou seja a Gramática e a Ortografia, são elas diretrizes de um uso mais formal, mas que, não necessariamente, a simples aplicabilidade dessas diretrizes não garantem a eficiência do ato comunicativo. Os erros ortográficos, muitas vezes, seguem uma diretriz mais intuitiva, ou seja, alguns desvios ortográficos, por exemplo, trazem a lógica da correspondência sonora das letras, ou seja, escrever “chícara” no lugar de “xícara” é tão somente seguir o raciocínio de que X e CH são opções gráficas para emitir sons semelhantes. Sobre esse aspecto, mais uma vez, Bagno (2015) colabora ao destacar:

É importante notar que os erros de ortografia são constantes, se enquadram numa tipologia previsível: troca de J por G, de S por Z, de CH por X e assim por diante - justamente por serem casos em que é necessário fazer uma análise da relação fala-escrita que ultrapassa os limites teóricos da suposta equivalência som-letra. (BAGNO, 2015, p. 103)

Seguindo esse raciocínio é possível encontrar inúmeros exemplos de formas ortográficas que já foram deixadas de lado. A exemplo temo Novo

Acordo Ortográfico, em vigor desde 2016. No entanto, novas palavras vão sendo incorporadas constantemente ao vocabulário português, ainda que não tenham sido reconhecidas oficialmente pelos dicionaristas.

Mesmo pessoas que nunca estudaram gramática chegam a um conhecimento implícito perfeitamente adequado da língua. São pessoas que não conhecem a anatomia e a fisiologia das pernas, mas que andam, dançam, nadam e pedalam sem problemas. (PERINI, 2009, p.13)

Seguindo essa linha, palavras e expressões são diariamente criadas e compartilhadas via internet. Tornam-se código eficiente para a comunicação de determinado (s) grupo (s). E essa comunicação flui e se alastra velozmente, contribuindo para ampliar o repertório dos indivíduos, de maneira que a criatividade se manifeste e a competência linguística sobre a língua materna dos brasileiros, o Português, seja facilmente percebida, sem requerer checagem rigorosa em gramáticas e dicionários. Afinal, as abreviaturas do “internetês” são exemplos disso. Sobre esse aspecto, Bagno (2015, p. 27) destaca:

O fato é que, como a ciência linguística moderna já provou e comprovou não existe nenhuma língua no mundo que seja uma, uniforme e homogênea. Toda e qualquer língua humana viva é, intrinsecamente e inevitavelmente, heterogênea, ou seja, apresenta variação em todos os seus níveis estruturais (fonologia, morfologia, sintaxe, léxico etc.) e em todos os seus níveis de uso social (variação regional, social, etária, estilística etc.)

Em texto publicado em sua coluna, no Diário de Pernambuco (15/11/198) e pelo Correio Brasiliense (22/06/96), Dad Squarisi, jornalista que escreve sobre língua portuguesa, afirmou categoricamente que o Brasil era uma “Caipirôândia”. O texto, intitulado “Português ou Caipirês”, foi e ainda é emblemático para os estudos da Sociolinguística no país e, sobretudo, para exemplificar como alguns profissionais se apropriam da língua de maneira autoritária, superficial e colaboram para a perpetuação de preconceito e de mitos acerca do Português.

As palavras da colunista são guiadas pela noção de erro na língua, conforme sinalizado nesse artigo. Squarisi expressa um forte preconceito linguístico, sugerindo que a língua, quando não utilizada por uma elite, seja ela política ou econômica, é feia, piegas, rudimentar. Na época, o texto foi publicado na coluna Dicas de Português no Diário de Pernambuco em novembro de 1998, abordando a visita que o então presidente Fernando Henrique Cardoso fez a Portugal. Abaixo, segue parte do texto:

Fiat Lux. E a luz se fez. Clareou este mundão cheinho de jecas-tatus. À direita, à esquerda, à frente, atrás, só se vê uma paisagem. Caipiras, caipiras e mais caipiras. Alguns deslumbrados, outros desconfiados. Um - só um - iluminado. Pobre peixinho fora d'água! Tão longe da Europa, mas tão perto de paulistas, cariocas, baianos e maranhenses. (apud Bagno, 2015, pág. 119 - 120)

A jornalista usou seu espaço na mídia para enaltecer o português do então presidente e “iluminado”, que, segundo o texto sugere, destoa do restante do país, que é cheio de caipiras. O preconceito da colunista ainda engloba a regionalidade, mencionando paulistas, cariocas, baianos e maranhenses. Em tom irônico, após abordar regras de concordância verbal, a colunista se despede com um: “Adeus, Caipirolândia.”

Profissionais assim mostram a outra face da moeda. São professores de língua portuguesa que gostam de portar-se como detentores de um conhecimento único. Por terem maior domínio sobre a gramática, pela experiência em sala de aula, ou por possuírem mesmo maior facilidade para assimilar regras e exceções prescritas no compêndio gramatical, usam o espaço da mídia, em seus canais nos veículos de comunicação, para reafirmar o mito de que saber português é saber a gramática.

Em contrapartida, enquanto professores de língua portuguesa tratam a língua apenas no seu aspecto prescritivista usando os veículos de comunicação, jornalistas são mencionados e avaliados com tom pejorativo em livros no estilo “pronto socorro gramatical”. É o exemplo de Luiz Antônio Sacconi (2011), que em sua obra mais vendida, “Não erre mais”, usa expressões diversas para se referir a várias classes profissionais, entre elas, os jornalistas, e alguns setores sociais. “Língua de asno” e “língua de jacu”

são alguns exemplos. Além disso, o professor endossa que a língua portuguesa é privilégio de poucos. “Não perca tempo em perguntar por quê, caro leitor; basta não esquecer que estamos estudando a língua portuguesa.” (SACONNI, 2011, p. 14).

Outro exemplo é o do professor Napoleão Mendes Almeida, conhecido no mercado editorial de gramáticas. Em seu “Dicionário de questões vernáculas”, o gramático chega a escrever:

Os delinqüentes da língua portuguesa fazem do princípio histórico quem faz a língua é o povo verdadeiro moto para justificar o desprezo de seu estudo, de sua gramática, de seu vocabulário, esquecidos de que a falta de escola é que ocasiona a transformação, a deterioração, o apodrecimento de uma língua. Cozinheiras, babás, engraxates, trombadinhas, vagabundos, criminosos é que devem figurar, segundo esses derrotistas, como verdadeiros mestres da nossa sintaxe e legítimos defensores do nosso vocabulário. (ALMEIDA, 1994, p. 60)

Vale salientar que, mesmo com professores de português apregoando que a Norma padrão é guia único das construções linguísticas numa sociedade e, no nosso caso especificamente, no Brasil, o próprio Ministério da Educação, nos Parâmetros Curriculares, já traz, desde 1998, o entendimento sobre a questão, atualizando o conceito de língua e deixando de lado a bipolaridade do certo x errado. “Não se pode mais insistir da ideia de que o modelo de correção estabelecido pela gramática tradicional seja o nível padrão de língua ou que corresponda à variedade linguística de prestígio.” (BRASIL, 1998, p31).

Mesmo assim, diversas obras que se propõem a abordar a língua continuam focadas apenas nas regras, quando não, abordando construções que já se perderam no português brasileiro (como o uso do pronome vós), ou ainda, trazendo verbetes como o abaixo, de autoria Luiz Antonio Saconi (2000, p.81) em seu *Minidicionário Sacconi da língua portuguesa*: “Peidar-se: soltar gases pelo ânus involuntária e repetidamente, principalmente no momento do coito (a mulher).”

Percebe-se que professores utilizam espaços na mídia e no mercado editorial para que a ideia prescritivista da língua se consolide ainda mais.

Em contrapartida e em cumplicidade, jornalistas reforçam a língua ideal legitimada pela gramática normativa, dando espaço para que os gramáticos façam da língua um simples quebra-cabeças cujo universo só se forma com peças únicas e já marcadas. Concepção equivocada que também é reforçada desde as salas de aula, como pondera Bagno (2015):

Ensinar português, sob essa ótica, é transmitir –consciente ou inconscientes – uma ideologia linguística que prega a incompetência da maioria dos brasileiros em falar a “língua de Camões”, que acusa todos eles de contribuírem desastrosamente para a “ruína do idioma”. Uma ideologia que menospreza as idênticas individuais (afinal, *falar* errado é o mesmo que *ser* errado e esmaga a autoestima dos cidadãos. Uma ideologia que provoca *autoaversão*(grifos do autor)

É necessário que os veículos de comunicação consigam ampliar a discussão acerca do tema e abandonem essa postura. Seria falta de espaço e/ou tempo? A língua é patrimônio e se comporta como um organismo vivo, multifacetário. Por que o jornalismo não apresenta as demais faces desse universo múltiplo? Por que as matérias veiculadas costumam estar centralizadas apenas na narrativa do erro gramatical, sem tratar dos aspectos linguísticos?

3. A Língua na mídia: matéria com única versão

Diversos jornais, sejam na versão impressa ou *online*, mantêm colunas no formato de dicas gramaticais ou, ainda, publicam material que vão além de estilo do texto jornalístico, adentrando no universo da língua e de suas representações: Gramática e Ortografia. Nesses compêndios, são enumeradas dicas sobre como escrever corretamente, com ênfase nos temas que costumam provocar mais dúvidas, como a ortografia e concordâncias verbal e nominal.

Pode-se entender que os veículos de comunicação estejam inseridos nesse mercado editorial de livros e manuais que tratam da Gramática, já que todo comunicador faz uso da língua, seja ela falada ou escrita. No

entanto, ainda que o profissional de comunicação esteja inserido nesse universo linguístico, não pode se valer do conhecimento prescritivista da norma culta para abordar apenas o caráter gramatical da língua. Os compêndios gramaticais podem ser válidos e necessários, porém, não costumam servir de referência quando a pauta dos veículos de comunicação é noticiar os erros gramaticais de artistas, celebridades ou, até mesmo, dos próprios veículos de comunicação. Nessa abordagem, fica a lacuna do não aprofundamento da questão, ainda que esteja ligada apenas à informação do que a Gramática aceita ou não.

É importante ressaltar que esse artigo não objetiva reivindicar o fim das colunas e da publicação desses materiais “didáticos”. O que se busca é refletir sobre a forma com que a língua portuguesa é abordada, mais precisamente, a Gramática e sua aplicabilidade/funcionalidade no português das pessoas. Tal reflexão teria como um resultado o entendimento de que as regras gramaticais não podem ser tratadas como medidor da inteligência e da capacidade comunicativa/linguística de um indivíduo. E, muito menos, que os erros gramaticais devem aparecer nos veículos de comunicação sendo abordados com tom de ironia, com juízos de valor sobre a pessoa que cometeu deslizes gramaticais.

Além disso, é fundamental destacar que as matérias jornalísticas analisadas, que retratam ataques nas redes sociais quando alguém comete deslize gramatical, foram conduzidas sem abordagem da Linguística e sem voz de especialistas. A ausência de um “parecer” sobre o fato, isto é, o erro gramatical, atribuiu um aspecto às matérias de tão somente espetacularizar o fato e, com isso, corroborar com a disseminação do preconceito linguístico, muitas vezes, decorrente da falta de conhecimento sobre o universo da língua.

O primeiro exemplo de erro gramatical retratado na mídia avaliado neste artigo aconteceu com a cantora Pitty. Em janeiro de 2016, *sites* noticiaram que a artista escreveu a palavra laje com G, em vez de utilizar a letra J, em sua conta do Twitter. Com isso, os internautas começaram a criticá-la, tendo, inclusive, feito menção à terra natal da artista, o que

sugere que o preconceito linguístico, neste caso, teve conotação de preconceito social/regional, conforme a figura 1:

Figura 1 – Cantora Pitty é criticada por erro ortográfico no Twitter



Fonte: Site RD 1- 20 de janeiro de 2017

Com já abordado, esse exemplo é um caso de desvio ortográfico. Uma troca de letras, cuja representatividade sonora diante das vogais ‘e’, ‘i’ não altera a pronúncia da palavra. Além disso, a palavra “bahiana”, ao ser acrescentada a consoante H, não sofre alteração fonética. É válido salientar que a palavra pode ter sido assim grafada com base no nome do estado Bahia, escrito com o “H”.

A matéria que apresentou esse caso não fez nenhuma análise, só retratou o ocorrido, sem trazer ponderações de especialistas que poderiam, inclusive, colaborar com desdobramentos importantes para a língua. Uma rápida pesquisa na internet pode apontar exemplos de celebridades que sofreram ataques nas redes sociais por desvio de Ortografia ou Gramática, sem constar nessas matérias abordagens mais aprofundadas, ou avaliação de especialistas.

Seguindo a mesma linha, outro caso é o da atriz Marina Ruy Barbosa, que foi retratada como alguém com domínio sobre a língua portuguesa. Em abril de 2017, a artista comemorou a conquista do prêmio Troféu Imprensa, criado por uma emissora brasileira de Televisão, utilizando a forma verbal “*tinha ganho*”. Ver aqui diferença entre locução verbal e forma verbal.

Figura 2- Atriz é corrigida por “erro gramatical” e rebate comentário de seguidora em rede social



09/04/17 22:36

❤️ 130.2 mil curtidas 🗨️ 1,644 comentários

Muito feliz de ter ganho o #TrofeuImprensa pela novela #TotalmenteDemais! Obrigada @hugogloss @flavioricco1 e @marcelobartolomei por essa alegria! Interpretar a Eliza foi uma oportunidade incrível, que vou guardar sempre na memória e coração! Eternamente grata a @luizhrios @rosanesvartman e @paulohalm por essa "mocinha" com tanta força e personalidade! Espero que a gente se encontre muitas e muitas vezes! (A Totalmente Demais ganhou o prêmio de MELHOR NOVELA também! Uhul!) Silvío, quero ir receber no ano que vem! :)

10 DF ABR11



Fonte: Site emais.estadao.com.br - 02 de junho de 2017

Em seguida, uma seguidora comentou a postagem da artista, indicando que o “correto” seria “*tinha ganhado*”, e não “*tinha ganho*”, como a atriz utilizou em sua postagem na rede social. No entanto, a artista respondeu ao comentário, rebatendo a correção da seguidora, por meio de uma explicação baseada nos preceitos gramaticais, definindo o que seriam os chamados “*verbos abundantes*”, que são aqueles que possuem mais de uma forma para sinalizar o particípio, como: *ganho/ganhado*; *impresso/imprimido*; *aceito/aceitado*.

Essas formas diferenciadas de uso do particípio têm, sob a prescrição gramatical, regras distintas para o uso. Segundo preconiza a Norma, as formas regulares, aquelas terminadas em -do (amado, vendido, partido) devem ser utilizadas com os verbos auxiliares ter e haver. Já as formas irregulares (ganho, impresso, aceito) devem ser usadas com os verbos sere estar. Portanto, a forma correta gramaticalmente deveria ser “ter ganhado”. Confira na figura 2:

Figura 3- Marina Ruy Barbosa responde à crítica de seguidora em rede social



Fonte: Site Site.emails.estadão.com.br - 02 de junho de 2017

Em oito sites brasileiros pesquisados, apenas um registrou que a forma correta seria “teria ganhado”, ou seja, a correção da internauta sobre a postagem da atriz era procedente. Entretanto, a informação foi mencionada sem voz de especialistas e mais aprofundamentos. Sem que o cidadão pudesse aproveitar aquela matéria e lembrar ou aprender assuntos gramaticais. Com mais aprofundamento, o fato noticiado poderia ter ido além da narrativa simplista de citar que uma artista cometeu “deslize” gramatical e, heroicamente, rebateu a crítica de uma internauta e deu “aula de português”, termo utilizando inclusive nos títulos de uma das matérias avaliadas sobre o assunto.

De oito sites, três utilizaram como título os termos “*ensina português*” ou “*dá aula de português*”. Interessante observar que o único site a mencionar qual seria a forma gramaticalmente correta entre “*tinha ganho*” ou “*tinha ganhado*” utilizou como título “*Marina Ruy Barbosa dá aula de português à seguidora no Instagram*”. A contradição está em concluir a matéria informando que a seguidora fez uma correção gramatical pertinente, o que invalidaria o rebate da atriz, e, mesmo assim, manter no título da matéria a ideia de que a artista deu “*aula de português*”. Portanto, mais uma matéria acerca de gramática foi conduzida de forma meramente narrativa e os internautas perderam a chance de aprender como a gramática prescreve sobre uso de verbos abundantes.

Outro exemplo, desta vez com um veículo de comunicação, é o caso que aconteceu com a GloboNews, em maio de 2013. A emissora cometeu um deslize bem comum em um Gerador de caracteres (GC), recurso do telejornalismo. A “*gafe*”, como foi retratada na matéria publicada pelo site UOL, referiu-se à troca do “*mas*” - conjunção adversativa-, pelo “*mais*”, que é advérbio de intensidade.

Figura 4- GloboNews repercute na mídia por erro gramatical



A matéria é conduzida no intuito de apenas apresentar um desvio gramatical e pontuar que o fato tem sido motivo de “piadas” na internet. Não há nem mesmo a preocupação de mostrar a diferença entre as palavras “mais” e “mas”, no sentido de prestar um serviço aos leitores. Além disso, percebe-se mais uma vez que a temática “desvios gramaticais” é retratada pela mídia apenas por meio de narrativas simplistas e reforçando que tais deslizes são alvo de crítica e de piadas na internet.

É importante destacar que, segundo os preceitos da Sociolinguística, discutir sobre a língua é ato natural de todos os falantes. “A língua é um objeto de estudo científico, mas é também , e de um modo mais amplo, um fenômeno sociocultural, uma instituição, uma coisa sobre a qual toda e qualquer pessoa se acha o direito -legítimo- de falar, debater, discutir.” (BAGNO, 2014,P.27)

O que se busca analisar neste artigo é como o jornalista, enquanto profissional que lida diretamente com a responsabilidade social, está produzindo as matérias. É necessário que o profissional conduza a narrativa de forma a relatar, ou também a promover discussão, reflexão, caracterizando o viés de responsabilidade social do profissional jornalista.

A questão é que, assim como outras temáticas, o jornalismo deixa de lado a análise aprofundada do (s) fato (s). Apurar, pesquisar e confrontar dados e versões nem sempre são etapas cumpridas no exercício da profissão. Áreas como a Economia, que também já possui estudos e pesquisas acadêmicas/, costumam aparecer na mídia, sendo tratadas de forma superficial, sem que profissionais especializados possam discorrer e debater o tema proposto, a fim de que a sociedade tenha acesso a pesquisas e avaliações mais especializadas e outros pontos de vista. Seria falta de tempo e/ou espaço? Por que não se busca abordar a língua sob outro prisma, trazendo para a sociedade os avanços da Linguística, e assim, apresentar ao público maneiras diferenciadas de construções linguísticas que, mesmo sendo tão desprestigiadas, têm sua lógica dentro da história e do funcionamento da língua?

A profissão jornalista, que carrega como princípio fundamental o da responsabilidade social, corre riscos de não cumprir com este princípio. E esse cenário é especialmente comum quando se trata da língua. Desde o início do século XIX, quando os primeiros linguistas começaram a lançar um olhar mais amplo e científico sobre a linguagem humana, várias descobertas sobre o funcionamento, nuances e variações da língua foram levantadas e comprovadas. Vários grupos sociais analisados por estudiosos de diversas nacionalidades se debruçaram sobre a relação homem x língua x sociedade, trazendo para o meio acadêmico uma nova realidade, ou melhor, pondo luz sobre uma realidade que não era até então vista. Estava escondida sob o tradicionalismo gramatical, o qual persiste até a atualidade.

Essa forma de tratamento com que a mídia lida com a língua e as críticas sofridas por aqueles que não obedecem às regras gramaticais foge do que se espera de um bom jornalismo. Qual o espaço dado para os cientistas da língua? Por que não trazê-los para as discussões? Por que não abordar a língua de maneira científica? É necessário rever e reverter esse cenário, considerando que, por ter sua ciência própria, ideias acerca da língua já deveriam ter sido revistas e reformuladas. Como pondera Bagno (2011, pp. 27), “A história de qualquer ciência é a história de suas reformulações, do abandono de teorias e métodos por outras teorias e métodos, a história de seus avanços sucessivos.”

Infelizmente, o conceito que carrega o princípio de que a língua funciona apenas na contraposição entre *certo* e *errado* predomina. E esses parâmetros de “acertos” e “erros” seguem unicamente aquilo que a gramática prescreve, e não, o princípio básico de qualquer língua: o de estabelecer comunicação.

O princípio que guia a maioria das ideias sobre língua no senso comum é o do erro. Isso se deve a uma longuíssima tradição iniciada no século III antes de Cristo, quando surgiu a disciplina chamada gramática, uma tentativa dos grandes escritores do passado. Feitas essas escolhas, todos os demais usos, a

começar pelos usos falados, receberam o rótulo de erro, de opções ilegítimas de falar e de escrever. (BAGNO, 2014, p.31)

Os desvios de norma padrão, ou da chamada gramática normativa, poderiam ser levados para outro patamar, quando abordados pela mídia. Poderiam, inclusive, sair das editoriais que tratam de celebridades, das colunas de fofocas, ou similares. O jornalismo, neste caso especificamente, pode e deve prestar um serviço, com base no princípio da responsabilidade social e avançar, atualizando a abordagem, segundo estudos científicos e acadêmicos da língua, uma vez que desde o século XIX, existem estudos e pesquisas não só no Brasil, mas em vários outros países, no âmbito da Linguística, como o projeto Nurc (Norma Linguística Urbana Culta), criado em 1965 e desenvolvido por linguistas nos departamentos de Letras das Universidades Federais da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

No entanto, os veículos de comunicação continuam à beira do oceano. Apontam apenas para a superfície da língua, consolidando os equívocos, alimentando o preconceito e legitimando a ideia de que a língua é um verdadeiro enigma.

Considerações Finais

Como abordado acima, a língua já possui uma ciência própria, que tem buscado traçar e estudar os fenômenos referentes à linguagem humana, utilizando, inclusive, teorias de outras ciências, como a Psicologia e a Sociologia. A questão é que os fenômenos linguísticos abordados pela mídia, a maioria deles considerando somente aspectos gramaticais e ortográficos, são tratados de maneira descompromissada com as descobertas e pesquisas da Linguística.

Dessa forma, as avaliações quanto ao desvio da Norma Padrão são apenas expostos, sem trazer, como deveria ocorrer, a opinião de linguistas, não exclusivamente de gramáticos, uma vez que assim como outras ciências, a Linguística poderia trazer esclarecimentos e aprofundamentos

acerca do tema. Pensemos, por exemplo, que uma doença, como a febre amarela, tivesse sido alvo de estudos de especialistas e, com isso, novas formas de tratamento e prevenção tivessem sido descobertas desde o século passado. A doença, em debate neste início de 2017, devido ao surto que atinge alguns estados brasileiros, entre eles, Minas Gerais, continuasse sendo tratada pela mídia sem que essas descobertas fossem mencionadas, ou reforçadas. Pensemos ainda que determinada matéria sobre astronomia trouxesse a afirmação de que o sistema solar tem nove planetas. Situações que seriam facilmente rebatidas no meio da comunicação, na comunidade acadêmico-científica, ou, quem sabe, pela própria sociedade em geral. Não é difícil imaginar que essas matérias fossem polêmicas e os jornalistas fossem criticados, pela falta de apuração.

A língua na mídia é abordada sobre o mesmo referencial: a gramática. Sem apurar, pesquisar e confrontar dados, matérias são publicadas apenas com uma versão dos fatos, colaborando para que a língua seja cada vez mais vista pela sociedade como mero compêndio de regras, cuja gramática é a sua única representação. Não é incomum que jornais mantenham colunas para dar dicas sobre como utilizar o português “correto”, ou publiquem obras no estilo “plantão gramatical” para colaborar com a preservação da língua e coibir os “infratores”. A palavra “infratores” aqui é utilizada numa tentativa de expressar o caráter de lei que a língua tem para muitos profissionais da comunicação.

Seguindo essa ideia, vê-se que seria possível trazer para as matérias que tratam dos erros gramaticais a análise de um linguista com conhecimento sobre a língua, enquanto objeto científico, e não apenas, a avaliação de um profissional com domínio sobre a gramática. Essa mudança de abordagem colaboraria muito para que alguns mitos fossem desfeitos e a sociedade fosse construindo sua opinião, conhecendo de maneira mais profunda sua língua materna.

Referências

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

_____. **Língua, Linguagem e Linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

_____. **Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística- Uma Introdução Crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998.

PERINI, Mário. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Ática, 2009.

SACONNI, Luiz Antonio. **Não erre mais**. 31ª edição. São Paulo. Nova Geração, 2011

_____. **Mini Saconni. Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo. Atual, 2000.

Pitty é criticada por erro de português e samba na cara de internauta. Disponível em: <https://rd1.com.br/pitty-e-criticada-por-erro-de-portugues-e-samba-na-cara-de-internauta/>. acesso em 15/01/2016

Marina Ruy Barbosa é corrigida por erro gramatical no Instagram <http://www.otvfoco.com.br/marina-ruy-barbosa-ensina-portugues-internauta-que-apontou-erro-em-texto-na-web/> acesso em 02/06/2017

Marina Ruy Barbosa é corrigida por erro gramatical no Instagram http://www.purepeople.com.br/noticia/marina-ruy-barbosa-ensina-portugues-a-internauta-que-apontou-erro-em-postagem_a170404/1 acesso em 02/06/2017

Marina Ruy Barbosa é corrigida por erro gramatical no Instagram <http://www.jornalde-brasilia.com.br/brasil/marina-ruy-barbosa-responde-a-correcao-de-portugues-no-instagram/> acesso em 02/06/2017

Marina Ruy Barbosa é corrigida por erro gramatical no Instagram <https://catracalivre.com.br/geral/comportamento/indicacao/seguidor-corrige-portugues-de-marina-ruy-barbosa-e-se-da-mal/> acesso em 02/06/2017

Marina Ruy Barbosa é corrigida por erro gramatical no Instagram <http://revista-quem.globo.com/QUEM-News/noticia/2017/04/marina-ruy-barbosa-responde-correcao-de-portugues-feita-por-fa.html> acesso em 02/06/2017

Marina Ruy Barbosa é corrigida por erro gramatical no Instagram <https://diversao.terra.com.br/gente/purepeople/marina-ruy-barbosa-ensina-portugues-a-internauta-que-apontou-erro-em-postagem.4719dd170f836e9b682feaf2590d947dtlnk1kqi.html> acesso em 02/06/2017

Marina Ruy Barbosa é corrigida por erro gramatical no Instagram <http://emails.estadao.com.br/noticias/gente.marina-ruy-barbosa-responde-a-correcao-de-portugues-no-instagram.70001735415> acesso em 02/06/2017

Marina Ruy Barbosa é corrigida por erro gramatical no Instagram <http://www.metropoles.com/vida-e-estilo/celebridades/marina-ruy-barbosa-da-aula-de-portugues-a-seguidora-no-instagram> acesso em 02/06/2017

Capítulo 7

História e Propaganda: Discussão sobre a construção identitária da mulher negra na publicidade brasileira

*Monnalisa Coelho Viana*¹

*Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior*²

Introdução: identidade e representações

O processo de construção identitária passa pelas representações sociais, influenciados pelos meios de comunicação, pelos grupos sociais, seja ele família, escola, religião, entre outros. Ou seja, pensar sobre representação é pensar em um sistema cultural e refletir sobre a relação entre a cultura e os significados, onde se estabelece identidades individuais e coletivas das quais podemos nos apropriar ou reconstruir. Sendo assim, existe uma cultura midiática que oferece aos espectadores base para que eles possam muitas vezes construir seu senso social, de classe, raça, nacionalidade e gênero, ela ajuda na construção da identidade e de distinção na determinação do que é o outro.

¹ Trabalho apresentado para obtenção de título de especialista em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas contemporâneos, do Observatório de Pesquisas Aplicadas em comunicação e Educação (Opaje) da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

² Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP-ULBRA) e licenciado em Pedagogia pela UnB. Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e dos cursos de Comunicação Social/Jornalismo e Pedagogia da UFT. Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). Email: gilsonportouft@gmail.com.

O conceito de identidade é formado a partir da reunião de elementos naturais ou coletivos de um grupo que comportam duas dimensões: a pessoal e a social. O sujeito social é resultante de um processo de reflexão em que avalia a si e aquele que o cerca. Onde o processo de construção da sua identidade não é estático-, e pode ser alterado por pressões externas e internas. As externas são provenientes de uma exigência da sociedade, onde a pessoa para ser aceita tem de possuir determinadas características, de preferência as consideradas, ideologicamente, “certas”. As pressões internas, diferentemente, nascem das experiências que o indivíduo tem desde a infância, como os adultos que, fizeram parte de seu desenvolvimento, transmitiram informações importantes de conceitos básicos da convivência humana, como, por exemplo, aprender a viver em sociedade.

Por isso, ao abordar sobre identidade é preciso tratar de representações, pois é por meio das representações que a identidade sofre influência em sua construção. Segundo Silva (2000), quem tem o poder de representar define e determina a identidade, e questiona tanto ela quando os sistemas de representação que lhes dão suporte e sustentação. Considerando que a representação é um sistema cultural, é preciso refletir sobre a relação entre a cultura e o significado, e os sistemas simbólicos cuja representação estabelece identidades individuais e coletivas.

Uma vez que a identidade é resultado de uma construção social e da influência dos grupos sociais, ela não pode ser considerada como algo concreto, essencial ou permanente, pois essa visão dificulta o entendimento de diversos processos de identidades presentes na sociedade. O sujeito que está inserido em várias culturas fabrica a sua própria identidade, fazendo isso de maneira global. Assim, a identidade permite que o sujeito se localize em um sistema social e que seja localizado socialmente. Segundo Stuart Hall (2006, p.13), “Os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam”, de modo que “somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e variável de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar ainda que temporariamente. ”

Assim, a identidade do sujeito pós-moderno é fragmentada, diferente do que fora anteriormente, permanente e estável. Essa fragmentação ocorreu devido às constantes mudanças sofridas pela sociedade moderna no mundo globalizado, que tornou o sujeito menos individualizado e composto por várias identidades.

Dessa maneira, ao buscar compreender as formações identitárias e a construção dela na contemporaneidade, é importante considerarmos a influência da mídia nesse processo, pois ela é um importante meio pelo qual são formuladas e distribuídas as representações sociais. Na sociedade pós-moderna, a publicidade ocupa um espaço de grande importância. Ela modela atitudes e comportamentos do mundo contemporâneo.

É possível afirmar que a publicidade participa da constituição do sujeito à medida que produz significados e sentidos que são capazes de influenciá-lo na formação de seus valores, no modo de pensar, agir e relacionar-se com o mundo. Se a mídia possui o poder de influenciar na construção identitária do sujeito, torna-se necessário analisar como se estruturou a participação das mulheres negras neste meio de comunicação. É necessário lançar um olhar histórico sobre a presença da mulher negra nos anúncios publicitários de épocas distintas, a fim de uma reflexão sobre a inserção das mulheres negras na publicidade hoje. Segundo Martin Barbero:

A identidade contemporânea, como a identidade étnica negra, está continuamente construindo-se e modificando-se, e a mídia atua neste processo, inclusive para seu reconhecimento social. O que esses indivíduos querem não é tanto ser representados, mas, sim, reconhecidos: fazerem-se visíveis socialmente em sua diferença. (MARTIN-BARBERO apud RODRIGUES, 2007)

No Brasil, após a independência em 1822, houve um despertar para a necessidade de construir uma identidade nacional que se mostrasse como civilizada. Embora tenha sido de grande valor, a independência não provocou rupturas sociais. O povo mais pobre se quer acompanhou ou entendeu o significado da independência. Além disso, a estrutura agrária

continuou a mesma, a escravidão se manteve e a distribuição de renda continuou desigual.

O regime escravocrata no Brasil permaneceu por mais de 60 anos ainda, pois só em 1888 que foi assinada a Lei Áurea e a partir desse momento que se intensificou o processo de construção da identidade nacional, porém sem a presença dos negros, já libertos. As elites nacionais pautaram-se nas teorias racionalistas para criar uma imagem do país sem a presença de negros.

Tais teorias difundiam a inferioridade da etnia negra, apresentando-a como animalesca e incivilizada. Neste cenário preconceituoso e excludente, restaram ao negro, as posições mais subalternas da sociedade. Segundo Sodré (1999, p. 85) “as teorias raciais transformavam-se em ferramentas para a invenção de uma identidade nacional”. Diante do cenário nacional do período pós abolição, se desenvolveu o processo de embranquecimento da nação brasileira. Visando promover a tal imagem “civilizada e culta” do país, as elites da época incentivaram a imigração de trabalhadores europeus para o Brasil. Os imigrantes ajudariam no processo de branqueamento da população brasileira.

As teorias racialistas que orientam projetos de nação nos tempos de Brasil Império, apesar de ultrapassadas no continente europeu, continuaram em voga nos primeiros anos do Brasil República. Assim, ao lado do avanço e econômico e da necessidade de instituições modernas, o aprimoramento racial da população persistia como fator determinante do progresso da nação. (MARTINS, 2009, p.31)

Quando pensamos na construção das identidades e na representação da mulher negra, tratamos de processo denso, movediço, múltiplo, construído cultural e historicamente pelos sujeitos sociais. Segundo Hall (2000, p. 8) “as identidades não são unificadas, [...] singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas”.

Por isso, ao tratar de identidades e representações da mulher negra construídas na mídia publicitária, torna-se necessário, primeiramente,

apresentar uma discussão sobre uma construção histórica e cultural de sua identidade. O que é um desafio, em uma sociedade que, analisando historicamente, lhe ensinou, desde a infância que para conseguir aceitação é preciso negar-se a si.

A representação da mulher negra em campanhas publicitárias

Ao verificar a história da publicidade brasileira no período pós-escravidão, é possível constatar a carência do espaço negro na mídia, embora a população afrodescendente já fosse autônoma como consumidora. Até a primeira metade do século XX, as mulheres negras pouco apareciam em anúncios publicitários, e quando isso acontecia, estavam em uma posição de inferioridade social, portanto, o papel da mulher negra era o da invisibilidade.

Figura 1 – Anúncio de esponja de aço – Ano 1952

KRESPINHA
-a queridinha
do Rio está agora
em São Paulo!

No Rio, todos me conhecem.
Sou KRESPINHA - a melhor
esponja para a limpeza de cozinha.
As paulistas também vão me
querer bem. Vocês me encontram
em suas ordens na "SABARCO",
rua Florêncio de Abreu, 407.

S. A. BARROS LOUREIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO "Sabarco"
Rua Florêncio de Abreu, 407

Fonte: Propagandas Históricas. Com

Ao observar o anúncio da esponja de aço Krespinha, nota-se a associação do cabelo crespo da garotinha negra com a esponja de aço. Suas características étnicas eram motivo de zombaria e conseqüentemente desvalorização, afinal, fazer analogia da palha de aço, um produto duro e seco, com o cabelo da negra, é inferiorizar a raça. Essa deturpação da imagem

de mulheres na publicidade era assunto praticamente intocável, velado. O século XX passou sem consideráveis mudanças no que diz respeito à inclusão e valorização da negra na mídia de forma geral. Produções televisivas e materiais impressos da época teimavam em esconder os afrodescendentes dos demais consumidores. De acordo com Domingues (2002, p.581).

Ora, na ausência de modelos positivos em que pudesse se espelhar, o negro recusava sua própria natureza, desembocando, muitas vezes, em crise de identidade étnica, descaracterizando-se, na busca pela supressão dos traços raciais afro.

É possível notar à estereotipização e como ela tem reflexo nos produtos midiáticos, sendo a propagada, em muitos casos, pelo mercado publicitário. Foi assim que a identidade nacional, e conseqüentemente a imagem da mulher negra, foi estrategicamente planejada pelas elites brasileiras. Este processo identitário demarcou diferenças entre os sujeitos da sociedade. Ramos (2002, p.9) considera que:

Discutir as dinâmicas da mídia frente às questões de raça e etnicidade é, em grande medida, discutir as matrizes do racismo no Brasil. Os meios de comunicação são, por assim dizer, um caso modelo de representação das nossas relações sociais.

Portanto, é preciso entender a mídia como uma das entidades que produzem subjetividades, assim como tantas outras, como a família, a igreja e a universidade. O diferencial da mídia para as demais entidades reside na capacidade de alcance das subjetividades produzidas. A esfera midiática atravessa todas as outras esferas, através de seus mais variados produtos, como os produzidos pela publicidade.

A mulher negra foi discriminada na história da publicidade no Brasil, por muitos anos ela era vista como a empregada doméstica, que ajudava a patroa branca a comprar determinado produto para a limpeza ou para a alimentação. Sua presença foi secundária, como complemento de cenário, e nunca como beneficiária direta do produto. Esse fato, onde

a mulher negra ser colocada de lado, sempre representando o papel subsidiário nas propagandas é uma evidência do racismo e da discriminação.

Figura 2 – Anúncio da União Fabril – Sabão Português



Fonte: Acervo O Globo – 05 de Julho de 1960, geral, página 19

A imagem representa a patroa e sua empregada, que aprovam a eficiência do sabão português. Os anúncios eram dirigidos às donas de casa para que essas, por sua vez, delegavam o serviço para suas empregadas, ou criadas, como se costumava chamar. É significativo notar como, nas peças mais antigas, a propaganda não hesitava em reforçar as características raciais das empregadas domésticas. Por outro lado, a dona de casa que realiza trabalhos domésticos é apresentada, nos anúncios, de forma bem diferente das empregadas. São mulheres esbeltas, de postura elegante, algumas até de salto alto e avental, sempre bem penteadas.

Assim sendo, as representações construídas na mídia podem tanto valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e, até mesmo, negá-las. Ao verificar o processo histórico e evolutivo das campanhas publicitárias, os casos das representações negativas muitas vezes são mostrados tão diluídas e estão tão naturalizadas para muitos olhares, o que torna comum não perceberem a contribuição dessas representações para a propagação da desigualdade,

segregação racial e a formação de identidades sólidas de uma mulher negra inferiorizada, e da mulher branca como ideal intelectual, estético, moral e ético.

Na primeira metade do século XX, a publicidade, assim como outros setores da mídia, menosprezava a existência dos negros. Por muitos anos, para as empresas publicitárias brasileiras, colocar artistas negros em seus comerciais significava pôr em risco a empatia do produto junto aos consumidores. A publicidade até podia enxergar o negro como consumidor de produtos, mas não o queria como modelo em frente às câmaras ou nos anúncios impressos. Para Lopes (2007, p. 176):

E a publicidade, que dá suporte financeiro às produções televisivas, insiste em não associar à imagem do povo negro os produtos que anuncia mesmo aqueles sabidamente consumidos pelos afro-brasileiros em geral.

Daí o dilema, da jovem negra que se acha feia por não ser parecida com as modelos dos anúncios, pois não tem a mesma pele clara, nem mesmo os cabelos louros e sedosos. E muito pior, daí também, o drama das meninas que, na fantasia maternal de sua infância, são obrigadas a embalar em seus colinhos as bonecas louras e rosadas de sempre.

Os anúncios publicitários valorizavam a etnia branca em relação às outras, em decorrência de III séculos de racismo oficializado pelo Estado brasileiro. Criou-se um padrão de exclusão baseado na cor e na raça eurocêntrica. A mulher negra teve pouca visibilidade na mídia por ser o oposto do padrão almejado pelo Brasil no período pós-escravidão, duplamente antítese pela raça e pelo gênero. Existiu uma ideologia que vendeu a representação negra nos meios de comunicação como produto a ser consumido e não como consumidora.

Raça identificada: a quebra da subrepresentação da mulher negra

Apesar de todas as adversidades, o cenário da mulher negra passou por uma mudança significativa, a partir da década de 1990, com a chegada na revista *Raça*, voltada especialmente ao público negro. Por possuir

um teor afirmativo da questão social, além de ter uma abordagem centrada em assuntos relacionados a estética e moda. A revista foi êxito em vendas em suas primeiras edições, pois, atraiu o interesse de leitores negros, por contribuir com a construção da autoestima. Consequentemente, a Raça conseguiu influenciar o comportamento publicitário, que passou a incluir e valorizar a mulher negra nas campanhas publicitárias. Castro (2010, p. 106) faz considerações sobre o papel da publicação:

Foi esta discussão que nos fez perceber que, em Raça Brasil, o negro e a negra estão sempre bem vestidos, sempre bem penteados e sempre bem maquiados, por mais que se fale em problemas de periferia, de quilombo ou de favela. O homem e a mulher negros de periferia podem obter ascensão social, dignidade, fama e dinheiro sem que precisem adentrar o mundo do crime.

A Raça Brasil, desde seu início, teve como um de seus principais objetivos reverter o quadro de invisibilidade social desse grupo étnico, de grande presença no país. Nas palavras de Sandra Almada, colaboradora da publicação,

Essa revista trouxe uma contribuição crucial para o movimento negro, para o jornalismo e para a imprensa negra. Não apenas em termos mercadológicos, mas também porque colaborou de forma importante para uma mudança na cultura de imagem, apresentando uma imagem do negro que, de certa forma, desmitifica as imagens tradicionais que nós víamos na mídia, do pagodeiro ou dos nossos excluídos, que compunham as manchetes do noticiário policial (Almada, 2002, p. 52)

Além disso, a revista trouxe também uma mudança mercadológica no que concerne aos produtos oferecidos aos negros. Se antes do surgimento da publicação, os negros não eram vistos como potenciais consumidores, diante da percepção e divulgação de uma classe média negra – muito em função do trabalho desenvolvido em Raça Brasil, o mercado passou a se dedicar mais e a lançar produtos voltados a esse público.

A revista surgiu em razão dos interesses comerciais da editora Símbolo, que procurou encontrar novos segmentos de mercado para desenvolver produtos culturais voltados aos negros. Apropriado-se de algumas manifestações dos movimentos sociais que teve, entre outras metas, a redefinição da identidade negra, a luta contra o racismo, a construção da auto-estima positiva para a população negra, melhores condições econômicas, acesso ao mercado de trabalho, a consideração da diversidade racial do país e a aceitação dos mestiços como negros. Segundo Santos (2004, p.10). Uma das características mais destacáveis na revista Raça é o orgulho pelos traços estéticos do afrodescendente.

Figura 4 - 1ª edição da Revista Raça Brasil em Setembro de 1996



Fonte: Site revista Raça Brasil

Neste contexto, os afros descendentes passaram a ser considerados consumidores ativos, como consequência, houve uma maior inclusão de negros em produções culturais, telejornalismo, novelas. A revista até hoje é considerada ícone da identidade negra no Brasil, levando muita gente, que

de outra forma se considera morena, mulata, a considerar-se também “negra”.

Fato também é, que a negra, mesmo que timidamente, começou a ascender socialmente no fim do século XX. A classe média negra despertou o interesse das grandes empresas publicitárias. Na segunda metade dos anos 1990, foi crescente o número de anúncios que tinham a etnia negra como público alvo. Hoje, há produtos destinados especificamente aos negros, e em especial na linha dos cosméticos, marcas famosas utilizam negras para estrelarem campanhas massivamente divulgadas.

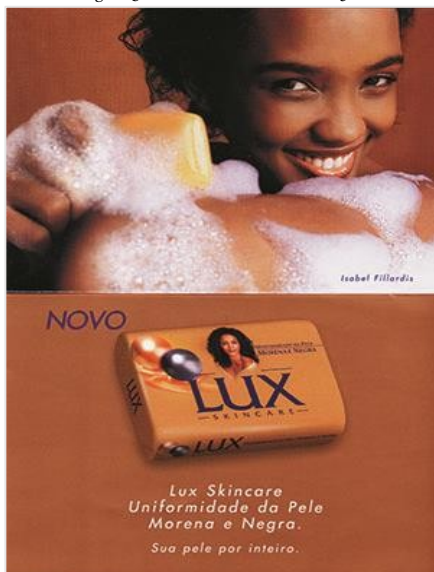
Após as conquistas dos movimentos e manifestações que têm como objetivo a igualdade e luta contra o preconceito e discriminações raciais, verificamos a ampliação de um mercado direcionado aos afrodescendentes, que tem atraído muitos investimentos e capital. De certa forma, é necessário que os negros se identifiquem com os produtos que irão comprar, especialmente se trazem imagens que possibilitam isso; porém não se deve descartar a ideia de que o mercado se aproveitou do momento para lucrar com uma discussão em movimento. De acordo com Coutinho:

“Notavelmente, nos últimos anos, a publicidade brasileira teve avanços em relação à inserção do negro em materiais produzidos pela publicidade. Sobretudo, é necessário avaliar de que forma esses avanços aconteceram. Mais do que isso, é importante compreender todos os valores e interesses que estão em jogo no discurso das empresas que passaram a incluir mais negros em suas campanhas. (2011, p. 8)”

Um mercado que aumentou significativamente a inserção do negro em sua propaganda, foi a indústria de cosméticos, sendo, a campanha publicitária, do sabonete Lux Luxo - Perola Negra, uma das primeiras a ser protagonizada por uma negra, em 1988. Em décadas anteriores a quantidade de atrizes negras em papéis de destaque na televisão, bem como em campanhas publicitárias, era baixa. É visível, nos últimos anos, a presença de mulheres negras na publicidade brasileira. Este aumento de negros na mídia se dá pelo interesse de muitas empresas que já perceberam que esse segmento corresponde à metade população brasileira,

representa um mercado consumidor considerável, o que fora detectado anteriormente pelas indústrias de produtos específicos para essa população afro- descendente. Apesar dos avanços em relação a adição de matérias, é preciso observar se eles realmente contribuíram para a construção identitária da mulher negra.

Figura 5 – Anúncio Sabonete Lux – 1988



Fonte: História Unilever

A partir da década de 2000, a mulher negra tem aparecido mais na mídia (incluam-se aí as novelas, os humorísticos, os jornais e as peças publicitárias), seja por força de lei ou por um “modismo” oriundo do politicamente correto. Porém, essa ainda escassa participação do negro na mídia como um todo, não o tem feito ser o protagonista da cena ou, do ponto de vista semiótico, o ator, o sujeito do fazer. Várias pesquisas apontam o crescimento da presença do negro na publicidade nos últimos anos, mas sem que tenha havido grandes avanços na direção de uma representação mais positiva nas mídias tradicionais.

Todavia, há uma ferramenta que potencializou o aparecimento e empoderamento dos negros, que foi a internet. Mas quando falamos em

internet no Brasil, deve-se considerar ainda o enorme atraso que existe no acesso. Apenas 54% da população brasileira possui acesso à internet em seu domicílio.³ Aproximadamente 95 milhões de brasileiros e brasileiras não possuem nenhum tipo de conexão em casa, nem mesmo a partir do celular. Isto significa que, se falta acesso à internet ainda reproduz abismo socioeconômico e regional no Brasil, certamente também reproduz mais um abismo racial no país. Para inferir este resultado, basta tomar como referência a conclusão de Sueli Carneiro de que raça é um estruturante de classe no Brasil. Ninguém mais duvida do poder da internet enquanto promotora de novas narrativas. Representatividade negra, embora ainda bastante reivindicada na televisão e no cinema – com razão – agora ocupa outros espaços. E não são brechas, são espaços significativos e em crescente expansão.

À mídia tradicional tem restado o papel de acompanhar essa movimentação e, como consequência de força da rede, pautar temas que até então eram considerados menores ou visto como problemas de grupos específicos, mesmo quando negros (pretos e pardos) já ultrapassavam 50% da população brasileira.

Portanto, quando lançamos o olhar para a programação da TV aberta percebemos o aumento da produção de conteúdos pautados na temática da negritude e/ou enfrentamento ao racismo. A mudança de comportamento da mídia tradicional deve ser encarada como um ganho da luta promovida pelos movimentos negros, em diferentes esferas: Acesso à educação, políticas de ações afirmativas, maior ingresso no mercado de trabalho e maior incidência na política.

O discurso do preconceito

Apesar da presença das mulheres negras na mídia, de forma geral ainda é muito pequena, muito embora estes já atinjam, mesmo que minoritariamente, um espaço significativo no mercado publicitário; como

³ Pesquisa TIC Domicílios realizados pelo CETIC.BR

dito anteriormente, é necessário que se faça uma observação acerca da inserção das mulheres negras na publicidade. Todavia, não deve ser desmerecida a ainda tímida, porém já significativa, inclusão da imagem da negra em algumas propagandas brasileiras, mesmo porque, a invisibilização desta população não pode ser considerada uma forma geral na comunicação, principalmente depois que a Lei de BRASIL nº 12.288-10 (Estatuto da Igualdade Racial), de 20 de julho de 2010, Art. 43º e 44º estabelece que as produções veiculadas pelos órgãos de comunicação devem valorizar a herança cultural e a participação da população negra na história do país, além disso deve ser adotado oportunidades de emprego a atores, figurantes e técnicos negros, sendo vedada toda e qualquer discriminação de natureza política, ideológica, étnica ou artística.

Portanto, a lei determina a porcentagem mínima de negros que deve atuar na publicidade, indicando assim que existe uma preocupação em tornar possível a efetiva inserção do negro nos diversos espaços de atuação da sociedade.

É preciso reconhecer o espaço que a mulher negra tem conquistado na sociedade, mas ainda que ela tenha sido percebida pelo mercado, isso não promove tratamento igual às mulheres brancas nos veículos de comunicação. De acordo com, Martin- Barbero (2006), a mídia é essencial no processo de construção da identidade negra, pois é o meio para formação de opinião junto à sociedade.

A prova que ainda hoje mulheres negras e brancas não são tratadas da mesma forma pela publicidade é a campanha da Dove lançada em 2017. Em uma sequência de fotos, aparece uma mulher negra vestindo uma blusa marrom, depois ela retira e surge uma mulher branca. A transição de uma mulher negra para uma branca causou mal-estar e indignação por remeter a uma fórmula racista presente em anúncios de sabonete e outros cosméticos no passado: a da pessoa negra “suja” que se torna branca ao se limpar. Após manifestações nas redes sociais, o anúncio foi removido e a empresa fez um pedido de desculpas publicamente.

Figura 6 – Anúncio sabonete Dove - 2017



Fonte: Jornal Nexo

Após muitos anos de rompimento com os grilhões que os acorrentavam a escravidão, muito ainda necessita ser discutida a questão racial em nossa sociedade contemporânea. Após anos de comemoração por uma dita abolição de um regime escravocrata, nos parece ainda distante a realização verdadeira desse rompimento. Isto porque a figura da mulher negra em nossa sociedade, ainda segue ligada a preconceitos e injustiças sociais constituídos num passado que insiste em permanecer presente nas ações e na raiz de um país gerado sob a força da injustiça trazida de uma Europa egocentrista.

Infelizmente no Brasil, país dito democrático, são ainda nos dias atuais muito fortes as correntes de pensamentos racistas. Essas correntes ficam evidentes em muitos discursos comuns em nosso dia a dia além de vários discursos exibidos por inúmeros veículos de comunicação nacional. Na sua maioria, esses discursos são “indiretos”, cabendo até mesmo à defesa de muitos discursistas alegando que, a interpretação feita de seu discurso, não corresponde com a intenção daquele que discursou. No entanto, não é raro, ouvirmos pessoas que se dizem contrárias ao racismo, usando expressões que inferiorizam os negros. Pior ainda é ver que tais práticas se tornaram habituais e corriqueiras, e trazem, em seu interior, a essência discriminatória. Embora exista a possibilidade da defesa de tais

discursistas, sabe-se que todo discurso é construído a partir de signos ideológicos. Para Bakhtin, a saber, todo discurso é ideológico. Assim sendo, há intencionalidade na construção de cada discurso, e na escolha dos signos responsáveis por se transmitir aquilo que se deseja transmitir. “[...] Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico.” (BAKHTIN, 1997, Pg.33).

Conclusão

O Brasil é um país de muitas raças, marcado pela miscigenação. Contudo, uma característica muito forte do nosso país durante muito tempo foi a valorização do corpo branco e europeu como resultado de nossa colonização e herança cultural. Por esse motivo, a identidade negra é entendida, no contexto deste trabalho, como um processo construído historicamente em uma sociedade que padece de um racismo ambíguo e do mito da democracia racial ⁴

Para este estudo foi necessário retornar à história da escravidão, do racismo, da propaganda e da promoção da igualdade social, pois é perceptível que os meios de comunicação estão deixando de ser dominados por uma cultura branca. Por sua vez, a propaganda e a publicidade foi um potente canal que veiculou esse grande duelo branco versus negro. A intenção era apontar questões que levassem a uma reflexão, onde os muitos olhares dessa diversidade étnica e social possam ser discutidos dentro e fora do âmbito publicitário.

A breve análise histórica da publicidade no Brasil revela que a exclusão do negro decorre de duas razões: o racismo que marca a história da propaganda e o racismo da sociedade brasileira, a última a abolir a escravidão no mundo. Superada esta fase de racismo explícito, a análise revela que estamos vivendo uma nova etapa de discriminação muito mais sutil,

⁴ Mito da Democracia Racial – A democracia racial é um termo usado por algumas pessoas para descrever relações raciais no Brasil. O termo denota a crença de alguns estudiosos que o Brasil escapou do racismo e da discriminação racial. Estudiosos afirmam que os brasileiros não vêem uns aos outros através da lente da raça e não abrigam o preconceito racial em relação um ao outro. Acesso: <http://www.infoescola.com/sociologia/democracia-racial/>

ela se manifesta pelo fato de que somente os negros que se enquadram em uma estética de branqueamento, conseguem espaço na publicidade.

Embora ainda de forma tímida, observa-se a inserção contínua do negro na mídia brasileira, principalmente na propaganda. No entanto, essa inserção não traduz ainda o grande avanço do Brasil na luta contra a discriminação racial. O que se vê claramente é que o mercado chegou à conclusão de que a raça negra está se apresentando como um forte segmento consumidor e, desta forma, está percebendo nitidamente que a presença do negro na mídia pode ser um importante aliado na divulgação dos seus produtos.

Dessa forma, afirmo que a identidade do negro brasileiro, originada pelo mercado publicitário é definida pela lógica do consumo fato que, em minha opinião, ao reproduzir os estereótipos clássicos sobre a etnia negra servem de reforço para a manutenção da discriminação racial na sociedade brasileira.

Referências

- ALMEIDA, S. **A imprensa e o racismo**. In: RAMOS, S (org.). *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. __ ed.. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na história do Brasil: mito e realidade**. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- CASTRO, Ana Lúcia de. **Cultura contemporânea, identidades e sociabilidades** – olhares sobre o corpo, mídia e novas tecnologias. São Paulo. Cultura Acadêmica. 2010.
- CORRÊA, L. G. **De corpo presente: o negro na publicidade em revista**. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.
- COUTINHO, Cassi Ladi Reis. **A Estética e o mercado produtor-consumidor de beleza e cultura**. 2011.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** 2007.

GIACOMINI, Gino. **Consumidor versus propaganda.** São Paulo. Summus. 1991. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade.** Trad.: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOPES, Nei. **O racismo: explicado aos meus filhos.** Rio de Janeiro. Agir. 2007. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século.** IN: MORAES, Denis de (org.). Sociedade midiaticizada. Rio de Janeiro: Mauad, 2006

PIRES, R. O negro como modelo publicitário. **Revista Propaganda,** São Paulo, n.40, p. 10-18. 1988.

RAMOS, Sílvia. **Mídia e racismo.** Rio de Janeiro. Pallas. 2002.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** 31º ed. Editora Vozes: Petrópolis, 2003.

SANTOS, João Batista Nascimento do. **O negro representado na revista Raça Brasil: a estratégia de identidade na mídia étnica.** Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2004.

Sodré, Muniz (1988) – ‘O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira’. Vozes: Petrópolis.

SILVA, Tomás Tadeu. **A produção social da identidade e da diferença.** In: SILVA, Tomás Tadeu (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. P. 73-103.

AFROPRESS. Disponível em: <<http://www.afropress.com/post.asp?id=15404>> Acessado em 06/06/2018

O GLOBO. Anuncio empregada doméstica. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/propaganda/vida-domestica/a-hierarquia-da-limpeza-14230573>> Acessado em 01/06/2018

PROPAGANDAS HISTÓRICAS. Krespinha. Disponível em: <<http://www.propagandashistoricas.com.br/2013/08/krespinha-esponja-de-aco-1952.html>> Acessado em 01/06/2018

Propaganda Dove Racista <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/10/10/As-cr%C3%ADticas-a-uma-propaganda-da-Dove.-E-o-debate-sobre-racismo-na-publicidade> Acessado em 02/06/2018

Capítulo 8

A Política de Comunicação da UFT e outras questões adjacentes: trajetória e perspectivas

Bianca Zanella Ribeiro^{1, 2}

Introdução

Há quase 30 *anos*, Margarida Kunsch (1992) já chamava a atenção para o fato de que a maioria das universidades brasileiras ainda não havia se conscientizado da importância de possuir, em sua estrutura organizacional, um sistema de comunicação planejado capaz de atender às necessidades destas instituições em suas especiais relações com a sociedade. No mesmo sentido, Wilson da Costa Bueno afirma, desde os anos de 1990, e confirma em texto republicado mais recentemente, que “a universidade, global ou setorialmente, não se comunica” (2005, p. 46), não pratica uma cultura de comunicação e não está devidamente capacitada para relacionar-se de forma efetiva com muitos de seus públicos de interesse (2005, 2013).

Notadamente, as críticas destes autores não se referem meramente ao processo de transmissão de mensagens que é inerente à condição

¹ Jornalista, mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Tocantins (2015) e doutoranda em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho (Braga, Portugal). Desde 2013 é servidora pública lotada na UFT e, nesta Instituição, foi vice-presidente da Comissão de Elaboração da Política de Comunicação¹. E-mail: bianca@uft.edu.br

² A autora agradece ao professor Gilson Pôrto, orientador da dissertação de mestrado abordada neste capítulo, pelo convite a fazer parte desta publicação. Agradece, também, à colega Poliana Macedo pelas críticas e sugestões a este trabalho.

humana (BORDENAVE, 2001; WOLTON, 2004, 2010) e à qualquer organização, presente na gênese da sociedade organizada (BORDENAVE, 2001; RUÃO, 2016), que torna possível a execução de tarefas conjuntas e o compartilhamento de informações, sendo condição básica para qualquer forma de relacionamento – comercial, de trabalho ou afetiva (PIMENTA, 2002). Afinal, “não existe comunicação que não organize ou organização que não comunique” (CASALI, 2009, p. 113), de tal modo que, mesmo quando é ruim ou funciona mal, a comunicação existe nas organizações e perpassa todos os setores, atividades e níveis hierárquicos.

A comunicação da qual já falavam e que ainda hoje defendem, conforme enfatiza Bueno (2015, p. 133) “está ancorada em instrumentos e/ou processos modernos, como uma Política de Comunicação que lhe dá sentido, indica caminhos e estabelece/redefine seus vínculos com o processo de gestão e a cultura organizacional”, em contraponto a práticas de comunicação que se restringem aos profissionais da área, são orientadas predominantemente por uma perspectiva instrumental e visando a resultados imediatos, sem a participação dos diversos segmentos que compõem a estrutura das universidades e sem que se configure uma autêntica cultura de comunicação (BUENO, 2005, 2013).

Como ressalta Kunsch (2009, p. 80), para que gerem resultados consistentes e duradouros, “as ações comunicativas precisam ser guiadas por uma filosofia e uma política de comunicação integrada que considerem as demandas, os interesses e as exigências dos públicos estratégicos e da sociedade”, abrangendo todas as formas de comunicação de uma organização com o propósito de fortalecer a identidade organizacional e agregar valor à imagem da instituição.

Para Rudimar Baldissera (2009), que destaca os processos de disputa e construção de sentidos intrínsecos às organizações pela perspectiva da complexidade, é preciso reconhecer o papel dos indivíduos como agentes desorganizadores e reorganizadores da comunicação organizacional, superando-se a velha máxima de que os colaboradores devem simplesmente “vestir a camisa” da empresa e ser induzidos a um pensamento uniforme,

não necessariamente melhor para a organização. “Nesse sentido, afirma-se a necessidade de políticas de comunicação organizacional que se proponham a dar fluxo aos processos comunicacionais, inclusive qualificando a comunicação informal mediante comunicação formal ampla e verdadeira” (2009, p. 159).

Dominique Wolton (2004) chama a atenção para o fato de que a comunicação tem algo em comum com a política: enquanto praticantes ou participantes natos destas atividades, todos se consideram competentes e especialistas em relação a elas. Por este e por outros motivos, nos comunicamos naturalmente e permanentemente, desde o princípio da vida e em todas as esferas do cotidiano, mas são raras as vezes em que fazemos isso de forma consciente, com uma postura reflexiva que leve em consideração, sobretudo, o dinamismo da comunicação, a criatividade e a diversidade dos envolvidos, bem como a imprevisibilidade que envolve o processo para além das questões instrumentais e técnicas.

Nas organizações isto não é diferente. Pensa-se em comunicação, muitas vezes, apenas no sentido restrito das atividades profissionais que tratam da divulgação institucional, assessoria de imprensa e publicidade, principalmente, ou enfatizando o papel das tecnologias de informação e suas funcionalidades, mas raramente ela é pensada no sentido de relacionamento e de processo intrínseco a todas as atividades, setores e indivíduos. Daí que a superação daquilo que Duarte e Monteiro (2009) chamam de “incapacidade comunicativa treinada” ainda seja, em muitos casos, um desafio.

Conforme diagnosticado por Rocha de Castro e Fagundes (2012), os setores oficiais de comunicação das universidades, de modo geral, atuam apenas como órgãos executores, sem a preocupação de discutir com a administração superior o verdadeiro papel da comunicação. Assim, apesar da grande quantidade de instrumentos e técnicas de comunicação dirigida e formal existente voltada para as comunidades universitárias, “esta produção acontece de forma desordenada e desarticulada dos objetivos da instituição” (id. 2012, p. 157) e acarreta desperdícios financeiros e de mão

de obra. Neste cenário, para os autores, a implantação de políticas de comunicação nas universidades brasileiras é urgente e se faz necessária para a própria sobrevivência destas instituições.

O desafio de normatizar diretrizes é ainda maior e tem sua importância acentuada nas instituições públicas, onde a alternância de poder pode alterar constantemente os rumos das organizações, para melhor ou para pior, conforme prioridades e estilos de gestão, mas também conforme interesses partidários, políticos e pessoais, a despeito do princípio da impessoalidade na Administração Pública. Tudo isso acaba por colocar em xeque a continuidade de ações e a possibilidade de resultados mais consistentes, que só podem ser consolidados em longo prazo.

Ademais, como observa Bueno (2014, p. 18),

as instituições que atuam como protagonistas na chamada comunicação pública devem, obrigatoriamente, sob pena de não cumprirem adequadamente a sua função, estar empenhadas na construção de sua Política de Comunicação, comprometendo-se com a criação de uma cultura de comunicação, de que resulta um trabalho de excelência em comunicação que não se esgota em sua competência técnica, mas que incorpora atributos fundamentais como a ética, a transparência, a disposição para o debate, a convivência harmônica com ideias e posições divergentes, o respeito ao outro etc.

Contudo, seja por falta de uma percepção mais estratégica da comunicação, seja por falta de capacitação interna, vontade política ou mobilização institucional conforme possíveis causas indicadas por Bueno (2014) para justificar a falta de diretrizes de comunicação em grande parte das instituições, fato é que a maioria das universidades brasileiras segue sem políticas de comunicação estabelecidas, como comprova pesquisa realizada em 2013 (ALVES, 2014). Neste levantamento abrangendo 59 universidades federais brasileiras, 75% das instituições admitiram não possuir um documento norteador da comunicação. Além disso, dentre as 11 que disseram ter uma política de comunicação, em apenas três esta situação foi confirmada.

De lá pra cá sabe-se que, como a UFT, pelo menos a UFSM (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2018) também ingressou neste rol ainda restrito de instituições, e outras universidades vêm entendendo esforços na discussão e elaboração de políticas internas, mas a maioria ainda não institucionalizou suas diretrizes fundamentais de comunicação.

É neste cenário que faz-se a presente análise da Política de Comunicação da UFT, tendo em mente a necessidade de que esta seja constantemente avaliada e também atualizada, sempre que necessário, em vista das constantes mudanças que ocorrem na própria organização, no ambiente em que ela se insere e no universo da comunicação. Conforme Bueno (2009, p. 134),

[...] é imperioso ressaltar que a Política de Comunicação, assim como outros instrumentos e processos de comunicação concebidos a partir de uma proposta moderna, respaldada na teoria da complexidade, é datada e precisa ser continuamente avaliada, redesenhada para atender às mudanças que, cada vez mais, impactam o universo das organizações, da comunicação, do mundo do trabalho e dos negócios.

Em síntese, a análise aqui apresentada recontextualiza as diretrizes de comunicação da Universidade aprovadas em 2016 fundamentando-se em referências bibliográficas e em uma releitura crítica tanto da Política de Comunicação, aprovada em 2016, quanto da pesquisa *Planejamento e avaliação da comunicação organizacional em universidades públicas: o caso da UFT* (RIBEIRO, 2015), na qual ela foi embasada. Além disso, foram considerados novos dados coletados pela então Diretoria de Comunicação, em 2017, quando a Política completava um ano de publicação.

Cabe esclarecer que os comentários e relatos constantes neste trabalho foram elaborados a partir de uma observação participante do ponto de vista inevitavelmente parcial da autora, a qual esteve diretamente ligada ao processo de elaboração da Política de Comunicação e há mais de cinco anos tem uma atuação profissional e acadêmica diretamente envolvida com a comunicação da UFT. Deste modo, na linha da corresponsabilização

em relação à comunicação organizacional que é preceito da própria Política de Comunicação instituída na UFT, as críticas aqui presentes devem ser consideradas, antes de mais, autocríticas, e constituem um exercício reflexivo do qual espera-se um efeito construtivo no desenvolvimento da comunicação no âmbito da Universidade e, quiçá, de outras organizações. Para tanto, outros pontos de vista além do aqui apresentado são necessários e muito bem-vindos ao debate.

A trajetória da Política de Comunicação da UFT

Até 2016, a chamada política de comunicação da UFT resumia-se a vagas menções e poucos parágrafos, sem a indicação clara de diretrizes, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos Planejamentos Estratégicos da Instituição (RIBEIRO, 2015). Em breve trecho reproduzido nas edições 2007-2011 e 2011-2015 do PDI consta que

a política de comunicação da UFT consiste em construir e projetar a imagem de uma universidade forte e autônoma, integrada no contexto socioeconômico do Tocantins e da Amazônia, conforme a missão e visão de futuro definidas no Planejamento Estratégico da Instituição. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2007, p. 30, 2010, p. 53)

Ambos os documentos afirmam, ainda, genericamente, que “tal política tem norteado o Projeto de Comunicação e Divulgação que vem sendo implementado pela Diretoria de Comunicação desde setembro de 2003” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2007, p. 30, 2010, p. 53) e, em outro tópico, estabelecem como objetivos de aperfeiçoamento de gestão “adotar uma política ativa de comunicação e de divulgação das realizações, na busca da construção da imagem institucional” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2007, p. 11, 2010, p. 15).

Ademais, outra menção significativa do termo comunicação nos documentos institucionais consta na primeira edição do Planejamento Estratégico (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2006) onde a

comunicação interna é apontada como uma das fraquezas da Universidade.

Reconhecendo a importância da comunicação para o desenvolvimento institucional, o Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da UFT acolheu, no processo de seleção para a formação de sua primeira turma, em 2013, um projeto de pesquisa com foco na comunicação organizacional que resultou na dissertação *Planejamento e avaliação da comunicação organizacional em universidades públicas: o caso da UFT* (RIBEIRO, 2015), defendida em 2015 e publicada em livro dois anos depois (RIBEIRO, 2017). Como produto desse trabalho de pesquisa aplicada foi apresentado, além de uma proposta de tópicos para um plano de ações prioritárias e de uma matriz de indicadores para mensuração de resultados em comunicação, um texto-base para uma Política de Comunicação da UFT, o qual foi posteriormente adaptado e aprimorado por uma comissão multidisciplinar³, discutido e alterado após deliberações de uma câmara técnica, aprovado e instituído pelo Conselho Universitário (Consuni).

Deste modo, somente a partir da publicação da Resolução nº 22/2016 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2016) é que a UFT passa a ter, de fato, uma Política de Comunicação documentada, conforme definição, na forma de um conjunto amplo de

valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas que tem como finalidade orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos de comunicação para uma organização tendo em vista o seu relacionamento com os diversos públicos de interesse. (BUENO, 2014, p. 17)

De inspiração democrática e com o propósito de contribuir com o lastro de uma comunicação estratégica de excelência, “catalisadora dos diálogos permanentes entre a Universidade e a sociedade tocantinense,

³ A Comissão designada pela Portaria nº 1.891/2015 teve como presidente a então diretora de comunicação, Marluce Zacariotti, como vice a jornalista Bianca Zanella, autora do texto-base, e contou ainda com a relações públicas Jacqueline Fabbrin, a então ouvidora Valéria Momenté, a servidora Eudicléia Araújo, então lotada na Diretoria de Gestão de Pessoas, o servidor Rodolfo Medeiros, representando a Diretoria de Tecnologia da Informação, a ex-diretora de comunicação Celene Fidelis, a revisora Neusa Bohnen, da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, e a consultora externa Rose Vidal.

assim como entre os seus diversos públicos internos” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2016, p. 7), a Política de Comunicação da UFT ressalta, nas palavras do então reitor Márcio Silveira, “a importância e o poder de uma comunicação pautada na ética, no compromisso social e no interesse público” para “a consolidação de um projeto de universidade que se queira livre, democrática, plural, diversa e de qualidade socialmente referenciada” (idem).

O texto-base, apresentado como apêndice na referida dissertação de mestrado (RIBEIRO, 2015), possuía dez páginas incluindo sete capítulos: Conceitos, Princípios, Objetivos, Estrutura Organizacional, Atribuições da Diretoria de Comunicação, Atribuições dos Públicos Internos e Disposições Gerais. O texto final, resultado das discussões, teve um incremento de 13 páginas, totalizando 23 (além de outras dez páginas de elementos pré-textuais) e ficou estruturado com o mesmo número de capítulos. Contudo, as partes foram reorganizadas e os tópicos foram alterados para: Dos Conceitos Fundamentais, Dos Objetivos da Comunicação, Dos Princípios e Valores da Comunicação da UFT, Dos Públicos Estratégicos da UFT, Da Gestão da Comunicação na UFT, Da Comunicação em Relação a Crises e Das Diretrizes Específicas.

Desta forma, além de estabelecer uma filosofia comunicativa pautada por valores e princípios caros à comunicação pública, a Política definiu, pela primeira vez, os públicos prioritários da Universidade, as atribuições da então Diretoria de Comunicação (Dicom) com uma estrutura em organograma circular, e as responsabilidades pertinentes à comunicação a serem assumidas pelos gestores, demais servidores e pela comunidade universitária em geral.

Até então, a Diretoria, inicialmente Assessoria de Comunicação (de 2003 a 2006), e durante um período Coordenadoria (até 2010), nunca havia sido formalmente definida. Teve sua nomenclatura alterada sucessivamente conforme a distribuição de cargos e as portarias de nomeação da chefia do setor sem que, contudo, fossem descritas suas competências ou diretrizes de atuação.

Considerando a necessidade de extrapolar as atividades próprias do setor e dos profissionais da área, a Política instituiu a figura dos “Agentes de Comunicação Organizacional”, definidos como

servidores (técnicos-administrativos e docentes), funcionários terceirizados, bolsistas, estagiários e estudantes da UFT em geral designados para desenvolver, rotineira ou eventualmente, ações de comunicação nos diversos setores acadêmicos e administrativos da Universidade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2016, p. 11)

E com uma proposta de estrutura declaradamente compartilhada de gestão da comunicação, baseada na participação, no comprometimento e na corresponsabilidade de toda a comunidade universitária, o texto ainda prevê a criação de um Conselho de Comunicação, com caráter consultivo e propositivo, o qual deveria incluir estudantes, professores e técnicos administrativos. Para tanto, uma chamada pública aberta a todos os *campi* deveria ser lançada a cada dois anos, o que até o presente não foi implementado.

A Política da UFT traz ainda breves diretrizes a respeito de crises e, nas disposições finais, estabelece a elaboração de diretrizes específicas como o Manual de Identidade Visual e Uso da Imagem da UFT, o Manual de Relacionamento com a Imprensa, o Manual de Processos e Diretrizes Editoriais do Portal UFT, o Manual de Atuação Institucional e Conduta nas Mídias Sociais, o Manual de Comunicação Administrativa, o Manual de Gestão e Prevenção de Crises e um projeto de Preservação da Memória Institucional – dos quais nenhum chegou a ser consolidado até o momento.

Inspirada em outras instituições e tendo como referência, especialmente, a Udesc, cuja elaboração da política de comunicação ocorreu em 2014 com a consultoria de Wilson da Costa Bueno (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CATARINA, 2014), a Política de Comunicação da UFT foi resultado de um processo de construção coletivo, apesar deste não ter tido, como deve-se reconhecer, uma ampla participação da comunidade universitária. A exemplo da Udesc, a Política da UFT foi elaborada

por um grupo de trabalho designado pela Reitoria, com representantes de diferentes setores. Eram 18 membros na comissão da Udesc e nove na comissão da UFT.

Assim como na Udesc, a Política de Comunicação da UFT baseou-se em pesquisa realizada junto à comunidade universitária. Na Udesc houve a participação de 1,1 mil servidores, alunos e funcionários terceirizados (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CATARINA, 2014), enquanto na UFT foram 793 participantes de todos os *campi*, entre alunos, professores e técnicos administrativos, correspondendo a cerca de 4% do universo representado (RIBEIRO, 2015).

Em ambos os casos não houve a realização de seminários ou *workshops* para discussão do tema, embora essa seja uma metodologia sugerida e empregada de forma recorrente na elaboração de políticas de comunicação, e as sugestões das comunidades universitárias foram coletadas pelas comissões de elaboração por meio de questionários.

Na UFT, a opção pela não realização de eventos de caráter consultivo como etapa de elaboração da Política de Comunicação foi justificada, em primeiro lugar, pela indisponibilidade de recursos orçamentários. Além disso, a experiência institucional de baixa participação nas reuniões de discussão do Planejamento Estratégico realizadas pouco tempo antes nos *campi* foi um desestímulo para maiores esforços no sentido de viabilizar encontros presenciais abertos a toda a comunidade universitária. Assim, optou-se por trabalhar com recursos e informações que já estavam disponíveis.

A grande diferença entre os dois casos é que na Udesc a pesquisa foi aplicada de modo direcionado para a construção da política de comunicação e amplamente divulgada com este propósito. Na UFT, entretanto, a comunidade universitária foi consultada e pôde dar opiniões e sugestões para aprimorar a comunicação da UFT por meio de uma pesquisa acadêmica – a pesquisa realizada no âmbito do curso de mestrado –, que não tinha caráter institucional e nem o objetivo declarado de ser aplicada, diretamente, na construção de diretrizes normativas para a Universidade.

Mesmo assim, muitas críticas e ideias que surgiram nos comentários das perguntas abertas foram introduzidas ou consideradas de alguma forma no texto, assim como diversas questões que foram reveladas ou evidenciadas pelos resultados quantitativos e qualitativos serviram para embasar e balizar as diretrizes redigidas pela Comissão de Elaboração.

Em cerca de quatro meses de trabalho, esta Comissão reuniu-se diversas vezes e também manteve contato por canais digitais pelos quais os membros puderam debater cada um dos tópicos da Política e dar suas contribuições à redação do texto. Antes da submissão ao Consuni também foram realizadas reuniões ampliadas com toda a equipe da então Diretoria de Comunicação, para análise da proposta e coleta de sugestões dos profissionais da área.

Além disso, após submetido à apreciação do Conselho Universitário, o texto foi analisado pela Câmara de Legislação e Normas do Consuni, a qual convocou reuniões com os integrantes da Comissão de Elaboração da Política para esclarecimentos. Durante a tramitação, considerando necessária uma discussão mais ampla do tema, a Câmara determinou que o texto fosse enviado às direções dos *campi* para ser debatido nos respectivos Conselhos Diretores. Passada esta etapa, todas as sugestões de alterações na Política feitas tanto pela equipe técnica da Câmara quanto pelos diretores de *campus* foram, de modo geral, acatadas pela Comissão de Elaboração. As exceções foram uma referência sugerida e não utilizada e a substituição da expressão “comunicação organizacional” por “comunicação institucional”, a qual foi recusada pela equipe de elaboração da Política por questões conceituais próprias da área. Por fim, com parecer favorável da relatora Katherine Lima da Silva, a Política de Comunicação da UFT foi aprovada no dia 26 de outubro de 2016 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS; CONSELHO UNIVERSITÁRIO, 2016).

Conforme registra o parecer,

Após reunião com a Dicom, leitura do novo material encaminhado e nova análise, a Câmara percebeu que as propostas enviadas pelos câmpus foram incorporadas à Resolução. Quanto às observações feitas no parecer [...], não

houve referência ao Relatório de Avaliação Institucional 2014/2015 e a expressão "comunicação organizacional" não foi substituída pela expressão "comunicação institucional", conforme solicitado na alínea e. As demais modificações acolheram as solicitações demandadas tanto pela Câmara quanto pelos câmpus. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS; CONSELHO UNIVERSITÁRIO; CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMAS, 2016, p. 2)

Passado este ato oficial, com outras ações em curso, a Política começou a ser implementada com medidas pontuais sem grandes repercussões e sem o estabelecimento de um cronograma de implantação e divulgação das diretrizes. No segundo semestre de 2017, com mudança de gestão, a Política de Comunicação voltou a ser pauta prioritária dentre as atividades da Dicom e ganhou novo fôlego com a viabilização de Oficinas de Comunicação. Neste projeto, dois jornalistas percorreram os seis *campi* da UFT localizados no interior do estado para divulgar as diretrizes de comunicação da Universidade e esclarecer as relações práticas entre o documento e as mais diversas atividades realizadas no âmbito da Instituição. No Câmpus de Palmas foi realizado um curso com o mesmo enfoque promovido pela Diretoria de Desenvolvimento Humano por meio do Projeto Servidor Multiplicador.

A ideia norteadora destas ações já pensadas desde a elaboração da Política era instrumentalizar a comunidade universitária e promover o que Zémor (2012) e Heloiza Matos (2012, 2013) descrevem como uma espécie de cultura cívica e comunicacional com o objetivo capacitar os atores da comunicação pública a atuarem como protagonistas. Ou, como defendem Duarte e Monteiro (2009), tratava-se de criar espaços de educação para a comunicação, com orientações institucionalizadas, para disseminar a consciência comunicativa e desenvolver competências a fim de potencializar a comunicação no âmbito da organização.

Conforme estes autores, os profissionais e gestores de comunicação, por conhecerem o uso das ferramentas e deterem a expertise neste campo de atuação têm a responsabilidade de “estimular e desenvolver a capacidade de cada integrante de estar preocupado em entender e lidar com problemas de comunicação” (DUARTE; MONTEIRO, 2009, p. 357) e

devem também “comunicar sobre comunicação” (idem, p. 354), discutindo sobre como esta se realiza e pode ser aprimorada. Contudo, é responsabilidade de todos os integrantes participar deste processo com o intuito de adquirir uma autonomia comunicativa, fundamental para o êxito da comunicação organizacional.

Como ressalta Bueno (2015, p. 134), a Política de Comunicação não deve se restringir à estrutura profissionalizada de comunicação, “mesmo porque a interação de uma organização com seus *stakeholders* envolve necessariamente o conjunto de seus públicos internos, que devem estar capacitados e mobilizados para esse relacionamento”.

A Política de Comunicação não pode ser pensada como o conjunto de diretrizes a serem assumidas apenas pelos que integram a estrutura profissionalizada de comunicação (os comunicadores) e que se reportam aos processos desenvolvidos e executados pelos profissionais de comunicação de uma organização (jornalistas, relações públicas, publicitários etc.) em função de sua competência específica. A Política de Comunicação, em seu sentido abrangente, deve ditar diretrizes e posturas que balizam a relação da organização (e, portanto, de todos os públicos que a integram) com os seus *stakeholders*, inclusive a relação dos públicos internos entre si. Logo, ela pressupõe a criação de uma autêntica cultura de comunicação que irá permear todos os relacionamentos, como, por exemplo, os que vigoram entre chefias e subordinados. (BUENO, 2014, p. 17-8)

Com essa perspectiva de conscientização e instrumentalização, as Oficinas abordavam as diretrizes gerais e também questões práticas como a aplicação da identidade visual, padronização de documentos, relacionamento com a imprensa, divulgação de eventos no sistema informatizado de agenda, envio de sugestões de pauta para os veículos institucionais, atendimento ao público etc. Além disso, serviram como verdadeiro laboratório para testar a aceitação da Política de Comunicação e para a coleta de *feedbacks*. De modo geral, a Política, apesar de criticada e questionada em alguns pontos, foi bem recebida e, ao final, o resultado foi considerado positivo com a capacitação de mais de 100 servidores. Mesmo assim, com

baixo engajamento em alguns *campi*, a participação não chegou a alcançar 10% do quadro de pessoal da Universidade.

A despeito dessas iniciativas, mesmo tendo sido levantada pela comissão técnica do Consuni a importância de uma participação mais ampla da comunidade universitária neste processo, e mesmo a transparência sendo elencada como um dos princípios fundamentais da comunicação na Universidade, nota-se que a Política de Comunicação só foi noticiada no Portal UFT⁴, principal veículo de comunicação da Instituição, indiretamente durante a realização das Oficinas de Comunicação, quando já estava aprovada e em fase de implantação, e diretamente quando a publicação do documento completava um ano (ocasião em que se realizou nova pesquisa a esse respeito cujos resultados são mencionados adiante). No *site* não são encontradas publicações divulgando a aprovação da Política no Consuni ou o trabalho de elaboração desta, a nomeação da Comissão com este propósito não foi motivo de pauta, tampouco são vistas chamadas institucionais incentivando a participação da comunidade universitária em reuniões sobre o tema nos *campi*, de cuja efetiva realização não se tem notícia.

Deste modo, não surpreende que um ano depois da publicação da resolução que instituiu a Política de Comunicação da UFT, 38% da comunidade universitária afirmava desconhecer completamente a existência deste documento e 30% disseram saber da sua existência sem, contudo, saber de forma consistente do que ele tratava. Isto, embora 70% considerassem ter uma política de comunicação algo “muito importante” para a Instituição, e 29% dissessem que isto era “importante”. Somente, cerca de 32% afirmavam já ter lido ou ter algum conhecimento sobre as diretrizes presentes na Política⁵.

Por outro lado, um ponto positivo verificado, seja ou não efeito das diretrizes estabelecidas, é que 84% da comunidade universitária pesquisada concordava que “a Dicom é responsável pela gestão da comunicação, mas a

⁴ www.uft.edu.br

⁵ Dados fornecidos pela Superintendência de Comunicação (Sucom) coletados em pesquisa realizada pela então Diretoria de Comunicação em outubro de 2017 por meio de questionário eletrônico. A pesquisa teve 540 respondentes incluindo alunos, professores e técnicos administrativos de todos os *campi* da Instituição.

efetividade desta é uma responsabilidade de todos os servidores e também dos alunos”⁶. Esse posicionamento demonstra uma assimilação da ideia de corresponsabilidade em relação à comunicação, ou seja, o entendimento de que “problema de comunicação” não é apenas problema “da comunicação” (ou do setor responsável pela sua gestão), como ressaltam Bueno (2014) e Wolton (2004), mas sim de toda a coletividade.

Em breve análise de conteúdo dos mais de 150 comentários livres enviados na pesquisa realizada pela Dicom em 2017, nota-se que parte significativa da comunidade universitária da UFT não rompeu com a visão tecnicista e operacional da comunicação, aquela que atribui às técnicas, ferramentas e tecnologias o bom ou o mau desempenho comunicativo. Neste sentido, pelo menos 8% dos participantes mencionaram a necessidade de melhorias no *site* da Universidade quando incentivados a fazer qualquer crítica, comentário, sugestão ou elogio em relação à Política de Comunicação da UFT, respondendo de forma bastante reducionista a uma questão que é, na verdade, muito mais abrangente.

“Penso que o *site* precisa ser mais simples e objetivo em relação a disposições das informações. Rever tamanho das fontes. Diminuir ou retirar as fotos, pois tomam muito espaço”, comentou um professor. “Precisa melhorar o *site* da UFT, ninguém acha nada nele”, afirmou um aluno de graduação.

Além disso, a visão de comunicação associada mais à ideia de disseminação de informações que de diálogo ainda parece prevalecer, considerando que 32% dos comentários mencionaram falta de “divulgação” ou a necessidade de “divulgar mais” os assuntos referentes à UFT, inclusive a própria Política de Comunicação. Entretanto, somente 2% dos comentários mencionam verbos como “discutir” ou “debater”.

Esses dados de 2017 refletem questões já observadas na pesquisa aplicada em 2015 que serviu de embasamento para a Política de Comunicação da UFT. Nela, questões técnicas como ferramentas, padrões, procedimentos e acessibilidade aparecem com mais ênfase tanto dentre as preocupações quanto dentre as potencialidades da comunicação, tendo

⁶ Idem.

sido apontadas por 64% da comunidade universitária como algo a ser melhorado na UFT, e por 79% como os aspectos que melhor funcionavam na Universidade. Em contrapartida, questões comportamentais como postura de gestão e relacionamentos interpessoais foram menos indicados tanto como atributos que melhor funcionam quanto como os mais problemáticos/críticos da comunicação. Para 30% dos entrevistados estes precisavam ser melhorados na UFT, e para 8% esta era a parte que melhor estava funcionando (RIBEIRO, 2015). Além disso, na época, quando perguntados sobre atitudes que poderiam ter para ajudar a melhorar a comunicação na Universidade, em respostas abertas, embora 37% dos entrevistados tenham mencionado termos como “ter pró-atividade”, “participar”, “ouvir”, “perguntar” ou “procurar informações”, 32% preferiram termos como “expressar” ou “divulgar” (id.).

De volta à pesquisa de 2017, nas questões abertas, as principais críticas observadas à Política referiam-se à falta de divulgação das diretrizes. Além disso, vários servidores e alunos cobraram oportunidade de participação no processo de elaboração. Dentre as sugestões, destacam-se a realização de cursos de capacitação e palestras, a simplificação da apresentação das diretrizes e a sua divulgação constante, na forma de pequenos tópicos, por meio dos canais institucionais da Universidade.

Nos comentários, pode-se perceber um misto de reconhecimento e ceticismo em relação à eficácia e à efetividade do trabalho de comunicação que vem sendo realizado na Universidade. Alguns deles foram compilados no quadro abaixo.

Quadro 1: Comentários sobre a Política de Comunicação da UFT um ano depois de sua implantação

“A Política de Comunicação da UFT é moderna e necessária a um relacionamento ético, criativo e saudável no âmbito acadêmico e no nosso relacionamento com a sociedade tocantinense.”

Docente do Câmpus de Palmas

“Creio que [a comunicação] está bem melhor que nos anos anteriores, porém precisamos encontrar um meio dos servidores de todos os setores participarem mais da divulgação e da comunicação da UFT.”

Docente do Câmpus de Palmas

“Entendo que a absorção dessa política por parte da comunidade acadêmica é um processo longo, mas principalmente agora é necessário que se intensifique a sua divulgação.”

Docente do Câmpus de Tocantinópolis

“A comunicação organizacional padronizada é muito importante para a credibilidade da instituição.”

Técnico administrativo do Câmpus de Palmas

“Parabenizo os envolvidos na construção da Política de Comunicação da UFT e sugiro capacitações insistentes de todos os servidores e avaliações periódicas, e que isso faça parte do programa de recepção dos novos servidores.”

Técnica administrativa da Reitoria

“O processo de comunicação ficou mais sistematizado e permitiu que cada servidor se conscientizasse do seu papel e assumisse o compromisso para melhoria da Instituição.”

Técnica administrativa do Câmpus de Palmas

“A partir de agora estou percebendo que existe um trabalho importante sendo desenvolvido dentro da universidade que pouco conheço.”

Técnico administrativo do Câmpus de Araguaína

“Ultimamente, a política de comunicação na UFT obteve muitos avanços. Contudo, vejo ainda, que muitos servidores não têm o conhecimento ideal para trabalhar com as ferramentas de comunicação implementadas.”

Técnico administrativo do Câmpus de Araguaína

“É preciso considerar a estrutura da Universidade e ampliar as ações de participação e divulgação dessa política. Hoje não consigo ver essa proposta funcionando como gostaríamos.”

Técnico administrativo do Câmpus de Arraias

Fonte: Superintendência de Comunicação (Sucom). Comentários coletados por meio de questionário eletrônico aplicado em outubro de 2017.

Questões adjacentes: algumas considerações sobre planejamento, gestão e avaliação

Com relação às ações prioritárias propostas, em 2015, no esboço de Plano Plurianual de Comunicação (RIBEIRO, 2015, Apêndice B) apresentado juntamente com o texto-base para uma política de comunicação, nota-se que dos onze itens previstos, embora alguns, pelo menos até o presente, nunca tenham tido sua execução seriamente considerada, como a criação de um Prêmio de Jornalismo para incentivar a divulgação científica, vários foram, se não plenamente concretizados, ao menos iniciados, com as devidas adequações às condições dinâmicas da Instituição. A própria implantação da Política de Comunicação, a realização de cursos capacitação, a melhor articulação com os agentes de comunicação dos *campi*, a implantação de mídia *indoor* com o uso de televisores digitais em pontos estratégicos da Universidade, as campanhas de divulgação dos canais institucionais de comunicação e o aprimoramento do relacionamento com a imprensa, inclusive com a implantação de um banco de fontes acadêmicas digital são exemplos disso. Infelizmente, porém, ainda que gerem algum impacto positivo, seus efeitos acabam sendo limitados pela falta de recursos humanos, sobretudo, mas também técnicos e financeiros, para garantir que estes tenham a devida manutenção e continuidade.

O Banco de Fontes para busca de especialistas da UFT nas mais diversas áreas do conhecimento, criado em 2015, por exemplo, não teve seu sistema atualizado para permitir que os próprios usuários façam correções em suas informações, ou que ele seja integrado à Plataforma Lattes, como previsto inicialmente, de modo que as alterações não são automáticas e ainda precisam ser feitas individualmente pela equipe de comunicação, mediante solicitação. Tarefas como esta geram sobrecarga de trabalho e, diante de tantas outras demandas mais imediatas, o acervo ficou rapidamente defasado. Consequentemente, o que era para ser um recurso importante a serviço da própria equipe de comunicação e para contribuir com a divulgação de pesquisas desenvolvidas na Universidade tornou-se algo trabalhoso que perde, cada vez mais, sua utilidade.

Com relação aos veículos institucionais, nota-se que alguns foram descontinuados por questões práticas que refletem e buscam acompanhar as dinâmicas comunicacionais contemporâneas, cada vez menos analógicas e mais digitais. Neste sentido, outros foram implementados, como as *newsletters* periódicas e, nos que foram mantidos, várias mudanças positivas vêm sendo percebidas. A divulgação de eventos, por exemplo, foi incrementada e organizada no *site* institucional por meio de um protocolo de publicação descentralizado com a implantação do Sistema Agenda UFT (PÓRTO JUNIOR et al., 2018), a divulgação de editais deve ganhar maior dinamismo com o desenvolvimento de um aplicativo para *smartphones* e as páginas e perfis oficiais nas mídias sociais contam com um público cada vez maior e mais engajado graças a medidas adotadas na produção e gestão de conteúdos. Ressalva-se, porém, a dificuldade percebida de integração destas e de outras iniciativas, e de se incorporar ações com efeito de longo prazo ao cotidiano operacional da equipe de comunicação, ao que se atribui o fato de a linha editorial dos conteúdos institucionais continuar a ser construída dia a dia pela equipe de comunicação de forma circunstancial, sem que sejam delineadas diretrizes editoriais específicas para cada veículo ou canal, como previsto na Política de Comunicação para os casos do Portal UFT e das mídias sociais.

Outro ponto indicado dentre as ações prioritárias era a reorganização da Diretoria de Comunicação, a qual acabou ocorrendo, em moldes diferentes do previsto no plano acadêmico, com a transformação do setor em Superintendência nos termos da Portaria nº 1.135/2018 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2018a). Esta mudança, que mais que uma mera questão de denominação tem caráter conceitual e prático, já era algo discutido, pelo menos, desde a elaboração da Política de Comunicação. Contudo, não chegou a ser incluída na proposta formal encaminhada para aprovação no Consuni por uma percepção geral de que, na época, não havia uma predisposição institucional para modificações profundas na estrutura organizacional da Universidade⁷.

Com isto, a comunicação alcançou um patamar mais estratégico, e um *status* de maior autoridade e autonomia para atuar de forma transversal e abrangente em relação aos demais setores da Instituição. Por outro lado, ainda que a experiência anterior demonstre que nem mesmo a coabitação física das equipes no mesmo ambiente é garantia de colaboração e execução articulada de atividades, causa estranhamento, do ponto de vista da comunicação integrada, o fato da equipe de produção audiovisual institucional ter ficado agregada à nova Diretoria da Rádio Universitária (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2018b), e não à ex-Dicom e agora Superintendência de Comunicação (Sucom), onde permanece a equipe de produção gráfica. A configuração atual do organograma separou as duas áreas administrativamente, fisicamente, orçamentariamente e hierarquicamente, uma vez que cada uma passou a responder a um gestor diferente, e manteve, ainda, uma assessoria de comunicação própria da Reitoria separada organicamente da Sucom e subordinada diretamente ao gabinete do reitor.

Por fim, a implantação de uma metodologia permanente de planejamento e avaliação de atividades, também indicada dentre as ações prioritárias nos apêndices da dissertação, inclusive com relatórios

⁷ Tais mudanças estruturais só seriam normatizadas com a Resolução nº 29/2018 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2018b).

informatizados, vem se desenvolvendo juntamente com o processo de aprimoramento e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade, especialmente com o Sistema Naus – plataforma digital de gerenciamento de ações e indicadores implementada em 2018 – e internamente pela própria Sucom, que vem realizando esforços para estabelecer indicadores gerais de comunicação. Além disso, durante algum tempo chegou a ser iniciado, e depois descontinuado, um projeto que previa o envio de formulários eletrônicos de avaliação de serviços ao final de cada atendimento dos setores da então Diretoria de Comunicação, para fins de relatórios quantitativos e qualitativos.

Tais iniciativas demonstram que a Instituição vem se conscientizando da necessidade do acompanhamento sistemático de projetos e vem desenvolvendo mecanismos facilitadores para promover essa cultura. Todavia, a conciliação das atividades de planejamento e avaliação com as rotinas de trabalho e a sincronia entre as ações planejadas e as praticadas representam, ainda, grandes desafios.

Com efeito, a proposta de monitoramento e avaliação das ações de comunicação da UFT (RIBEIRO, 2015, Apêndice C), que estabelecia uma matriz com 30 itens divididos em parâmetros de produtividade/qualidade, relevância e efetividade, aplicada em caráter experimental, não voltou a ser utilizada para efeito de comparação. Sua usabilidade foi inviabilizada, sobretudo, pela falta de dados e registros permanentes sobre as atividades realizadas pelo setor de comunicação da Universidade e pela inexistência de mecanismos automáticos para a contabilização de itens e tarefas (como atendimentos à imprensa, matérias publicadas nos veículos institucionais, erros e correções de conteúdos, dados de *clipping* etc.) e o cálculo de resultados.

Alguns comentários sobre a evolução da comunicação na UFT

Sendo a comunicação condição básica para o surgimento das organizações, a comunicação de uma organização faz parte da essência desta e

começa a se desenvolver desde a sua fundação. Contudo, isto nem sempre ocorre de forma consciente e estratégica.

Na UFT, a primeira manifestação objetiva de atenção em relação à comunicação de que se tem notícia é a criação da assessoria de comunicação no ano da implantação da Universidade, em 2003. A Política de Comunicação, que só seria formalmente elaborada em a partir de 2015 e instituída em 2016, contudo, não surgiu de forma repentina. Ela começou a ser desenhada desde o princípio com a cultura comunicacional e organizacional da Universidade, e não se encerra com a sua aprovação em caráter normativo. Ao contrário, segue sendo construída e ressignificada, dia após dia, pela coletividade da Instituição.

Aos poucos, a comunicação na Universidade vem crescendo em importância e assumindo um caráter cada vez mais estratégico. Nota-se, e os dados obtidos por questionário confirmam, um certo ganho de consciência com relação à necessidade de envolvimento de todos para uma comunicação organizacional mais efetiva.

Entretanto, isto se contrapõe ao distanciamento que ainda pode ser percebido entre as diretrizes normativas de comunicação e o dia a dia dos públicos internos, nos vários setores da Universidade.

Além disso, embora seja inegável a necessidade de melhorias referentes às tecnologias de informação e comunicação para a facilitação de fluxos, tendo em vista o gigantismo e a complexidade dos processos inerentes à Instituição, é um equívoco, como ressalta Wolton (2004), acreditar que a ferramentas tecnológicas podem assegurar uma comunicação plena, ignorando o fator humano do processo que não se reduz à mera transmissão de informações.

Com isso, a superação do estigma de “problema” associado à comunicação desde o primeiro Planejamento Estratégico, quando a comunicação interna já era apontada dentre as fraquezas organizacionais (RIBEIRO, 2015; UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2006), ainda é um desafio. Nota-se, por exemplo, que embora tenha evoluído e recebido nota 3 (de um máximo de 5), a comunicação foi um dos quesitos

pior avaliados pelo Ministério da Educação no processo de recredenciamento da Universidade realizado em 2017 (ZANELLA, 2017).

No que se refere especificamente à Política de Comunicação, a falta de divulgação dela própria é um reflexo emblemático da ausência de integração e de articulação entre as áreas da Universidade, mesmo dentro do próprio setor de comunicação. Por outro lado, também justifica e reforça a necessidade de diretrizes, de maior conscientização e debates sobre este tema, visto que, deve-se admitir, dentro de uma dinâmica de distribuição de tarefas, as questões normativas por muito tempo foram vistas como incumbência de uma parte do setor de comunicação e a elaboração da Política não foi capaz de engajar e envolver plenamente nem mesmo muitos daqueles que estavam mais próximos deste processo.

Apesar destas incoerências, a jornada de implantação da Política de Comunicação tem se revelado um exercício importante para o desenvolvimento institucional da Universidade. E, ainda que se reconheçam as falhas da normativa vigente, não se pode ignorar seus méritos.

Se não teve participação direta em sua elaboração, foi embasada em pesquisa representativa e não deixou, desta forma, de buscar contemplar a pluralidade de vozes da Instituição. Se não foi democrática, a princípio, na formulação, prevê mecanismos para ser democrática no curso de sua implantação, inclusive para ser modificada dentro dos trâmites institucionais (como o Guia de Redação e Formatação de Comunicações Oficiais já foi atualizado e teve sua segunda edição elaborada a partir de comentários e sugestões que surgiram com o seu uso). Se teve um viés mais protecionista e regulatório, foi também acompanhada por medidas de capacitação que buscaram ampliar e potencializar a participação e a inclusão de todos na comunicação da Universidade.

Assim, o estabelecimento de diretrizes e de uma rota de planejamento flexível, porém consistente, é algo que não deve ser encarado como um engessamento burocrático ou como um esforço sem utilidade prática, visto que pode ser mudado pelas vias institucionais democráticas e, quando executado com a participação e o engajamento de toda a coletividade,

constitui-se como um processo dinâmico importante de suporte às atividades cotidianas e também como uma espécie de blindagem contra desmandos que valem-se da fragilidade de regras demasiadamente vagas ou não efetivamente implementadas para impor direcionamentos diversos à organização e à comunicação.

Deste modo, parece razoável que, salvo se o documento tiver um caráter prejudicial, nocivo, discriminatório ou mal intencionado, ter uma política de comunicação é melhor do que não ter diretriz alguma, mesmo que esta não seja a ideal.

Entretanto, como adverte Bueno (2014, p. 18), ao não incorporar uma participação ativa tanto dos públicos internos quanto dos públicos externos da organização, limitando-se a uma participação consentida e restrita do público interno, a Política de Comunicação “corre o risco de não ser efetivamente assumida e perde a sua legitimidade”.

Foi o que ocorreu, ao nosso ver, no caso da Política de Comunicação da UFT que, ao não atender plenamente à condição de ser participativa acabou caindo na armadilha de ser esquecida muito precocemente, sendo deixada de lado em muitas situações que a sucederam. Isso é demonstrado não somente por encaminhamentos que não foram efetivados, como a elaboração de diretrizes específicas ou a implantação do conselho de comunicação, mas também por normativas posteriores que a contradizem, como as que instituíram a nova estrutura organizacional, sem que, paralelamente, fosse feito um movimento para a necessária atualização da estrutura de gestão da comunicação estabelecida na Política e revogada pela Resolução nº 29/2018 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2018b).

São dignas de nota muitas boas iniciativas em termos de comunicação que têm surgido na UFT: além dos avanços nas questões normativas com a Política em si, das ações de capacitação e aprimoramento de fluxos e canais de divulgação, a Universidade vem conquistando visibilidade com ações criativas nas mídias sociais, programas da Rádio Universitária, *outdoors*, campanhas institucionais, participação mais ativa em eventos etc. Contudo, não se pode deixar de perceber que as ações, muitas vezes, ainda

acontecem de forma desordenada e pulverizada, sem uma agenda contundente e claramente definida, deixando evidente a existência de dificuldades de se estabelecer processos e de se executar ações coordenadas, estratégicas e integradas.

Embora este não seja um problema novo, tais dificuldades parecem se acentuar com a nova configuração da Sucom, desmembrada da Diretoria da Rádio e da equipe de produção audiovisual, que cria, ao menos em termos físicos e de estrutura administrativa formal, um obstáculo a mais para a articulação de ações. Deste modo, há que se redobrar os esforços para romper o isolamento entre as diferentes equipes que deveriam ter, naturalmente, uma atuação conjunta e complementar, e para garantir a interlocução entre os setores que devem trabalhar em plena sintonia e servir de modelo de comunicação para toda a Universidade.

Diante do exposto, ressalta-se que a Política de Comunicação, embora tenha caráter genérico e abrangente, não pode se resumir a um protocolo de intenções, impreciso e incompleto, mas deve configurar-se como um documento de suporte às ações, práticas e produtos de comunicação de uma organização, estritamente relacionado aos processos de gestão, sendo fundamental que os gestores estejam comprometidos com o cumprimento das diretrizes definidas e com o esforço para torná-las efetivas.

Em síntese, observa-se que a Política de Comunicação da UFT precisa ser passada a limpo, por meio de uma nova abordagem. Neste sentido, sugere-se como medida específica a realização de nova rodada de eventos itinerantes pelos *campi*, a exemplo das oficinas de comunicação, mas desta vez na forma de rodas de conversa, seminários ou *workshops* com as equipes de todos os setores, inclusive gestores, e também professores e estudantes. Nesta nova proposta o objetivo não deve ser apenas divulgar as diretrizes, mas discuti-las e repactua-las com a comunidade universitária. Deste trabalho, que pode ser acompanhado por um fórum virtual para a coleta de sugestões e que deve ter ampla cobertura nos veículos institucionais, resultaria uma segunda edição da Política com as suas necessárias atualizações e adequações.

É preciso rever os públicos estratégicos definidos e o que está sendo feito para cada um deles; adequar o organograma da antiga Diretoria de Comunicação à realidade da Superintendência de Comunicação, estabelecendo protocolos para assegurar a integração entre as equipes e a convergência das ações; simplificar a apresentação das atribuições de cada um dos grupos envolvidos; aprimorar definições, expandindo o conceito de agente de comunicação; reavaliar a função, a estrutura e a viabilidade do conselho consultivo e deliberativo de comunicação para colocá-lo em prática; e, por fim, efetivar a elaboração das normativas específicas previstas, inclusive atualizando o Guia de Redação e Formatação de Comunicações Oficiais de acordo com a nova edição o Manual de Redação da Presidência da República (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; CASA CIVIL, 2018).

Paralelamente, é preciso concretizar a sistematização de indicadores em curso e uma também uma alternativa viável que possibilite o acompanhamento permanente e a avaliação das atividades de comunicação da Universidade para além do monitoramento das ações previstas no PDI.

Isto, tendo em vista que os relatórios de comunicação da UFT continuam sendo elaborados manualmente sob demanda, e não sistematicamente, são fragmentados e nem sempre seguem os mesmos parâmetros de um período para o outro, o que dificulta uma análise comparativa da evolução institucional nesta área. Não obstante, embora possa servir de inspiração, a metodologia proposta e aplicada experimentalmente no trabalho de mestrado para o cálculo da eficiência, eficácia e efetividade da comunicação, por demais complexa e por falta de adaptabilidade às mudanças operacionais, mostrou-se impraticável.

Considerações Finais

Passados quase três anos da publicação da Resolução nº 22/2016 e quatro da conclusão da dissertação de mestrado que serviu de base para a elaboração deste documento, ao recapitularmos esta trajetória, uma

convicção que se reforça é a de que a institucionalização da Política de Comunicação foi uma conquista importante e deve ser motivo de orgulho para a UFT. Contudo, também não restam dúvidas de que, apesar deste e de outros avanços, a comunicação da e na Universidade ainda está longe de ser como se espera.

Fosse nos dias atuais, pela experiência acumulada e pela conjuntura organizacional, provavelmente as propostas feitas em 2015 e os encaminhamentos para a elaboração da Política de Comunicação UFT seriam diferentes, mas não se pode esquecer que só foi possível chegar ao estágio presente através das etapas pregressas.

A história, a escrita, o conhecimento, o desenvolvimento, são processos cumulativos e contínuos que dependem de tempo para maturação. Esse tempo, contudo, na vida acadêmica, profissional e organizacional, é fragmentado em prazos que exigem a conclusão, ainda que parcial, de coisas que, na verdade, estão em permanente processo de construção e desenvolvimento. Daí que a máxima “não existe trabalho perfeito, existe trabalho feito” ou variantes possa ser sabiamente aplicável a muitas situações.

Todavia, o caso da UFT é um exemplo prático de que a elaboração de uma Política de Comunicação sem o devido tempo de maturação, o efetivo engajamento coletivo e a garantia de ampla participação é um atalho a ser evitado. Ainda assim, não se perde a caminhada.

Deve se reconhecer que, desde o princípio da Instituição, a comunicação da UFT vem se desenvolvendo de forma progressiva, em períodos de maior ou menor intensidade, entre erros e acertos, com dificuldades técnicas e falta de recursos, em consequência de um conjunto de esforços impulsionado pela colaboração de muitos atores com uma intenção genuína de contribuir com a construção de uma Universidade cada vez melhor. Deste ponto de vista, apesar das críticas, entende-se que Política de Comunicação implantada em 2016 foi a melhor que se podia fazer naquele contexto institucional, e além de estabelecer princípios fundamentais ela deixou como principal legado um importante aprendizado para a organização.

Seu processo de implantação, até mesmo por ser considerado um tanto controverso no aspecto da participação, colocou a comunicação na pauta de toda a Universidade. A seu modo, e com uma abrangência inédita na UFT, a Política gerou demandas de capacitação e, com os cursos e oficinas de comunicação, contribuiu para o estabelecimento de uma literacia orientada para o aprimoramento de fluxos e processos internos a partir do fomento à reflexão crítica sobre o tema e também do desenvolvimento de capacidades individuais relativas às práticas comunicativas.

Graças a isso, sem dúvida, a UFT tem hoje mais maturidade organizacional para discutir e fazer uma comunicação ainda melhor, e não precisa (re)escrever suas diretrizes em uma página em branco, uma vez que a Política atual, embora não seja ideal, configura-se como boa base para assentar debates mais aprofundados, sobre a qual se pode construir uma Política mais aprimorada e avançada, que comporte a realidade atual da Universidade, amparada na experiência da própria Instituição.

Fica, portanto, a sábia lição de que um trabalho feito é melhor do que não feito, desde que este seja feito o melhor possível e não deixe de ser aprimorado.

A Política da Comunicação, *per se*, não tem qualquer força ou efeito prático se os indivíduos que fazem parte da organização não atuarem em seu nome. Ela representa um marco na trajetória institucional, mas não um ponto de chegada, pois o estabelecimento de diretrizes não é uma finalidade da gestão da comunicação organizacional, e sim um meio para o alcance de resultados mais efetivos. Neste sentido, é preciso manter a Política viva, presente no cotidiano, resgatá-la das gavetas, do discurso e da obsolescência para assegurar seus efeitos práticos no processo de desenvolvimento da comunicação organizacional e, conseqüentemente, da própria organização.

Esta é uma responsabilidade e uma atitude que precisa ser assumida por todos os que fazem parte da Instituição, mas é, sobretudo, um movimento constante que deve ser liderado pela equipe de comunicação, tendo seus profissionais como exemplos.

Por tudo que se tem visto, a comunicação da Universidade vive um momento promissor, e, assim, especialmente oportuno para pensar-se sobre o tema de forma positiva, propositiva, produtiva e construtiva. Nosso modesto contributo, aqui, é a reflexão de que a medida do impacto que boas iniciativas observadas hoje terão no futuro, bem como a sua continuidade, irão depender dos esforços que forem empenhados no sentido de resgatar e reavivar as diretrizes estabelecidas na Política de Comunicação. Somente assim as boas ideias de agora não serão onda passageira, encerradas em um período de gestão, e poderão, juntamente com as lições aprendidas, se perpetuar de forma consistente para que a Universidade continue aprendendo a se comunicar cada vez melhor.

Referências

- ALVES, C. A. **Gestão da Comunicação das Universidades Federais: mapeamento das ações e omissões**. [s.l.] Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2014.
- BALDISSERA, R. A teoria da complexidade e novas perspectivas para os estudos de comunicação organizacional. In: KUNSCH, M. M. K. (Ed.). . **Comunicação organizacional: histórico, fundamentos e processos**2. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 1p. 135-64.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é Comunicação**. 1 (1982) ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; CASA CIVIL. **Manual de Redação da Presidência da República - edição revista, atualizada e ampliada**. 3. ed. Brasília: [s.n.].
- BUENO, W. DA C. **Comunicação empresarial no Brasil: uma leitura crítica**. São Paulo: Contexto/All Print, 2005.
- BUENO, W. DA C. Construindo uma Política de Comunicação Empresarial. In: **Comunicação Empresarial: políticas e estratégias**. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 307-27.
- BUENO, W. DA C. Opinião: Uma cultura de comunicação para a universidade brasileira. **Portal Imprensa**, 13 fev. 2013.

- BUENO, W. DA C. A Construção de uma Política de Comunicação como Processo de Legitimação da Comunicação Pública no Brasil. **Rev. Comun. Midiática (online)**, v. 9, n. 3, p. 11-24, 2014.
- BUENO, W. DA C. Quando a prática briga com a teoria e o discurso. In: SCROFERNEKER, C. M. A. (Ed.). . **De qual comunicação organizacional estamos falando?** Porto Alegre: ediPUCRS, 2015. p. 126-140.
- DUARTE, J.; MONTEIRO, G. Potencializando a comunicação nas organizações. In: KUNSCH, M. M. K. (ORG. . (Ed.). . **Comunicação Organizacional: linguagem, gestão e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 2p. 333-359.
- KUNSCH, M. M. K. **Universidade e comunicação na edificação da sociedade**. [s.l.] Edições Loyola, 1992.
- KUNSCH, M. M. K. Percursos paradigmáticos e avanços epistemológicos nos estudos da comunicação organizacional. In: KUNSCH, M. M. K. (Ed.). . **Comunicação organizacional: histórico, fundamentos e processos**. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 1p. 63-89.
- MATOS, H. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, J. (Ed.). . **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 47-58.
- MATOS, H. **Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas organização**. São Paulo: ECA/USP, 2013.
- PIMENTA, M. A. **Comunicação Empresarial**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2002.
- PÔRTO JUNIOR, F. G. R. et al. Sistematização de Informações sobre Eventos Universitários: uma experiência colaborativa na UFT. **Revista Observatório**, v. 4, n. 3, p. 913-942, 29 abr. 2018.
- RIBEIRO, B. Z. **Planejamento e Avaliação da Comunicação Organizacional em Universidades Públicas: uma análise do caso da UFT**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, 2015.

RIBEIRO, B. Z. **Comunicação Organizacional em Universidades Públicas: o caso da UFT**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

ROCHA DE CASTRO, S. R.; FAGUNDES, E. J. Proposta de Roteiro para Implantação de Políticas de Comunicação nas Universidades Públicas Brasileiras. **Cambiassú - Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (Edição Eletrônica)**, n. 11, p. 155-68, 2012.

RUÃO, T. **A Organização Comunicativa: teoria e prática em Comunicação Organizacional**. Braga: CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CATARINA. **Política de Comunicação**, 2014. Disponível em: <http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/1765/politica_decomunicacao.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Resolução nº 05/2018 - Aprova a Política de Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria**, 2018. Disponível em: <<http://site.ufsm.br/arquivos/uploaded/uploads/320a27dd-2264-4104-92ef-501c34734b9d.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Planejamento Estratégico 2006-2010** Palmas, 2006. Disponível em: <<https://docs.uft.edu.br/share/s/CVjhGmXYRM51NZL-5mbWQ>>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2007-2011** Palmas, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2011-2015** Palmas, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Resolução nº 22/2016 - Consuni - Dispõe sobre os objetivos, as definições e as diretrizes fundamentais da comunicação organizacional no âmbito da Universidade Federal do Tocantins**, 2016. Disponível em: <[https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/Q7lofi8LQASnbN2esh6aaA/content/Política de Comunicação da UFT \(2016\)](https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/Q7lofi8LQASnbN2esh6aaA/content/Política de Comunicação da UFT (2016))>. Acesso em: 18 mar. 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Portaria 1.135 de 11 de Julho de 2018 - Institui a estrutura organizacional da Universidade Federal do Tocantins**Palmas, 2018a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Resolução nº 29/2018 - Consuni - Dispõe sobre normas e procedimentos para o processo de organização e inovação da estrutura organizacional [...]** da UFTPalmas, 2018b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS; CONSELHO UNIVERSITÁRIO. **Ata da 103ª Reunião Ordinária do Consuni, de 26 de outubro de 2016 - Aprovação da Política de Comunicação da UFTPalmas**, 26 out. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS; CONSELHO UNIVERSITÁRIO; CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMAS. **Parecer sobre a Política de Comunicação da UFT - Relatora Katherine Lima da Silva**. Palmas: [s.n.].

WOLTON, D. **Pensar a Comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WOLTON, D. **Informar não é Comunicar**. Tradução Juremir Machado Da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2010.

ZANELLA, B. UFT recebe conceito 4 do MEC e é considerada além do referencial mínimo de qualidade. **Portal UFT**, 17 maio 2017.

ZÉMOR, P. As formas da comunicação pública. In: DUARTE, J. (Ed.). . **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 214-45.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org